



**ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA TRÊS DE SETEMBRO
DE DOIS MIL E TREZE.**

----- No dia três de setembro de dois mil e treze, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

-----A Sessão teve início às nove horas e trinta e seis minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: ALDINA DA CONCEIÇÃO F. DE JESUS ALMEIDA (justificada), ANA CRISTINA ESTEVES DA SILVA, ANTÓNIO JOSÉ SANTOS ALVES LAGE OLIVEIRA (justificada) ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (justificada), ARMANDO NUNO DOS SANTOS GOMES (justificada), AURÉLIO PEREIRA LOURENÇO, DANIELA FILIPA CARDOSO PEREIRA (justificada), FERNANDO MARTINS MACHADO, JORGE MANUEL DE SOUSA MOTA, JOSÉ FIGUEIRA GOMES. Para que conste na presente ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente distribuída, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas entidades e partidos políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– A Excelentíssima Senhora Deputada Municipal Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida, remete via correio eletrónico, a justificação da falta à Assembleia Municipal Ordinária de 24 de junho 2013.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete convite e Ordem de trabalhos para participação na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação que terá lugar a 4 de julho próximo às 15h30m nas instalações da Escola Básica de Santa Eugénia - Viso.-----

– A Escola Profissional de Torredeita remete Revista Evoluir Aprendendo referente a junho de 2013.-----

– O Sr. Presidente da Junta de S. Salvador remete justificação da sua falta à Assembleia Municipal de 24 de junho de 2013.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete via correio eletrónico convite para participar na Audição Parlamentar “em defesa do serviço público postal “ – contra o encerramento de estações de correios e a privatização dos CTT.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete Proposta de Alteração à Proposta de Lei nº119/XII referente ao Regime Fiscal das Sociedades Desportivas – IMT.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete, para conhecimento, via correio eletrónico, a pergunta que foi apresentada ao Governo sobre a situação da Empresa de Inspeção Automóvel CIMA, SA.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete propostas de alteração apresentadas, no âmbito



da PPL n.º 122-XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete Requerimento para Apreciação Parlamentar DL 92-2013, 11 julho (Regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais).-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete Declaração de Voto a propósito da Reapreciação do Decreto 132/XII.-----

– O Grupo Parlamentar do PCP remete novamente propostas de alteração apresentadas, no âmbito da PPL n.º 122-XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, sobre as quais foi chamado a pronunciar-se.-----

– O Senhor Deputado Municipal Tiago Pinhel, solicita via correio eletrónico que lhe seja facultado pela mesma via o Regimento da Assembleia Municipal de Viseu.-----

– O Senhor Chefe do Centro de Recrutamento de Viseu, Tenente Coronel de Infantaria Augusto Cerdeira remete cumprimentos de despedida e agradece todas as provas de consideração, estima, amizade e colaboração.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “Programa de Rescisões por Mútuo Acordo”.---

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “Grande Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu Para 2013 - Revisão”.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “Imposto Municipal Sobre Imóveis – IMI – Majoração - Minoração”.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “Regulamento de Utilização das Bicicletas Elétricas”.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “PDM – Plano Diretor Municipal – Ponderação e elaboração da versão final da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) para aprovação, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 77º do RJGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”.-----

– A Câmara Municipal de Viseu remete, “Atividade Municipal e situação financeira”.----

– O Senhor Deputado Municipal Carlos Vieira e Castro remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal António Correia de Campos remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal Marco Alexandre Ferreira Rodrigues remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal António Vicente Figueiredo remete via correio eletrónico, a justificação de falta para a Assembleia Municipal Ordinária de 03 de setembro de 2013.-----

– O Senhor Deputado Municipal Armando Nuno dos Santos Gomes, Presidente da Junta de Mundão, remete via correio eletrónico, a justificação de falta para a Assembleia Municipal Ordinária de 03 de setembro de 2013.-----

– A Senhora Deputada Municipal Cristina Varandas remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal Alberto Gonçalves da Ascensão remete via correio eletrónico solicitação da anulação do pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês.-----

– A Senhora Deputada Municipal Marta Costa remete via correio eletrónico solicitação



de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

– O Senhor Deputado Municipal Marco Daniel Nicola Veríssimo remete via correio eletrónico solicitação de pedido de suspensão de mandato pelo período de um mês, solicitando a respetiva substituição.-----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:-----

– Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, aos Partidos Políticos que o solicitaram, bem como, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----

– Foram remetidas, por via oficiosa, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 24 de junho de 2013.-----

– Foi remetida, por via oficiosa, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia de uma Proposta de Recomendação – Bairro Municipal, apresentada pela Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes.-----

– Foi remetida, por via oficiosa, ao Exmo. Senhor Presidente das Cavalhadas de Teivas, informação de que o Voto Louvor proposto às Cavalhadas de Teivas, foi aprovado por unanimidade.-----

– Foi remetida, por via oficiosa, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia de uma Proposta de Recomendação – Rancho Folclórico de Torredeita.-----

– Foram remetidas, por via oficiosa, para o Senhor Presidente da Câmara de Viseu, cópias das Certidões em minuta das Aprovações e Deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta AM do dia 24 de junho de 2013.-----

– Foi remetido oficiosamente aos Exmos Senhores Presidentes de Junta, Edital e Convocatória, relativos à próxima Sessão Ordinária desta A.M., que decorrerá a 03 do corrente mês.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Senhor Diretor do Diário Regional de Viseu, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Exmo. Senhor Diretor do Jornal Via Rápida, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-

– Foi remetido oficiosamente ao Partido CDS/Partido Popular, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Partido Socialista, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Partido Social Democrata, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-----

– Foi remetido oficiosamente ao Partido Bloco de Esquerda, Edital da próxima Sessão Ordinária desta A.M. que se realizará a 03 do corrente mês às 09 horas.-----

– Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da A.M a realizar no próximo dia 03 de setembro.-----

– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, foi remetido ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Lourenço via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar no próximo a 03 de setembro.-----

– Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais via correio eletrónico, convocatória da Sessão Ordinária da A.M a realizar no próximo dia 03 de setembro.-----

– Foi remetido ao Exmo. Sr. Diretor de Departamento via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária da A.M. a realizar no próximo dia 03 de setembro.-----

– Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Deputados



Municipais via correio eletrónico, os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

– Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores via correio eletrónico, os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

– Foi remetida, por via oficiosa, ao Exmo. Senhor Presidente das Cavalcadas de Vildemoinhos, informação de que o Voto Louvor proposto às Cavalcadas de Vildemoinhos, foi aprovado por unanimidade.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Joaquim Lúcio via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exma. Senhora Deputada Municipal Helena Vala.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Alexandre Santos via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exmo. Senhor Deputado Municipal Alberto Ascensão.-----

– Foi remetido a Exma. Senhora Deputada Municipal Marta Costa via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Cristina Varandas.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Marta Costa.-----

– Foi remetido aos Excelentíssimos Senhores Líderes parlamentares via correio eletrónico, que se encontra disponível no Gabinete um dossier para cada líder, referente ao PDM.-----

– Foi comunicado Exmo. Sr. Deputado Municipal Alfredo José Gonçalves via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

– Foi comunicado Exmo. Sr. Deputado Municipal Joaquim Lúcio via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

– Foi remetido ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Alfredo José Ribeiro Gonçalves via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição da Exma. Senhora Deputada Municipal Marta Costa.-----

– Foi remetido às Excelentíssimas Senhoras e Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais via correio eletrónico, a ata da sessão de 24 de junho.-----

– Foi remetido a Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Antunes via correio eletrónico convocatória da Sessão Ordinária Municipal a realizar no próximo dia 03 de setembro, bem como a informação da sua convocação em substituição do Exmo. Senhor Deputado Municipal Daniel Nicola.-----

– Foi comunicado a Exma. Senhora. Deputada Municipal Manuela Antunes via correio eletrónico que os ficheiros respeitantes à convocatória oportunamente remetida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da AM estão a ser disponibilizados na página do



município na área AM. Disponibilizou-se Utilizador e respetiva Password.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Bom dia. Já temos quórum, peço aos Senhores Deputados para se sentarem para darmos início à nossa Sessão. Queria começar por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados, cumprimentar também o público presente e referir que temos na galeria a equipa que acompanhou o PDM, está aqui a acompanhar os serviços com o seu principal responsável, o Senhor Engenheiro Sousa. Queria antes de mais pedir aos Senhores Deputados que na convocatória, houve da parte dos textos que nos foram enviados, uma remissão que não estava absolutamente correta, mas só do ponto de vista da legislação para onde remete. A D. Isabel, já está neste momento a distribuir uma convocatória. Portanto, a Ordem de Trabalhos é exatamente a mesma, a única questão que tem, é que no Ponto dois, no Ponto três, no Ponto quatro e no Ponto cinco, há uma remissão para artigos e legislação que não era exatamente a que deveria estar. Portanto, não altera o fundo das coisas porque as deliberações estão feitas e de acordo com os termos corretos da Lei, mas só por uma questão de precisão, para que depois não ficasse na Assembleia Municipal uma deliberação com remissões que não correspondiam exatamente à realidade. Peço que levem em linha de conta a Ordem de Trabalhos que está a ser agora distribuída, e já foi distribuída a todos e que rasguem a última convocatória que vos foi enviada. Em relação à nossa Ordem de Trabalhos de hoje, eu propunha que passássemos já à aprovação da Ata, antes mesmo de entrarmos no Período Antes da Ordem do Dia e noutras matérias. Portanto, eu punha à consideração dos Senhores Deputados a Ata da terceira reunião ordinária da Assembleia Municipal, realizada a vinte e quatro de junho de dois mil e treze. Pergunto se alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados tem alguma questão a levantar em relação a esta Ata? Se estiverem de acordo, iríamos passar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* -----

Pedia só ao Senhor Engenheiro Sousa, se não se importasse que se sentasse, ali naquela lateral, porque, como aí é o espaço para os Senhores Deputados depois acaba por confundir as votações.-----

Então está aprovada a Ata.-----

Dois assuntos que eu gostaria de tratar mesmo antes do Período Antes da Ordem do Dia. Já verifiquei que há Senhores Deputados que querem de falar sobre a questão dos fogos florestais e eu de facto também gostaria de falar sobre esta matéria, mas não queria deixar de começar esta Assembleia Municipal, sem assinalar o significado da mesma, porque em bom rigor esta Assembleia Municipal que hoje decorre, diria que tem aqui um duplo significado extremamente importante. Por um lado é a última Assembleia Municipal deste mandato Autárquico, destes quatro anos de trabalho que fizemos em conjunto e ao mesmo tempo, também tem este simbolismo de ser a Assembleia Municipal onde vamos aprovar o PDM. Portanto, acaba por ser uma Assembleia que ficará para a história do nosso mandato, exatamente com estes condimentos e pelo facto também de ser a última Assembleia Municipal que irei presidir. Também para mim pessoalmente tem um significado muito especial, até pelo gosto que, afinal de contas foram dez anos a presidir à Assembleia, dois anos ainda no mandato de eleição do falecido e saudoso Engenheiro Coelho de Araújo, em que eu complementei o mandato com a vossa confiança, numa eleição aqui na Assembleia e depois mais dois mandatos, um que estamos agora a concluir, em que tive juntamente com os Senhores Deputados o privilégio de sermos eleitos pelo povo para esta função e de desempenhar a função de Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, foram duas eleições consecutivas e dez anos enquanto Presidente deste Órgão. Obviamente que nesta Assembleia e não gostaria



de o deixar para o fim e quis fazê-lo propositadamente logo no início desta Assembleia, não queria deixar de agradecer por um lado às Senhoras e aos Senhores Deputados a forma como os trabalhos decorreram nestes quatro anos. Ao contrário de algumas pessoas que não participam de forma direta nestes trabalhos, porque não foram eleitas, muitas vezes procuram denegrir a imagem deste órgão, eu acho que ele funcionou sempre com um sentido bastante elevado e com o empenhamento da parte de todas as Senhoras e dos Senhores Deputados. O debate democrático, o pluralismo democrático, o direito de oposição, todos esses princípios foram aqui devidamente salvaguardados e tenho muito orgulho em ter conduzido sempre estas Assembleias com isenção, procurando que todos os Senhores Deputados tivessem espaço para emitirem as suas opiniões, obviamente sempre no respeito do Regimento. Portanto, queria antes de mais, agradecer a todos os membros da Assembleia Municipal, a todos os eleitos às Senhoras e aos Senhores Deputados, a forma como decorreram estes quatro anos, digamos que o vosso comportamento e a vossa tolerância democrática e o sentido de respeito pela opinião uns dos outros, fez com que fosse relativamente fácil presidir a esta Assembleia. Queria também dar aqui uma palavra de agradecimento aos Senhores Presidentes de Junta que são em bom rigor o elo da maior proximidade que o poder autárquico tem com os cidadãos. São claramente as primeiras pessoas que se relacionam com as populações e queria também nesta Assembleia, por um lado agradecer o trabalho desenvolvido nas vossas Freguesias, mas também a forma ativa como estiveram nesta Assembleia Municipal. Em muitas ocasiões, foram os Senhores Presidentes de Junta, os protagonistas de muitos debates que aqui foram travados sempre na defesa das populações e das suas Freguesias. Queria também realçar esse aspeto. Queria também fazer aqui um agradecimento aos Secretários da Mesa, à Senhora Secretária e ao Senhor Secretário que de facto, mesmo em momentos em que eu estive mais fora, fruto de outras funções, fizeram um trabalho abnegado e obviamente, uma palavra de grande amizade e estima para o Dr. Fernando Ruas e para toda a sua equipa, para os Senhores Vereadores e para as Senhoras Vereadoras, que de facto, acabámos por constituir aqui uma grande equipa, independentemente das divergências de opinião que as pessoas possam ter em função dos partidos que pertencem ou da ideologia que têm. O Dr. Fernando Ruas, com a forma frontal como sempre esteve nestas Assembleias, a forma como nunca se furtou a dar todas as explicações que os Senhores Deputados lhe solicitaram, contribuiu em larga medida, para que estas Assembleias fossem de facto participadas ativas, com toda a informação que efetivamente foi necessária para desenvolvermos o nosso trabalho e portanto, queria também publicamente nesta última Sessão, cumprimentá-lo com amizade, com admiração e reconhecimento do trabalho desenvolvido também aqui na Assembleia Municipal. Queria também referir, que acho que os mandatos devem ser honrados, como os Senhores Deputados sabem, mesmo que às vezes a Lei não nos obrigue a determinados atos, os nossos princípios devem-nos levar a fazê-lo, recordar-se-ão com certeza, que independentemente de ter estado dois anos no Governo, nunca deixei de presidir a todas as Assembleias Municipais que decorreram durante esse período, porque achei que era esse o meu dever no sentido de honrar o compromisso que os cidadãos de Viseu me tinham cometido e saberão com certeza que autolimitei a minha intervenção durante esse período na Assembleia Municipal, optando por durante esses dois anos, não entrar no debate ativo de alguns pontos que aqui se discutiam por razões de manter a equidistância e de não confundir em momento algum, a minha condição de Presidente da Assembleia Municipal e a minha condição na altura de Secretário de Estado. Quero dizer também aos Senhores Deputados, que o fiz sempre dentro dos princípios que norteiam a minha vida e que sempre nortearam. Também quero dizer-vos o seguinte, independentemente de algumas críticas que às vezes vejo em algumas pessoas, vou honrar o mandato de Presidente da Assembleia Municipal até ao fim, porque foi



exatamente esse o mandato que me foi confiado a mim e à Mesa, por todos os Cidadãos de Viseu, aqueles que votaram e também pela Assembleia Municipal que elegeu esta Mesa para ela estivesse em funções. Portanto, participarei em todos os atos que entenda como conveniente, a convite do Senhor Presidente ou de alguma pessoa. Participarei em todos os atos que entender no exercício das minhas funções plenas ou fazendo-me representar por algum dos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, como sempre o fiz ao longo destes últimos quatro anos. Não me sentirei em momento nenhum manietado na minha liberdade do exercício pleno desta função. Obviamente e também no domínio ético, porque de facto a vida é feita com ética e com princípios, apesar da Lei não definir, a partir do dia em que comece a campanha eleitoral, até ao dia das Eleições, obviamente que não participarei enquanto Presidente da Assembleia Municipal em nenhum ato público promovido no Concelho de Viseu, porque é o normal que se espera e não é por nenhuma pressão, sempre me comportei assim em todos os lados por onde passei e não deixaria de ter o mesmo comportamento neste momento. Portanto, quero deixar bem claro perante os Senhores Deputados, que a partir do primeiro dia em que comece a campanha eleitoral, nem eu, nem a Senhora Secretária, iremos participar em nenhum ato em representação da Mesa. Como o Senhor Enfermeiro Dias, não é candidato assegurará durante esse período a representação da Assembleia quando ela tiver que ser feita. Portanto, quero que isso fique bem claro. Queria também só referir aqui duas ou três questões, dar-vos conta também que enquanto Presidente aqui da Assembleia e elemento eleito na Assembleia Intermunicipal Viseu Dão Lafões, porque agora é assim que se chama, “Viseu Dão Lafões” legitimamente, presidi também à última Assembleia Intermunicipal na passada sexta-feira em Tondela. Foi gratificante, por um lado verificar como intervenções de diferentes quadrantes políticos, enaltecem a forma isenta como tinham sido conduzidas aquelas Assembleias e como ao longo de quinze sessões se consolidou uma participação intermunicipal intensa entre os vários Deputados que a compõem, com particular destaque para os Deputados da nossa Assembleia Municipal que foram dos mais interventivos nas Assembleias Intermunicipais, extensivo a todos os elementos que fazem parte e representam este órgão na Assembleia Intermunicipal. Quero-vos dizer que de facto foi para mim em política, o reconhecimento por parte dos outros que também é importante. Portanto, para mim foi particularmente gratificante verificar que praticamente todas as intervenções no Período Antes da Ordem do Dia, nessa Assembleia Intermunicipal, foram no sentido de por um lado enaltecer o facto de o Presidente da Assembleia Intermunicipal ter assumido sempre a sua responsabilidade de presidir as Assembleias e por outro lado a isenção com que os trabalhos foram conduzidos. Em relação à nossa Assembleia gostava também de deixar aqui uma palavra a duas ações que me marcaram, por um lado a Assembleia Municipal Infantil. Como sabem foi uma ideia lançada por mim em boa hora e penso que foi das boas iniciativas que esta Assembleia Municipal promoveu, no sentido de levar os mais jovens a despertarem também para a participação cívica. Espero sinceramente que as próximas pessoas que se sentarem aqui nesta sala não deixem de dar continuidade a esta iniciativa que me parece extremamente meritória. Por outro lado, também as Sessões comemorativas do vinte e cinco de abril, cuja tradição vinha já do tempo do Engenheiro Coelho de Araújo e que nós mantivemos intacta, no sentido de as manter de uma forma descentralizada e fomo-las fazendo sempre, mas sobretudo nas Freguesias Rurais e penso que também foram bons momentos do nosso trabalho. Portanto, queria de facto enfatizar estes aspetos e deixar aqui bem claro, até para que fique em ata, o gosto e o prazer, porque enfim, a política também deve ser exercida exatamente pelas pessoas que gostam daquilo que fazem. Eu quero-vos dizer que presidir a esta Assembleia Municipal durante estes dez anos foi para mim um enorme privilégio partilhar convosco estas inúmeras horas em que debatemos de uma forma ativa os vários temas que aqui foram



trazidos a debate. Portanto, não queria deixar de nesta Sessão e neste início, fazer esta intervenção exatamente para vos agradecer e para assinalar, digamos assim o final dos nossos trabalhos que obviamente só se concluirão no final desta Ordem de Trabalhos que hoje temos, mas penso que é preferível que isto seja já tratado no início da Assembleia para que efetivamente depois possamos fazer a Ordem de Trabalhos com toda a normalidade. Portanto este era um inicial que eu gostava de trazer. Depois, sugeria que, tenho aqui já pedidos de intervenção da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, presumo que o Partido Socialista também quererá falar sobre isso. O PSD, também já tenho aqui o Senhor Presidente da Junta de Côta inscrito, que seria para tratar da questão do tema dos fogos florestais. É um tema que saberia que nesta Sessão da Assembleia todos os Grupos Parlamentares iriam querer falar. Portanto, o que eu sugeria, é que dentro do Período Antes da Ordem do Dia, o primeiro ponto a tratar fosse exatamente a questão dos fogos florestais, não deixando eu também de querer assinalar aqui, numa intervenção breve, deixando depois para os Senhores Deputados, até porque sei que há Moções e coisas assim para apresentar, não deixando por um lado aqui de lamentar a forma como esta época tem sido madrasta, designadamente para o nosso Distrito. No nosso Concelho também com alguns fogos, a angústia com que temos andado todos pelo facto de verificarmos que independentemente dos meios que são locados ao combate aos incêndios, a verdade é que eles todos os anos continuam a ocorrer e este ano com particular incidência, não só com perda da riqueza patrimonial, mas também e sobretudo pela riqueza humana, porque pessoas tem morrido no combate aos incêndios, sobretudo Bombeiras e Bombeiros e recentemente uma Bombeira também aqui do nosso Distrito que muito nos entristeceu. Portanto, não queria deixar de ter aqui uma palavra, por um lado para os nossos autarcas, eu acho que os Presidentes de Câmara dos vários Concelhos que têm sido afetados, têm dado uma demonstração de como muitas vezes mesmo as competências não lhes dando os meios, os meios aparecem independentemente da Lei os prescrever ou não. Por outro lado também aos Bombeiros que muitas vezes têm sido injustiçados mas que têm sido claramente uns corajosos na forma como têm trabalhado de sol a sol, praticamente sem descanso porque digamos, as ignições que têm existido, não lhes deixam praticamente folgo. Portanto, deixar aqui também uma palavra de solidariedade para as populações e para sobretudo para as corporações que têm sido afetadas por mortes de Bombeiros. Proporia e sei que há também uma proposta aqui em cima da Mesa, que depois no decurso no final do debate, de alguma maneira através de uma salva de palmas ou de um minuto de silêncio nós prestássemos também aqui a nossa homenagem, não só aos Bombeiros, mas também às pessoas que faleceram ou que têm sido vítimas dos incêndios e também da solidariedade para com corporações e famílias das pessoas que têm estado envolvidas. Sugeria que depois então nessa altura, nós fizéssemos aqui uma homenagem. Portanto, feita esta introdução antes do Período da Ordem do Dia eu iria iniciar o Período Antes da Ordem do Dia eventualmente começando por tratar a questão dos incêndios e dava primeiro a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Côta, que foi a primeira pessoa que me pediu para falar sobre esta matéria, depois à Senhora Deputada do Bloco de Esquerda que também me pediu para falar sobre esta matéria e não sei se alguém do Partido Socialista quererá falar sobre este assunto, como não está aqui identificado...O Senhor Deputado Carlos Portugal. Portanto, dou então primeiro a palavra ao Senhor Deputado Joaquim Polónio, Senhor Presidente da Junta de Côta.-----

- UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD): Bom dia. Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, neste momento Senhor Vice Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Público presente e Comunicação Social. Vamos ver se a voz não me atraiçoa, porque quem passa mais de



meio século a poupá-la, a poupar a garganta sem fumar, em poucos dias fica com ela mais fumada do que uma chouriça. Sendo esta também a última Assembleia em que certamente participarei, quero deixar aqui o meu agrado, pelo respeito, pelo carinho, pelo espírito de família que sempre tivemos aqui e o que tiveram para comigo principalmente. Espero que no futuro, esta Assembleia continue a trabalhar no sentido positivo, no sentido de promover e levar sempre o nosso Concelho cada vez mais longe e melhor. Por isso mesmo, se alguma vez, também aqui se eu melindre alguém em algum pormenor, em alguma das minhas intervenções, ficam as minhas desculpas, mas o que é certo é que eu saio daqui com o sentido do dever cumprido e acho que contribui, tanto quanto pude para que as coisas também andassem bem, como penso que andaram. Mas o que me trouxe aqui, foi precisamente para falarmos sobre os incêndios. Venho aqui pelo pior motivo. Infelizmente mais uma vez a minha Freguesia e o norte do Concelho de Viseu porque se estendeu à Freguesia de Barreiros e Cepões, fomos flagelados por um enorme incêndio. Incêndio este que já vinha do Concelho de Sátão, mais concretamente Duas Igrejas, junto a Ferreira de Aves. Em poucas horas ele entrou, passou pelo sul do Concelho de Vila Nova de Paiva e entrou no norte do nosso Concelho através de Côta. Não deixando de louvar o empenho, o esforço e a dedicação de muitos Bombeiros, há outras coisas que têm que ser revistas, porque enquanto por um lado há Bombeiros que chegam ao ponto de sacrificar a própria vida, como foi o caso recente, de uma série deles e outros que ficaram feridos com gravidade, também os há que ainda continuam a ter comentários, “isto é para arder deixem-no arder”. Isto é de lamentar, mas seja como for os heróis não pagam por estes, estes são talvez exceções e espero que assim o sejam, mas para salvaguardar tudo isto, é muito importante que o sistema de comando, CDOS, passe a funcionar de outra forma, que seja mais eficaz e acima de tudo que escute, com rapidez, que não lhe venha dar razão depois à posteriori, mas que escute com rapidez, quem por vezes em representação das populações, insiste com eles e lhes chama à atenção para determinados pontos estratégicos que podem ser adotados no combate a estes flagelos. Isto foi uma coisa que mais uma vez não aconteceu. O incêndio começou por volta das nove horas em Ferreira de Aves, nove da manhã, passadas duas horas e meia, tinha atravessado o sul do Concelho de Vila Nova de Paiva e estava a entrar no nosso Concelho de Viseu, em Côta. Eu do local onde me encontrava no momento, apercebi-me precisamente disso e por experiência, até porque este incêndio, foi a cópia exata de um que ocorreu há vinte e dois anos, previ logo o que ia acontecer. Quando me apercebi que uma projeção tinha passado a variante de Vila Nova de Paiva/ Sátão, ou Sátão/Vila Nova de Paiva, como queiram, mais uma vez insisti através do número cento e dezassete que tive muita dificuldade em contactar e vim a saber que este número está a ser utilizado para outros fins e eu penso que ele foi criado exclusivamente para o socorro. Tentei por várias vezes, até que depois fui atendido, mas já tardiamente. Portanto, as forças, os meios que estavam no terreno, estariam mais preocupadas com as laterais do incêndio, que podiam afetar nesta altura as Minas, Fonte Arcada, Louzadela e Queiriga. Compreende-se que assim fosse, mas deixaram a frente principal, que vinha a favor dos ventos desgovernada no sentido da variante. Ao aperceber-me e na expectativa que a variante o travasse, talvez eles também estivessem nesta expectativa, mas apercebi-me rapidamente que ele que ia passar, dada a intensidade dos ventos. Insisti, insisti, insisti e só ao fim de muito insistir e ao fim dessa projeção que passou a variante já ter ganho uma proporção bastante grande, é que foi enviado um meio aéreo a tentar combater esta projeção, este novo incêndio por assim dizer. Claro, o incêndio entrou numa zona difícil e aqui desde já o meu Louvor aos nossos Bombeiros Municipais a quem liguei de imediato, ao seu Comandante, mas também à Câmara Municipal, através do seu Vice-presidente Doutor Américo, que também de imediato se empenhou e ajudou em tudo o que pôde, ao ponto de ir ao local, estar comigo com o Senhor Vereador Professor Lemos



e com o Senhor Vereador Hermínio e que se inteiraram da situação. É verdade que fomos para o terreno, mas com poucos meios, apenas com os Municipais e com um carro dos Voluntários. Aquilo já tinha uma proporção tal que não conseguimos dominar aquela frente e aqui o meu desgosto, o meu desalento, porque se tínhamos tido o apoio de um simples helicóptero, nós com aqueles poucos meios, tínhamo-lo conseguido, porque faltaram-nos apenas cem metros de frente de incêndio, de um brutal incêndio para o dominarmos completamente. Lutámos, esgotámo-nos, talvez por isso é que estou assim e os Municipais foram incansáveis. Segurámos uma frente de mais de um quilómetro e meio e depois por cem metros, porque nós não chegámos a tempo, o impacto deu-se muito próximo da zona não ardida e houve inúmeras projeções para a outra parte que nos deixaram de rastos. Quando eu e os Bombeiros, o Comandante que estava no terreno que apelámos mil e uma vez, dêem-nos ajuda, isto vai ser muito grave, mandem-nos um único meio aéreo e nós resolvemos isto. Não o fizeram. Isto é de lamentar, não pode voltar a acontecer. Isto é uma experiência que sirva para o futuro, já o disse mais vezes, já o disse aqui no passado e é estas coisas, estas pequenas coisas que temos que ter em atenção. Os incêndios dominam-se à nascença, não é quando eles estão incontrolláveis. Os incêndios devem se apagar na casa do vizinho, não é quando já estão à nossa porta. E aqui, ele passa e varre toda aquela área de floresta que não se pode dizer que não estava ordenada ou que não estava minimamente limpa, porque o estava até à Aldeia de Nogueira de Côtá onde colocou muitas casas e pessoas em risco. Felizmente não o foi dada a intervenção, mais uma da Câmara, que me apoiou com outros meios, inclusive com o envio de um buldózer e quero aqui referir também que foi talvez através da minha insistência que foi reconhecida a utilidade dos Buldózeres no combate aos incêndios. Mais uma vez se provou que é um bom meio de combate aos incêndios. Apagámos frentes enormes com o buldózer. Sem um único meio disponível a não ser o buldózer. Também aqui um agradecimento a outros, firmas que não vou nomear para as preservar que nos enviaram outros meios como cisternas com água, com o apoio de água e essas coisas. Também não posso esquecer aqui o trabalho, o empenho, o esforço que foi feito por um grupo de jovens da minha Freguesia, que lutaram lado a lado com os Bombeiros, para tentar travar isto. Mas infelizmente não conseguimos travá-lo atempadamente, teve que se evacuar uma quinta que estava próxima do limite com Côtá e Barreiros e o incêndio, entra por Barreiros, quase não deixando um pinheiro verde ou uma árvore verde, fora do perímetro urbano em Barreiros, assim como em Cepões, inclusive o Monte de Santa Eufémia. Ficou tudo com uma paisagem tão triste, uma paisagem que era tão bela, tão bela, uma fonte de riqueza quer económica quer de paisagem, quer de saúde, ficou completamente destruída. Mais uma vez tenho que dizer que temos de limar alguma coisa que está errado. Eu sei que não podemos ter um Bombeiro por cada metro quadrado, sei que não podemos ter um Polícia por cada Cidadão, mas uma coisa é certa, eu lembro-me que noutros tempos isto não acontecia. Porque é que agora acontece? Muito obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

- **DOIS - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Muito bom dia a todos e a todas. Espero que estejam recuperados depois das férias e que estejam com energia para esta última Assembleia Municipal deste final de quatro anos deste Executivo. Eu não posso antes de ler a Proposta de Recomendação que trazemos sobre as medidas de prevenção dos fogos florestais, sem mostrar a minha solidariedade com o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Côtá e para relevar, não é um pedido, mas se calhar aquelas frases “isto é para arder, deixem arder”, é um desabafo num momento de quase cenário de guerra, porque quem vê televisão, nós estamos num cenário de guerra diário. Eu acho que é pior do que estar noutros países em que há



guerra efetiva. Quem olha aqueles jovens e aquelas pessoas no meio daquele fogo assustador, acho que é às vezes os desabafos num sentido até de não terem mais meios quer humanos, quer materiais. Portanto, a minha solidariedade por quem está a passar por isso, até porque nós aqui no centro da Cidade também sentimos os fogos que estão à volta, até pela mancha de fumo que nos tem assolado nestas últimas semanas. Vou passar então a ler a Proposta de Recomendação.-----

“REFORÇO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO DOS FOGOS FLORESTAIS” -----

- *Considerando que os fogos florestais voltaram a flagelar o Concelho de Viseu, embora não atingindo a intensidade dramática do ano passado, nem a dimensão dos fogos que tragicamente ceifaram a vida de jovens Bombeiros na Serra do Caramulo, onde também ficou destruída uma viatura dos Bombeiros Voluntários de Viseu.*-----

- *Considerando que os fogos florestais não só provocam prejuízos materiais às populações rurais, como também causam sérios danos ao ambiente e à saúde de todos os municípios que mesmo a dezenas de quilómetros de distância respiram o ar saturado de partículas poluentes, afetando principalmente crianças e idosos e doentes do sistema respiratório.*-----

- *Considerando que continua a verificar-se insuficiências no trabalho de prevenção dos fogos florestais e na gestão da florestal no nosso Concelho, tais como abertura de aceiros ou faixas de gestão, pontos de água, limpeza de matas e vigilância aliás, os dados oficiais demonstram que em Portugal se gasta quatro vezes mais no combate aos incêndios do que na prevenção dos mesmos.*-----

- *Considerando que o Município de Viseu continua a não dispor de uma Comissão Municipal de Proteção Civil.*-----

- *Considerando que o Município de Viseu continua a não dispor do número de Bombeiros suficiente, muito longe do rácio recomendado de cem Bombeiros para uma população de cem mil habitantes, porquanto os Bombeiros Municipais continuam a ter trinta e nove elementos apenas profissionais, dos quais nove, à volta de nove estão à espera da aposentação, são números confirmados nos Bombeiros Municipais e os Bombeiros Voluntários de Viseu apenas dispõem de um corpo ativo sensivelmente cerca de cinquenta elementos, porque ninguém sabe dizer ao certo, quantos Bombeiros Voluntários existem, até porque já lá vai o tempo em que tocava a sirene e as pessoas a correr se ausentavam do seu local de trabalho e se reuniam no quartel, para irem combater o incêndio ou uma catástrofe qualquer. Neste momento as pessoas dependem muito dos seus locais de trabalho e não abandonam assim o seu posto de trabalho para darem apoio aos Bombeiros Voluntários. Existem sim, Bombeiros assalariados nos Bombeiros Voluntários que fazem e que mantêm a corporação com alguns elementos. Portanto, um corpo ativo de cerca de cinquenta elementos, não podendo dar um número certo, porque há muita gente inscrita e depois no ativo, no dia-a-dia nunca se sabe com quem se pode contar.*-----

- *Considerando que apesar da boa vontade dos Bombeiros de ambas as corporações, verifica-se uma descoordenação de meios que dispersa esforços e prejudica a eficácia da sua ação.*-----

Assim, a Assembleia Municipal de Viseu reunida em três de setembro de dois mil e treze, delibera, e em primeiro, na sequência do que o Doutor Almeida Henriques disse, eu proponha uma salva de palmas em todos os Bombeiros falecidos, e também nos outros que estão em combate neste momento, ao serviço do bem comum.-----

- *Reclamar ao Executivo Municipal que, regularmente, mas sobretudo sempre que ocorram fogos florestais, faculte informação atempada aos municípios acerca da qualidade do ar, para acautelar os efeitos nefastos da poluição na saúde das populações e divulgue os cuidados a adotar.*-----

- *Recomendar ao Executivo Municipal o reforço de meios humanos e materiais dos Bombeiros Municipais e uma implementação mais completa das medidas de prevenção dos fogos florestais.*-----



- Reclamar ao Executivo Municipal a criação de uma Comissão de Proteção Civil que coordene de forma mais eficaz a ação das duas Corporações de Bombeiros, Municipais e Voluntários, do Concelho, tanto no que concerne à proteção civil como à proteção florestal, tendo em conta a vasta área florestal do Concelho, em grande parte desordenada”.

Obrigada.-----

*- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto, está-se a ouvir bem? Está. Senhora Deputada, eu até já sei o artigo de cor, é o Art.13º nº1 c). É exatamente aquele artigo que diz que as Recomendações são canalizadas com base até no parecer que recolhemos, serão canalizadas diretamente para o Executivo. Direi que a única coisa que depois iremos votar, mas já agora vamos ouvir também a intervenção do Senhor Deputado Carlos Portugal. A única coisa que eu depois sugeria que votássemos por comum acordo, era um voto de pesar em homenagem aos Bombeiros e a tal salva de palmas de homenagem. Senhor Deputado Carlos Portugal tem a palavra.-----*

*- **TRÊS - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente e Secretariado da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Caros Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores. MOÇÃO. “A vaga de incêndios que têm assolado Portugal, e em especial o Distrito de Viseu, nomeadamente a zona do Caramulo e Satão, são indubitavelmente motivo de preocupação para toda a comunidade, merecendo destaque por parte desta Assembleia Municipal. -----*

-Nas últimas décadas, tem-se debatido e legislado muito acerca da problemática dos fogos florestais. Contudo, a eficácia não tem sido a desejada, uma vez que os prejuízos têm vindo a ser cada vez mais elevados tanto a nível patrimonial, ambiental, assim como a nível humano. No que concerne ao fator humano, é de lamentar que na última década mais de sessenta Bombeiros sacrificaram a vida, de forma voluntária e graciosa, em missão de socorro e combate aos fogos.-----

-Quero com esta Moção destacar a grande importância e respeito pelos Bombeiros assim como lhes presto um eterno agradecimento pela prontidão, dedicação e amor pelo próximo, dando a sua vida para salvar outras vidas.-----

-Foi deste modo que três Bombeiros, Ana Rita, Bernardo Figueiredo e Cátia Dias respetivamente das corporações de Alcabideche, Estoril e Carregal do Sal, perderam a vida, ainda tão jovens e audazes, no cumprimento do exercício de combate a um incêndio. Incêndio este, que foi provocado cobardemente por mãos criminosas.-----

-Quero Também deixar uma palavra de conforto a todos que por meio desta catástrofe viram os seus bens devastados, esperando que o Estado os possa apoiar em tempo útil.-----

-Assim em meu nome pessoal e da bancada do Partido Socialista Proponho:-----

- Um voto de pesar e um minuto de silêncio em memória das vítimas dos fogos florestais ocorridos no nosso País, durante este ano, com particular atenção para os que perderam a vida no incêndio da Serra do Caramulo. Do mesmo modo, peço a todos que a solidariedade seja a palavra-motor para todos os feridos e afetados com esta tragédia.-----

- Solicitar à Assembleia da República e demais entidades envolvidas na responsabilidade legislativa para que reforce com uma Lei Penal mais eficaz para crimes desta natureza, assim como os meios de investigação e ação penal.-----

- Solicitar ao Governo da República no sentido de dar o apoio atempado às vítimas e seus familiares dos Bombeiros, que no exercício das suas missões, são colhidos pelo infortúnio de ficarem com perdas totais ou parciais das suas vidas.-----

- Solicitar ao Governo da República que encare definitivamente a problemática dos fogos florestais como um assunto prioritário para que se reúnam as condições necessárias para a promoção de um programa de prevenção e combate aos incêndios, assente na



articulação entre os Cidadãos, as Autarquias, o Exército e outras entidades, para a execução de um plano de limpeza e construção de linhas de acesso e contenção em caso de incêndio.-----

- *Será necessário ainda, promover a criação de um programa de investimento articulado com a Força Aérea, capaz de equipar o país com mais meios terrestres e aéreas tornando-o tanto quanto possível autónomo no combate aos incêndios.*”-----

-Enviar cópia para a Presidência da República, Gabinete do Primeiro Ministro, Presidente da Assembleia da República, Bancadas Parlamentares com representação na Assembleia da República, Ministério da Administração Interna, Ministério da Defesa, Ministério da Agricultura e do Mar, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Câmara Municipal de Tondela, Câmara Municipal do Satão e Câmara Municipal de Vouzela, Bombeiros Voluntários de Alcabideche, Estoril e Carregal do Sal.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Queria só sugerir o seguinte: Como o Senhor Deputado Tiago Pinhel também quer falar sobre esta questão dos incêndios, depois eu abria um período de debate sobre as propostas que foram apresentadas e o Senhor Presidente da Câmara também pediu para usar da palavra sobre esta matéria. Senhor Deputado Tiago Pinhel tem a palavra.-----

- **QUATRO - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente, os meus cumprimentos. Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Caros Colegas, Público, Comunicação Social. Numa curta intervenção, resta-me como representante do CDS nesta Assembleia Municipal prestar a devida homenagem a todos os Bombeiros que de forma árdua, combatem este flagelo que nos assola nos últimos dias. A todos os que estão nesta luta, o nosso sincero agradecimento. Não quero no entanto deixar de realçar que este é o momento de trabalho de ajuda e união. Mas não podemos esquecer que no futuro é importante trabalhar na prevenção e nessa, são as Autarquias, Câmaras, Juntas de Freguesia que são quem melhor conhece o território e os seus proprietários, quem têm um papel importantíssimo e que tudo devem fazer para o cumprir. Não queria também deixar de dizer e partindo já do ponto que o Senhor Presidente disse que ia passar a ser o próximo, estamos totalmente de acordo com a *Moção* do PS, não sei se irei tão fundo com os pedidos que faz à Assembleia da República, não sei se os meios são poucos se são muitos, quer dizer, no final talvez se consiga fazer o balanço, neste momento o que interessa é estarmos todos solidários com quem está a combater com os meios que tem e com o que se pode fazer. Muito Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

- **CINCO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Dizer que o Partido Social Democrata e conforme já foram aqui expressos nas intervenções tanto do Senhor Presidente da Mesa como do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Côta, o meu amigo Polónio, estamos perfeitamente solidários com os Bombeiros, com as Populações e obviamente que estamos também solidários e identificados com as intervenções que aqui me precederam. Dizer que efetivamente este é um momento de ajuda e colaboração, haverá um “*timing*” em que deverá ser feito o debate e daí saírem as proposituras para alterações e procedimentos em termos futuros. Precisamente porque não é esse o “*timing*” e independentemente de podermos concordar ou não com uma ou outra qualquer situação, mas não é este o momento para essa discussão. Dizer que efetivamente nos identificamos com o que aqui se passou, genericamente porque as questões de pormenor, não vamos entrar por aí. Portanto estamos perfeitamente de



acordo em votar favoravelmente. Senhor Presidente, eu só fazia e nomeadamente ao Partido Socialista uma pequena proposta de alteração. Eu penso que também temos que nos adaptar um pouco aos tempos e eu penso que mais do que um minuto de silêncio, devíamos era ter aqui era uma enorme salva de palmas, para darmos uma força, uma energia maior através das nossas palmas o apoio a todos os Bombeiros. Era só esse pormenor que eu pedia. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado. Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para falar também sobre este assunto.---

- **SEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Muito obrigado Senhor Presidente, numa saudação naturalmente inicial quero dizer que concordo com aquilo que foi dito aqui anteriormente. Mas nem por ser a última Assembleia, eu deixaria passar alguma coisa menos correta e tem a ver com a intervenção da Deputada do Bloco de Esquerda. Eu conheço bem o rácio. O rácio que é indicado de que haja um Bombeiro por mil habitantes, o que significa que no nosso Concelho teria que haver cem Bombeiros. Agora confundir o número de Bombeiros apenas com Bombeiros Municipais, é de facto não conhecer a realidade. Significava que havendo apenas pouco mais de vinte corpos de Bombeiros Municipais por todo o País, não havia combate aos incêndios. Portanto, está desmistificado e isto tem de sobrar sempre para a Câmara. O nosso Concelho está muito bem servido, o conjunto de Bombeiros Municipais e Bombeiros Voluntários, ultrapassa e muito, o rácio que o Bloco de Esquerda aqui trouxe. Portanto eu queria dizer que tomáramos nós que todos os Concelhos tivessem esta possibilidade, dos corpos de Bombeiros, quer Voluntários quer Municipais. Agora dizer também que nós apoiamos, além de pagarmos na íntegra os Bombeiros Municipais, ajudamos e de que maneira os Bombeiros Voluntários, o que não acontece também nos outros lados. Ainda há pouco se via uma corporação de Bombeiros Voluntários de uma das maiores cidades portuguesas queixar-se que há dezoito anos não recebia um tostão da Câmara Municipal. Portanto, não é essa a nossa posição e eu naturalmente, associando-me a tudo aquilo que foi dito, deixar que escape alguma coisa, porque na Câmara Municipal temos apenas “x” Bombeiros Municipais, não deixaria passar. Tomáramos nós que todos os Concelhos estivessem tão bem servidos como o nosso. Ainda há pouco, o Senhor Presidente da Junta de Côta e eu digo bem Côta, acabou por dizer que os Bombeiros Municipais fizeram um excelente trabalho na Freguesia de Côta e nas Freguesias vizinhas. Era apenas isto Senhor Presidente.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu penso que não tenho mais nenhuma inscrição sobre esta matéria. Quer usar da palavra pela segunda vez? Tem a palavra Senhor Deputado. Faça o favor. Tem a palavra.-----

- **SETE - O SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS)**: É no sentido de que não vejo qualquer inconveniente de haver a alteração, em substituir o minuto de silêncio pelas palmas. Desde que seja com dignidade, não vemos qualquer impedimento nesse gesto.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Senhora Deputada Manuela Antunes para uma segunda intervenção.----

- **OITO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: Apesar de respeitar a justificação do Senhor Presidente, eu só queria dizer que por exemplo Coimbra em cento e dez mil habitantes, têm à volta de cento e sete Bombeiros Municipais e outros Concelhos também. Dizer que os nossos Bombeiros por serem tão poucos, têm que fazer turnos, cinco turnos com pouquíssima gente, de seis, sete elementos, por vezes até menos, em que por vezes saem carros, onde nem sequer têm os elementos suficientes para o manuseamento necessário do material com o qual saem. Aliás, há algumas experiências de um Bombeiro sair com o carro. Não estou agora a



dizer especificamente para os incêndios que estão a decorrer e portanto saem sozinhos colocando em risco quer os meios materiais quer as vidas humanas. Penso que a aposta era mesmo aumentar o número de efetivos. Eu queria fazer uma questão, que é uma que não tenho mesmo dados e que me mete um pouco de confusão. Quantas reuniões são promovidas em conjunto entre os Bombeiros Municipais e Voluntários e com a Proteção Civil para coordenarem e para planificarem cada ano em termos de intervenção dos Bombeiros? Esse era um dado que eu gostava também de ser esclarecida. Obrigada.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- **NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Presidente é muito rápido. Primeiro esclarecer que os Bombeiros de Coimbra não são Bombeiros Municipais, são Sapadores, que também tem Lisboa. A Senhora Deputada desconhece isso. Há uma diferença enorme entre Sapadores e Bombeiros Municipais. Depois gostaria de deixar aqui uma pergunta que penso que é eloquente. Pergunto à Senhora Deputada quantos Bombeiros Municipais tem Salva Terra de Magos, que é uma Câmara presidida pelo Bloco de Esquerda.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito bem, iríamos então passar às votações. Em relação à proposta apresentada pela Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, à que eu apresentei inicialmente e à do Partido Socialista, basicamente há aqui um ponto que penso que poderá ser votado em conjunto, que era o Voto de Pesar pela morte dos Bombeiros e também uma Salva de Palmas solidária para com os Bombeiros. Depois, votaríamos a *Moção* completa apresentada pelo Partido Socialista, se estivessem de acordo, acho que é a metodologia mais correta. Sendo assim, então eu colocava à votação aquilo que é o ponto comum entre a proposta apresentada pela Mesa, pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista, que é o Voto de Pesar e a Salva de Palmas. Pergunto quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* Colocaria agora à votação, a *Moção* apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Portugal, perguntando quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* Portanto, sugeria que fizéssemos a homenagem. "**CONCRETIZA-SE UMA SALVA DE PALMAS**"-- Passamos então agora, ao próximo inscrito, que é a Senhora Deputada Sofia Pires.-----

- **DEZ - A SENHORA DEPUTADA SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Comunicação Social e restante Público. Definir cultura não é uma tarefa fácil, cada um de nós apresenta uma definição diferente e única. Arias (2002) descreve o conceito de cultura como: Especificamente uma construção humana que se expressa através de todos esses símbolos universais e significados socialmente partilhados, o que permitiu a uma sociedade começar a ser tudo o que foi construído como povo e sobre a qual se desenvolve um discurso de referência, de pertença e de diferença, isto é, como se define a sua IDENTIDADE.-----

Neste, sentido o autor afirma que cultura é uma expressão da construção humana. É através do diálogo entre as pessoas no dia-a-dia, na interação social que são construídos gradualmente símbolos e significados que têm sentido para essas pessoas e são partilhados entre elas. Uma cultura está repleta de significados que vão identificar esses indivíduos como pertencentes a uma determinada comunidade ou região, diferenciando-os de outras comunidades, surge assim, a identidade cultural.-----

A cultura aparece como o somatório de costumes, tradições e valores - é uma forma própria de ser, estar e sentir o mundo, que leva o indivíduo a fazer, ou a expressar-se, de forma única.-----

Ora, SER é também PERTENCER a algum lugar, a um grupo, seja a família, a amigos



ou a uma comunidade.-----

A cultura, desenvolve-se então como um forte agente de identificação pessoal e social, um modelo de comportamento que integra grupos sociais e gerações. Podemos quase afirmar que nestes tempos conturbados surge como uma terapia que desperta os recursos internos do indivíduo e promove a sua interação com o grupo. Além de ser um fator essencial na promoção da economia local aparece também como fator promotor da saúde, na medida em que o indivíduo se realiza como pessoa e expande as suas potencialidades.-----

A Cultura, permite transcender o espaço e o tempo e está presente em todas as formas de manifestação cultural. É um sentimento atávico, inerente à espécie. O executar e o admirar a arte, utilizando-a como fator de integração social e formador de identidade, é um comportamento que desde muito cedo é transmitido de pai para filho e que começa no berço, ao som das primeiras cantigas e histórias para adormecer.-----

Assim sendo, concluímos que a cultura, em todos os seus aspetos, artísticos, tanto de criação, quanto de admiração e divulgação, tem como resultado fortalecer a identidade pessoal e social de um indivíduo e de uma comunidade.-----

O exemplo vivo de tudo o que referimos atrás é o Viseu Naturalmente, projeto cultural desta Câmara que se iniciou em abril e que se estende até setembro/outubro.-----

Muitos são os eventos que nos são propostos pelo programa. Já assistimos ao Festival de Música da Primavera em abril e o Festival de Teatro Jovem em maio que fazem parte da identidade cultural da cidade e que traduzem o exemplo vivo de como as parcerias e o trabalho em rede são um instrumento fundamental para o sucesso dos eventos.-----

Os tempos são difíceis e por isso mesmo Viseu e a sua Câmara Municipal proporcionam um amplo cartaz, de oferta cultural intensa, de cesso totalmente gratuito, que merece ser destacado e que contribui para a economia local e também para o bem-estar de todos os cidadãos.-----

Desde a música, à dança, ao teatro. Às letras, às feiras temáticas, aos museus, ao desporto, a conferências, a atividades lúdicas, à moda, ao cinema, à produção, o Viseu Naturalmente oferece a todos uma oferta diversificada para todos os gostos, todas as gerações e todos os públicos, exemplo de vitalidade e dinamismo.-----

Queremos ainda referir a capacidade da Câmara Municipal de Viseu de chamar a si uma panóplia imensa de agentes culturais, desportivos, económicos, educativos e turísticos que, em parceria, atingem patamares de excelência e que face à envolvimento técnica financeira da Câmara Municipal de Viseu, conseguem em conjunto, produzir mais e melhor, fazendo-nos sentir orgulhosos de tão vasto e rico cartaz.-----

Destaco por exemplo, além dos eventos já referidos, os concertos que se realizaram no final do ano letivo do Colégio da Via Sacra, da Escola Básica Integrada Jean Piaget, do Conservatório Regional de Música, da Academia de Dança de Viseu, o Cinema na Praça, o Festival de Curtas, os Jardins Efémeros, o Festival de Jazz, o Encontro de Artes, a animação da feira das antiguidades, a vinda de grandes concertos de musicais como a Orquestra Filarmónica das Beiras, o da Orquestra Ligeira do Exército, os Jogos Desportivos, a Festa das Freguesias, a Feira Social, a Festa da Tradição Vida. As Marchas dos Santos Populares, a Feira Do Desporto e tantos outros que sem este catalisador económico e técnico/logístico da Câmara Municipal de Viseu não poderiam acontecer. Mas também, muitas outras opções de produção nacional e visense, que por contratação direta estão a decorrer durante estes meses em Viseu partilhando momentos únicos, como por exemplo a Mara Pedro, o Coro Mozart, a Catarina Rocha, as Tunas Académicas, a Carla Caramujo, os Alunos de Apolo, o Carlos Guilherme, a Isabel Alcobia, o António Zambujo, o Teatro de Montemuro e tantos outros. -----

Quero ainda destacar as Manhãs Desportivas, a Atividade Sénior, Conhecer Viseu em Bicicleta entre outros eventos que promovem de forma lúdica, a saúde e o bem-estar,



bem como o convívio intergeracional. Viseu, cuida da sua IDENTIDADE única!-----
 Além do apoio ao Teatro Viriato, ao Conservatório de Música, ao Lugar Presente e às atividades constantes da Biblioteca Municipal e da Rede Municipal de Museus, não esquecendo ainda a Feira de S. Mateus, Viseu está neste Verão com grande e forte dinamismo cultural, que merece elogio e o orgulho de todos nós, por termos o privilégio de viver na MELHOR CIDADE. VISEU? CLARO.... NATURALMENTE!-----
 - **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Agora de seguida, dou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Baila Antunes.-----
 - **ONZE - SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Colegas, Excelentíssimo Público, hoje vejo bastante recheado e ainda bem e Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Enfim, eu mais uma vez venho aqui repetir palavras que tenho recorrentemente referido nesta Assembleia, nomeadamente questões que eu acho estruturantes para o Concelho, que deviam ser e que não são. Entre outros, entre trocadilhos, tenho referido aqui alguns pecados capitais que eu acho e que tenho defendido enfim que se ultrapassem rapidamente, nomeadamente a questão da sustentabilidade económica do Concelho, eu tenho aqui, enfim referido muito essa questão e mais uma vez enfim, quero aqui salientar isso, mas, por falar em sustentabilidade, eu queria pegar na base, queria pegar na base daquilo que é o modelo de desenvolvimento que tem seguido nos últimos mandatos, que se tem baseado na qualidade de vida na Melhor Cidade para Viver no ambientalmente correto, mas que de facto, pela base, desculpem-me a expressão “morre”. Morre porque a primeira questão quando se fala de ambiente, como todos sabemos humanamente diria, é o tratamento de esgotos e mais uma vez foi levantado pela comunicação social a questão que eu tenho aqui desde há oito anos salientado, que é a questão da Póvoa da Medronhosa, ou se quisermos o que está a jusante da ETAR de S. Salvador. Falando de uma maneira mais direta, o Concelho de Viseu não trata, como País desenvolvido onde se insere, não trata os esgotos, alguém disse, um dos candidatos à Câmara que é quase uma situação terceiro-mundista. Eu diria claramente que é uma situação terceiro-mundista, o inadmissível que se passa a jusante da ETAR de S. Salvador na Póvoa da Medronhosa. Foi referido na comunicação social que iria haver algum tratamento do Rio, enfim, nem será sequer uma panaceia porque vai voltar, como tem acontecido ao longo dos anos, esta situação gravosa tem a ver com questões estruturantes. Viseu, mais do que outras obras a nível do ambientalmente correto deveria ter avançado há dez, vinte anos com a construção da ETAR. Agora ela finalmente avançou com um custo extremamente elevado, mas que outros Municípios, apesar de ser uma obra menos visível avançaram muito mais cedo do que Viseu. Viseu inclusive, se quisermos atender à legislação desde dois mil e cinco ao nível do tratamento terciário está em incumprimento, aliás como a própria União Europeia de certa forma já o referiu e devíamos ter avançado, mais importante do que outras infraestruturas, teria sido o tratamento de esgotos, não só a nível da ETAR de S. Salvador, mas a outros níveis no Concelho. Eu pergunto de uma maneira direta, o que é que até à inauguração da nova ETAR e nós sabemos que no Concelho têm sido recorrentes os atrasos, nesta obra não pode mesmo haver atrasos, eu acho, de atrasos já ela tem dez/vinte anos, o que é que vai ser para requalificar, enfim nestes anos ainda que tem de tempo de vida a ETAR de S. Salvador, o que é que está previsto e não só “mezinhas”, como compor o Rio Pavia, enfim que depois virá voltar ao mesmo e depois queria fazer uma pergunta enfim, quase diria mais forte e mais direta ainda que era seguinte: Se o Senhor Doutor Fernando Ruas, se o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara puder contactar os serviços técnicos, eu perguntaria, o que é que é feito às lamas da ETAR de S. Salvador? Eu gostava de saber, só aqui num parentese



rápido, não querendo enfim, aqui um tom professoral, como sabem o tratamento das águas residuais, a poluição não se trata, arruma-se ou vai para o ar sob a forma de dióxido de carbono ou fica nas lamas. Grande parte da poluição está nas lamas e se a ETAR de S. Salvador notoriamente já não tem uma eficiência mínima ao nível do tratamento secundário, nem sequer ao nível do tratamento terciário, o que é que é feito às lamas da ETAR de S. Salvador nos últimos anos? Era esta questão que eu queria colocar. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Deputada Manuela Antunes, quer colocar uma questão ao Senhor Deputado. Não. Então não pode usar da palavra. Já usou da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. Senhora Deputada, como sabe, eu aqui tenho que cumprir os Regulamentos. Senhora Deputada, isto é assim: Os Senhores Deputados no Período Antes da Ordem do Dia têm o direito de intervir uma vez. Se numa intervenção que seja feita, se quiserem pedir um esclarecimento, têm o direito de o fazer através de três minutos. Agora, eu não posso dar a palavra duas vezes. O assunto está esgotado. Muito bem. Dou a palavra agora ao Senhor Fonseca, Presidente da Junta de S. João de Lourosa.-----

- **DOZE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores da Comunicação Social, Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores. É com orgulho e satisfação que venho mais uma vez a esta tribuna para me pronunciar sobre obras que se encontram a ser realizadas na Freguesia onde sou Autarca.-----

- Em primeiro lugar, vou pronunciar-me sobre o andamento das obras do emissário de Teivas à ETAR de Viseu Sul. Estas obras há tanto tempo esperadas, pelas pessoas que vivem na povoação de Teivas, em especial as que vivem nas redondezas da ETAR e a própria Freguesia de S. João de Lourosa, que sempre lutou pelos interesses dos seus residentes, estão neste momento a ser executadas a um bom ritmo. Este novo emissário que na realidade vai desativar a ETAR de Teivas, vai deste modo transmitir um melhor nível de vida às gentes de Teivas e a todas as pessoas que têm necessidades de passar naquele acesso, uma vez que o mesmo é muito movimentado e ao meio ambiente, que é um tema que preocupa cada vez mais as pessoas.-----

- Em segundo lugar, pronuncio-me sobre as obras que se encontram a ser realizadas nas Termas de Alcaface, que têm como finalidade a criação de duas praias fluviais, assim como as infraestruturas de apoio às mesmas, obras essas que têm como finalidade o bem-estar das pessoas residentes e não só, uma vez que uma obra deste calibre irá atrair muitas pessoas vindas de fora, dinamizando assim o espaço em causa. É certo que as referidas obras já deveriam estar concluídas antes deste Verão, contudo devido a percalços sentidos pelo empresário, a mesma esteve parada. Melhores ventos se avizinham e já vai ter o seu reinício.-----

Finalizo agradecendo à Câmara Municipal de Viseu, na pessoa do Senhor Presidente, Doutor Fernando Ruas, por tudo o que fez e continua a fazer em prol deste Concelho. ----

- Bem Haja. Também não podia deixar de agradecer a todo este fórum pelos vinte e quatro anos que aqui estive, a maneira simpática e amigável como me trataram, penso que eu também retribuí da mesma maneira. Bem-haja a Todos.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo.-----

- **TREZE - O SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS):** Muito bom dia a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas



e Público. Hoje claro que se vive aqui um dia histórico no poder autárquico, porque se trata da última Assembleia Municipal antes das Eleições que se avizinham, depois de um longo período liderado pelo Senhor Presidente Doutor Fernando Ruas e também como alguns autarcas de outros órgãos que deixam as funções. Por isso, hoje é uma sessão histórica, não é que as outras também não tenham sido, mas esta aqui tem um significado particular. Em todo o caso a vida corre e os assuntos que me trazem aqui hoje, vêm na linha um pouco do que eu tenho aqui defendido e discutido com os colegas, sobre algumas questões do nosso Concelho.-----

Em primeiro lugar queria felicitar a Câmara Municipal de Viseu pela recente inauguração do edifício batizado de Raoul Wallenberg. Questionei-me da pertinência do nome atribuído aquele edifício. Aliás, questiono-me da pertinência de atribuir nomes aos edifícios, mas é uma questão pessoal que eu não devo trazer para aqui. Mas questionei-me sobre a pertinência de atribuir aquele edifício, que é um edifício medieval, tardo-medieval talvez do Século XV, na esquina da Rua Direita com a Rua da Árvore, um edifício que toda a gente conhecia como sendo a Papelaria Dias, onde durante muitas décadas esteve esse estabelecimento comercial que faz parte do nosso imaginário, sobretudo para aqueles que são mais velhos, mas que entretanto depois foi adquirido pela Câmara Municipal e muito bem e que agora foi portanto, inaugurado como um edifício que será um espaço de divulgação do nosso património da nossa cultura local e regional. Raoul Wallenberg porquê? Se nós temos aqui um conterrâneo nosso que é o Aristides de Sousa Mendes, uma figura que se destacou igualmente pela sua missão humanista de salvar judeus, durante a II Guerra Mundial, Raoul Wallenberg, teve também esse papel, é um diplomata sueco e que salvou muitos judeus húngaros dos campos de concentração e de morte que os alemães durante a II Guerra Mundial, criaram por toda a Europa. Só que este homem teve, um pouco também na semelhança do que aconteceu com o nosso Aristides de Sousa Mendes, foi maltratado, espoliado da dignidade pelo regime de Oliveira Salazar e expulso da carreira diplomática. Ao Raoul Wallenberg correu-lhe um bocadinho pior a vida é que no final da guerra em mil novecentos e quarenta e sete, foi preso por aquilo que iria ser mais tarde o KGB, portanto foi preso pelas tropas soviéticas e desapareceu. Ainda hoje não se sabe aonde é que estão os restos mortais desse senhor, desse Diplomata Sueco. Ele e o seu *chauffeur*. Portanto, ele foi vítima dos dois totalitarismos sanguinários que reinaram na Europa durante muitas décadas, o soviético ainda mais. Ele foi vítima desses dois totalitarismos e portanto, não posso deixar de aplaudir o facto de a Câmara ter dado o nome de Raoul Wallenberg aquele edifício. Evidentemente que, não posso também deixar de o dizer que Raoul Wallenberg, que Aristides de Sousa Mendes, que Óskar Shindler e muitos outros, mereceriam todos uma grande homenagem lá naquele espaço. Gostaria agora de questionar o Senhor Presidente da Câmara, relativamente a um problema, desculpem-me aqui o registo, ainda um pouco neste domínio da cultura, que é relativamente ao Parque Aquilino Ribeiro. O Parque Aquilino Ribeiro, tem uma, uma pequena...nem é um busto, é a cabeça do Aquilino em bronze ali à entrada junto ao Tribunal do Trabalho, é um espaço muito bonito, é um dos espaços de excelência da nossa Cidade, foi requalificado à relativamente pouco tempo, é um espaço muito agradável, onde muitos Viseense e não só, o usufruem, mas curiosamente, confrontei-me há poucas semanas com um turista português, um casal português que me abordou, eu por acaso estava lá a perguntar, o Aquilino Ribeiro, não foi aquele que escreveu o, perguntou lá um livro e por acaso até tinha sido, mas efetivamente ali no Parque Aquilino Ribeiro, não há nenhuma placa, eu acho que era muito importante estar lá uma placazinha em frente à Capela da Nossa Senhora da Vitória, explicando...mas o Aquilino não tem lá nada. Eu acho que era importante, saiu de lá aquela Biblioteca Infantil que existia no parque, mas era interessante haver ali uma memória qualquer, uma informação talvez um pouco mais



detalhada também de um conterrâneo nosso, eu digo conterrâneo no sentido distrito, um conterrâneo nosso que é o Aquilino Ribeiro, que foi uma figura de Viseu também, um homem que frequentou a Cidade, estudou em Viseu e é um homem aqui desta terra. Para finalizar, costuma-se dizer que “*no melhor pano cai a nódoa*” e eu vou guardar a nódoa então aqui para o fim e que também é um assunto um bocadinho mal cheiroso, um bocadinho ali na linha do que o meu colega Pedro Baila Antunes referiu há pouco, mas que é um assunto, independentemente de todo o esforço que a Câmara Municipal de Viseu fez e que todos reconhecem, penso que todos, nesta Assembleia reconhecem que a Câmara Municipal de Viseu fez ao longo destes anos e sobretudo durante os mandatos do Senhor Presidente da Câmara desde o início, na recuperação do Rio Pavia, das margens do Rio Pavia, do tratamento dos esgotos, etc., etc., etc. e independentemente dos acidentes que às vezes acontecem, mesmo quando há sistemas de tratamento de águas residuais, acontecem, nos melhores sítios do mundo, mas há um Rio que passa no nosso Concelho e que não é o Pavia, é o Rio Troço, é um Rio por acaso até bastante bonito e que acompanha ali a Estrada Nacional nº 16 e que desagua no Vouga, para aqueles que não conhecem muito da geografia hídrica do nosso Concelho. O Rio Troço, está com um problema grave, num sítio que eu visitei a propósito de procurar um conjunto de Moinhos que existem lá num determinado ponto, já quase no limite da Freguesia de Bodiosa com Ribafeita, um lugar onde penso que irá ser construído uma mini hídrica ou qualquer coisa assim do género, num sítio chamado “Frádega” é fácil porque as cartas militares têm lá esse topónimo, esse micro topónimo, é um sítio maravilhoso, que tem um conjunto de moinhos, moinhos de rodízio, uma dezena de moinhos de rodízio, todos arruinados, mas estão lá, recentemente foi objeto de limpeza, portanto nesses programas de limpeza das margens dos rios, mas portanto a dita, não sei se é se não é, ETAR de Bodiosa e outras ETARs que há ali na zona, naquelas Freguesias, quando atingem um determinado limite, isto foi a explicação que me deram, não sei se é verdade porque eu não sou especialista na matéria, despejam diretamente para o Rio e o que é certo, é que agora nesta altura do ano, como o rio leva muito pouca água, posso-vos garantir que nesse sítio da Frádega, é um cheiro nauseabundo, nem o Rio Pavia nos piores dias e eu vivi ali ao lado do Rio Pavia, portanto conheço bem, teve uma situação destas. Senhor Presidente da Câmara a questão que eu coloco é: Disseram-me que foi o SMAS que fez a tubagem que despeja para o rio, não sei se é verdade se não, confesso-lhe sinceramente, confesso aqui a minha ignorância, eu só constatei porque fui lá e vi aquilo e pensei, o que é que se passa aqui no nosso território que me parece que é uma situação..., eu não me interessa se o Presidente da Câmara é do PSD ou do CDS ou do PS ou do Bloco ou da CDU ou doutra coisa qualquer, não me interessa, porque os partidos e as pessoas passam e a paisagem fica. Já dizia o Saramago “*que aquilo que nós temos mais é paisagem*”. O que eu queria saber e o que eu lhe queria perguntar é: Efetivamente, como é que chegamos a esta situação concreta ali naquele Rio Troço, que é um afluente do Vouga e mais à frente temos as Termas de S. Pedro do Sul, o que é que se passa? Será que é caso único? Eu não quero aqui fazer nenhuma ligação com a questão do Rio Pavia, porque a questão do Rio Pavia é outra, é outro assunto. Isto é uma coisa concreta, o que é que se passa com estas ETARs, o que é que se passa, qual é o papel do SMAS e efetivamente o que é que se pode fazer para melhorar esta situação. É o que importa. Muito Obrigado.--

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado José Coelho, Presidente da Junta de S. Salvador.....

- **CATORZE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR JOSÉ DOMINGOS ABREU COELHO (PPD/PSD):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Caros



Colegas Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social. O motivo da minha vinda aqui, prende-se com as notícias que de facto vieram a lume, vieram na Comunicação Social, relacionadas com a poluição do Rio Pavia. Sabemos que a ETAR de S. Salvador foi instalada há cerca de trinta e cinco anos, mal localizada, portanto o local não foi o mais bem escolhido não é da responsabilidade da atual Câmara Municipal não é da responsabilidade dos mandatos que o Senhor Doutor Fernando Ruas fez, a localização não é da responsabilidade dele, de facto não foi a ideal, mas infelizmente ela está lá e tivemos que a aceitar e resolver. Estou solidário com os habitantes que de facto se manifestaram através da Comunicação Social, porque de facto o Rio possuía poluição que prontamente a Câmara está a resolver e penso que durante o dia de hoje todos os problemas com o Rio Pavia serão resolvidos, mas de facto, são problemas de resolução pontual. Felizmente a Câmara, possuindo ao longo dos anos, ao longo dos mandatos do Doutor Fernando Ruas uma almofada financeira, conseguiu dar início a uma obra que de facto é almejada pela nossa Freguesia, que é a construção da ETAR Viseu Sul, obra essa que para se fazer é preciso de facto dinheiro, é preciso de facto a Câmara estar com essa capacidade, não é só dizermos que temos que fazer obra e devia ser feita a mais tempo, é possível fazer-se mas tendo-se capacidade financeira para a fazer, é uma obra que envolve mais de quarenta milhões de euros, temos que o referir e de facto a população de S. Salvador em meu nome quer felicitar o Senhor Doutor Fernando Ruas por dar início a essa obra, cujos trabalhos de execução do coletor geral em S. Salvador, já estão em bom andamento, espero que com esta obra o problema seja definitivamente resolvido, assim o desejo e espero também que não haja percalços na sua execução e que durante o prazo previsto no contrato, ela seja executada. É isso que que eu peço, que de facto seja possível e desta forma agradecer ao Senhor Doutor Fernando Ruas e ao seu Executivo por terem dado início a esta obra de facto de grande envergadura que vai resolver definitivamente os problemas de poluição em S. Salvador, nomeadamente na povoação da Póvoa da Medronhosa. É só.....

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo.....

- **QUINZE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O tema que me traz aqui hoje, neste Período Antes da Ordem do Dia, tem que ver com, já se falaram aqui de notícias a envolver o nosso Concelho, a nossa Cidade e ainda ninguém tocou num ponto que nós entendemos pertinente também discutir aqui nesta Assembleia, que se trata de e que veio aliás em variadíssimos órgãos de Comunicação Social inclusivamente nacionais, que se trata da atribuição de subsídios que o Senhor Presidente da Câmara tem feito nos últimos tempos e que nós gostaríamos de registar em Ata nesta Assembleia, a posição que temos sobre isso. É evidente que todos nós como sabemos as justificações que o Senhor Presidente tem dado acerca deste tema. De qualquer das maneiras, o Partido Socialista entende fundamental até por questões de posteridade sabermos aonde é que cada um exatamente colocava na discussão destas questões. São questões de facto de ética política e como qualquer questão de ética, é sempre discutível e podemos sempre analisar numa perspectiva ou de outra, aliás, não posso deixar passar em claro que também, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, hoje na abertura dos trabalhos, referiu, do meu ponto de vista de forma muito discutível que tenciona levar o seu mandato como Presidente da Assembleia Municipal até ao fim, interrompendo-o apenas note-se, no período da campanha eleitoral. Isto não deixa de ser curioso, porque o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aceita assim, que no período da campanha eleitoral não é digamos compatível a sua função de candidato à Câmara, com a sua função de



Presidente da Assembleia Municipal. Todavia, hoje, nas semanas que nos antecederam, até parece que não estamos em campanha eleitoral e portanto não vê qualquer incompatibilidade em exercer digamos, o cargo de Presidente da Assembleia Municipal e de estar presente nas inúmeras inaugurações enfim, eventos locais na qualidade precisamente de Presidente da Assembleia Municipal. Também queremos deixar este reparo e entendemos que é absolutamente pertinente, não escapará seguramente a nenhum Viseense, até pelos Outdoors que vêm pela rua, pelas notícias que há em todo o lado, que o nosso Presidente da Assembleia Municipal é candidato à Câmara. Mas voltando ao tema dos subsídios e porque conhecemos as posições que o Senhor Presidente da Câmara tem e a justificações que tem dado para estas entregas, nós queremos como dizia há pouco deixar clara a nossa posição relativamente a isto. É legítimo conceder subsídios e principalmente a entidades que prosseguem fins sociais? Estamos completamente de acordo que sim, é legítimo. É legítimo inclusivamente aumentá-los, aumentar estes subsídios em ano de crise? Achamos que sim que é completamente legítimo. Inclusivamente os Vereadores do Partido Socialista, votaram favoravelmente a esses mesmos subsídios e portanto, aliás, de estranhar seria que os Vereadores do Partido Socialista, sendo o Partido Socialista o Partido com a matriz social enfim que tem e que defende que não o fizessem. A questão é? É legítimo fazê-lo à porta das igrejas e sobretudo à porta das eleições? Do nosso ponto de vista, não é legítimo. Não é legítimo porque queiramos ou não, isto só pode ser entendido e se repararmos um pouco por todo o lado, é assim que é de facto entendido, como eleitoralismo. Eleitoralismo, à custa dos contribuintes, à custa do nosso dinheiro, porque há aqui sempre uma posição muito clara que quem gere, quem administra, quem tem o poder executivo tem que deixar. O dinheiro Senhor Presidente da Câmara, não é naturalmente seu. O dinheiro, não é dos Senhores vereadores. O dinheiro, com todo o respeito que eu tenho por todos os Autarcas, inclusivamente pelos Senhores Presidentes de Junta, não é dos Senhores Presidentes de Junta. O dinheiro é nosso. Cabe a alguns legitimamente e eleitos democraticamente geri-lo, mas o dinheiro não é vosso. E por mais voltas que o Senhor Presidente da Câmara queira dar, por mais justificações que nos queira acrescentar, de facto, ninguém compreenderá, que não seja visto como uma forma de campanha eleitoral, independentemente de ser ou não candidato nestas eleições, independentemente de levar consigo ou não candidatos a estas eleições, que já agora aproveitamos para dizer que leva, que leva, portanto, isto do nosso ponto de vista não é aceitável, do nosso ponto de vista, deveria ser evitado, aliás, terminaria do nosso ponto de vista muito melhor os seus vinte e quatro anos de gestão à frente da Autarquia, se neste ano particularmente, enfim, tivesse feito isso há mais tempo, tivesse feito isso eventualmente com outra descrição. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Eu tenho vários pedidos de inscrição, que presume que são para colocar questões ao Senhor Deputado, Eu começava pelo Senhor Presidente da Junta de S. João de Lourosa. Nas perguntas são três minutos como sabem.-----

- **DEZASSEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DE LOUROSA ANTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA (PPD/PSD):** Eu não tinha intenção de voltar aqui, mas o meu amigo João Paulo, tocou numa ferida, que efetivamente, não disse o nome, mas quer-se referir a S. João e Lourosa. Eu devo dizer-lhe que no meio agora desta campanha, na minha apreciação, o Senhor Presidente da Câmara, não fez campanha absolutamente nenhuma. Mas há coisas que se passam e que agora se vira tudo ao contrário. Há um candidato à Câmara Municipal de Viseu, que terá dito em tempos que os Presidentes de Junta não faziam falta nenhuma neste fórum. Levantar a mão, ou a esquerda ou a direita, dizer que sim, agradecer e não sei o quê. Hoje são os melhores candidatos que devem ser eleitos nas próximas eleições. Há um



outro Senhor Candidato, que teve uma ação muito direta na fusão das Freguesias, nem queria fusão de Freguesias, eliminava todas as aquelas que tinham menos de mil eleitores, hoje ninguém assume responsabilidade nenhuma destas. Eu falo pela minha Junta. Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara foi fazer, é aquilo que sempre fez durante os vinte e quatro anos que está à frente da Câmara. Sempre tem dado subsídios, sempre a Associações e a Instituições Religiosas e foi aquilo que fez. Ele foi sozinho, acompanhado com o Senhor Vice Presidente, não levou ninguém da lista que faz parte às próximas eleições. Deu os subsídios, todas as pessoas ficaram satisfeitas e efetivamente quem não ficou satisfeito foi precisamente a oposição, porque foi numa época má. Quer dizer, nunca se disse nada daquilo que ele fez durante os anos todos que está à frente da Câmara. Senhor Presidente, permita-me que lhe diga, durante o seu mandato, que ainda não acabou, continue a trabalhar como tem feito, toda a gente lhe agradece. Muito obrigado.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente de Junta de Boaldeia, que também pediu para usar da palavra.-----

- DEZASSETE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOA ALDEIA ANTÓNIO BAPTISTA NEVES (PPD/PSD): Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Colegas Deputados, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público Presente. Eu também não ficaria bem com a minha consciência, até porque é a última vez que vou estar presente nesta Assembleia Municipal, se não viesse aqui levantar um pouco a questão que o Senhor João Paulo veio trazer. É evidente que neste período, o Doutor Fernando Ruas não precisa fazer campanha, mas eu gostava de saber porque é que em anos passados e até em períodos eleitorais em que o Senhor Presidente da Câmara era candidato e a comunicação também falou nisso na altura, foi levar também os cheques às Freguesias, às Instituições Religiosas, nomeadamente à Boaldeia por três vezes. Numa das vezes, foi também no período da missa, até lá estava o Senhor Bispo. Uma missa que o Senhor Bispo lá foi fazer. Na Capela do Pedrão, quando foi inaugurada a Capela do Pedrão, o Senhor Presidente da Câmara também lá foi levar um cheque de vinte e cinco mil euros e foi no período da missa. Assinado o protocolo tripartido, com a Comissão fabriqueira, a Junta de Freguesia e a Câmara. Portanto, nessa altura, a Comunicação Social que esteve lá, pelo menos o local, referiu-se a isso e não houve nenhum mal a nível nacional e também foi quase em períodos eleitorais. Não consigo perceber porque é que agora, vêm os letrados de Lisboa levantar esta celeuma. Porque foi por causa do letrado, é o Senhor Professor Universitário, que nos chama burros a todos à malta de Viseu. Ele é que é o letrado, nós somos todos uns iletrados. Afinal de contas, eu não consigo entender qual é, nem esperava sinceramente que o João Paulo viesse levantar aqui esta questão. Mas pronto, nós entendemos, o Senhor João Paulo também quer ser Presidente da Câmara, pode ser que o seja no futuro, não vai ser desta vez de certeza absoluta. Mas aquilo que eu queria deixar claro nesta Assembleia, é que o Doutor Fernando Ruas, como disse o meu colega Fonseca, fez isto ao longo de todos os seus mandatos e nunca ninguém levantou nenhum problema, mesmo quando ele era candidato, agora não é candidato mas pronto, levanta-se esta celeuma toda. Era só.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Também para um pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Junta de Côtã.-----

- DEZOITO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD): Dispensó os cumprimentos, vou direto ao assunto. Ó caro amigo João Paulo, tens memória curta. Não devias ter feito o que fizeste em vir aqui.-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhor Deputado, peço só que se dirija ao assunto.-----



- **O Senhor Presidente da Junta de Côta prossegue dizendo:** Então as TNS de há quatro anos, os Caminhos rurais de há quatro anos, as carrinhas! Não foi o Senhor Doutor Fernando Ruas que as foi levar em época eleitoral às Freguesias pois não? Estamos em igualdade de circunstâncias e demais a mais o Senhor Presidente não é candidato e na altura quem as levava eram os candidatos. Senhor Presidente, veja se ainda arranja uma para a minha Freguesia, que a minha Freguesia agradece-lhe muito. Obrigado-----
- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Senhor Presidente da Junta de Ranhados.-----
- **DEZANOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS ANTÓNIO MATEUS DA SILVA (PPD/PSD):** Eu Não ficaria bem com a minha consciência, senão viesse aqui precisamente testemunhar dois subsídios que o Senhor Presidente da Câmara deu precisamente à Igreja Madre Rita e à Igreja do Viso. Nesse dia em que foram dados esses subsídios, estive presente e não vi lá nenhum elemento que pertença atualmente aos grupos que são candidatos à Câmara Municipal, nem à Junta de Freguesia. O Senhor Presidente cumpriu precisamente com a sua promessa. A promessa que tinha vindo antes e por conseguinte cumpriu no período do seu mandato. Se foi junto das eleições ou não eleições, ele cumpriu e cumpriu porque tem uma almofada económica suficiente para dar resposta às instituições que merecem precisamente esse apoio. Penso que não há mal nenhum em realmente ele aproveitar precisamente a oportunidade de dar esses subsídios à instituições da minha Freguesia e a outras Freguesias, que realmente merecem precisamente a colaboração da Câmara Municipal. Senhor Presidente da Câmara, agradeço-lhe profundamente, tudo o que fez precisamente pela Freguesia e além disso digo-lhe: Continue a trabalhar até vinte e nove de setembro porque tem a obrigação e tem o dever para isso. Até vinte e nove de setembro, é o seu mandato. Ele pode fazer o que entender, acho que ninguém deve ir contra isso. Eu queria aproveitar para dizer o seguinte: Estou aqui à vinte e quatro anos, comecei com o Senhor Presidente da Câmara e irei terminar com ele. Queria agradecer profundamente a todos os meus colegas, esses Membros da Assembleia Municipal e os outros que já partiram, agradecer a vossa amizade, a vossa estima e a vossa consideração. Eu, ficarei muito grato por tudo o que aprendi aqui nesta Assembleia Municipal. Muito Obrigado.-----
- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----
- **VINTE - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Caro colega João Paulo Rabelo, há um velho ditado que diz: *“A gente não deve atirar pedradas quando temos telhas de vidro”* e efetivamente, não é preciso adiantar mais nada relativamente a esta matéria, que ficou aqui bem clara essa situação. Em tempo de eleições, fica provado de que não vale tudo. Mas, eu gostava de lhe pôr uma ou duas questões. Já que falou na ética, como sabe para mim tem uma importância acrescida, desde que me conheço, pelo menos assim faço o esforço e tenho a consciência tranquila todas as noites quando me deito. O Senhor Deputado quis antecipar o período eleitoral. Ainda não começou o período eleitoral, mas veio aqui dizer que já antecipou o período eleitoral. A questão, a pergunta era: Mas já foi mesmo antecipado o período eleitoral? É a primeira pergunta. A segunda pergunta, é se,... porque ainda não fui lá abaixo ao Tribunal consultar as listas, se se confirma que é candidato a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu? É a segunda pergunta. E a terceira pergunta é, no seguimento da ética de que falou, se também já suspendeu as suas funções nesta Assembleia Municipal, porque segundo as suas contas, já estamos em período eleitoral. Muito obrigado, era só.-----
- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado. O Senhor Presidente



da Junta de Coração de Jesus.-----

- **VINTE E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD)**: Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral e Comunicação Social. A minha curta intervenção, é também na sequência da intervenção do Deputado Senhor João Paulo Rebelo e de facto eu não posso discordar mais daquilo que aqui ouvimos. Porque eu perguntaria também, até para começar, se porventura o vosso candidato à Câmara Municipal de Viseu, já suspendeu também o cargo de Deputado Nacional que exerce? É uma questão que gostaria de lhe perguntar. Também no âmbito dos subsídios que foram concedidos pelo nosso Presidente do Município, eu gostaria de deixar aqui, também a experiência vivida na nossa Freguesia e mais concretamente na Igreja Nova do Centro Paroquial de Coração de Jesus e perguntar já agora, se as obras de requalificação que têm neste momento, uma valência social extrema, se são de facto algo de dispensável? Elas foram conseguidas exatamente no âmbito da Reabilitação Urbana, presumo que aprovadas em reunião de Câmara, também com os Senhores Vereadores do Partido Socialista e os resultados, estão de facto à vista. Isto também é eleitoralismo Senhor Deputado? Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Cavernães Senhor Jorge Martins.-----

- **VINTE E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD)**: Bom dia a todos. Cumprimentos ao Senhor Presidente da Mesa, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público e um cumprimento também especial à Comunicação Social. Evidentemente que o que me traz aqui é também o discurso que o Senhor Deputado João Paulo aqui trouxe. Eu, permita-me que lhe diga olhos nos olhos, quer dizer, não acha que é uma completa insensibilidade, para quem no terreno desenvolve atividades sociais, eu espero que a Comunicação Social faça eco das suas palavras, porque de facto quem gere uma Associação ou uma Comissão Fabriqueira, vai registar isso com certeza. É uma completa insensibilidade. O Senhor com certeza que não sabe que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara, que a Administração da Câmara fez este ano, foi exatamente o que fez ao longo de todos os outros anos. Devia ter tido esse cuidado, que ficava-lhe bem, digo eu! Já agora, uma pergunta. A sua posição é pessoal ou é do seu Partido? É uma pergunta. E eu justifico-lhe o porquê da minha pergunta. É porque recentemente a Administração da Câmara, fez também a entrega de um subsídio à Comissão Fabriqueira da minha Freguesia. Não o fez à porta da Igreja. Fê-lo numa Associação e sabe quem é o Presidente da Comissão Fabriqueira? É o seu candidato à minha Junta de Freguesia, é o candidato do seu Partido. Veja aonde é que está o eleitoralismo. Há é aqui uma sensibilidade por parte deste Executivo Camarário que me apraz registar e que o Senhor humildemente devia vir reconhecer. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de S. José.-----

- **VINTE E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ DÁRIO DE ALMEIDA COSTA (PPD/PSD)**: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Órgãos da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu também não podia ficar indiferente a este ponto, uma vez que a minha Freguesia, por várias vezes, felizmente, já foi contemplada com estes apoios, o Quartel da Paz, foi em período eleitoral também, que o Senhor Presidente nos ajudou e nunca ouvi ninguém a levantar este problema. Mas, eu queria dizer aqui ao Senhor Deputado o seguinte: O que



seria das nossas Associações, o que seria das nossas Associações Religiosas também se não tivessem a ajuda da Câmara Municipal de Viseu. A maior parte delas estariam fechadas, não havia obras e sabe que o desenvolvimento do nosso Concelho, deve-se em grande parte ao dinamismo da nossa Câmara Municipal de Viseu, mas deve-se mais também às forças vivas, aqueles que estão no terreno a trabalhar. E estes subsídios, foram para isso mesmo, foram para os ajudar a que eles desenvolvessem o nosso Concelho, porque senão, continuaríamos com um Concelho, enfim, como tínhamos em mil novecentos e noventa e três. Senhor Presidente, bem-haja pelos apoios que deu às nossas coletividades, é pena que não possam ser contempladas todas, porque o associativismo, o trabalho que os nossos párocos fazem nas nossas paróquias e tanta gente que se envolve neste trabalho, merece na verdade todo este apoio. Bem-haja.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada Manuela Antunes, também para um pedido de esclarecimento.-----

- VINTE E QUATRO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE) - Bom dia a todos e a todas novamente. É assim, salvaguardando a questão de que havia compromissos assumidos pela Câmara Municipal e que pelo “Timing” coincidem com o este período eleitoral, realmente noutros anos eu tenho conhecimento que tem sido sempre distribuído alguns subsídios a Associações, facto que não posso deixar de fazer o reparo, de acordo com o que foi dito até agora. A questão de, é muito fácil fazer caridade com o dinheiro dos outros. Isto é uma frase que já repeti em alguns sítios e eu tenho que a repetir aqui. Porque não é o Senhor Presidente da Câmara que dá os subsídios, são todos os nossos impostos. E, apesar disto, eu não estou a criticar, atenção e vou reforçar e vou repetir a palavra, não estou a criticar a atribuição dos subsídios e nem quero levá-lo para ser a altura de eleições, nem nada disso. E sei que noutros anos também o foi. Eu faço a seguinte questão: A grande maioria tem sido feita em sede camarária, mas também sei e como disse e muito bem aqui o Senhor Presidente da Junta, que já não me recordo qual era a Junta, o Senhor Presidente, levou algumas carrinhas, também estou por dentro que nem sempre, mas talvez tenha sido mais resguardado e as pessoas interpretaram isso como aproveitamento político. Agora, em relação à questão da Igreja, que também reconheço, que tem substituído o Estado em algumas...,na questão, no papel social que o Estado devia representar e que por vezes não representa, é que eu tenho aqui, é uma opinião dentro se calhar das minhas orientações agnósticas, que realmente, se calhar, teríamos então que atribuir subsídios a todas as Igrejas e são atribuídos ainda bem, se calhar não com o mesmo..., eu não vou entrar..., eu estou a dizer, é que, acho que, podia à Autarquia aplicá-los noutros, cumprindo o papel do Estado, que às vezes também substitui, digamos o Estado enquanto Governo Central e não apoiar em demasia, porque a Igreja realmente já é uma Instituição com muitos fundos. Era só isto. Eu acho, é que fui um pouco aqui mal interpretada, há pouco pelos sorrisos e da pressa com que as pessoas levantaram o braço, mas vou ficar a aguardar o que é que vão dizer. Muito obrigada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: O Senhor Deputado Esteves Correia, levantou o braço para? Qual é a figura Regimental que está a ..., é um protesto? Então se é um protesto, faça o favor de protestar.-----

- VINTE E CINCO - O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PPD/PSD): Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Digníssimo Público e Imprensa. Eu não posso deixar de protestar, porque quando ouço alguém contestar aquilo que é correto, o apoio em subsídios às Instituições de Solidariedade e outras Instituições que fazem trabalho social, eu não posso admitir, nem ouvir que se diga aqui que é fácil fazer caridade com o dinheiro dos outros. De quem é o dinheiro? De quem é o dinheiro Senhora Deputada? É de todos nós. Quem é que foi eleito para nos representar? Foi o Senhor Presidente da



Câmara. Queria a Senhora ir entregar o dinheiro? Olhe, a Senhora, vai por muito mau caminho. É candidata a um lugar para o qual não tem competência, desculpe lá que lho diga. Porque baralha as coisas. As Instituições de Solidariedade Social, estão muito agradecidas, eu fiz parte duma durante muitos anos, durante o mandato do Senhor Doutor Ruas, muito agradecidas ao empenho que ele e o seu Executivo sempre tiveram para com elas. Como já disse aqui um Senhor Presidente da Junta, se não fosse a Câmara Municipal, muitas delas estariam fechadas. Tenha um pouco de respeito, não se ponha em cima das tamancas de ser agnóstica ou de ser do Bloco de Esquerda, para poder dizer tudo aquilo que lhe apetece. Tenha um bocado de respeito, pelas Instituições e pelas pessoas que são apoiadas por essas mesmas Instituições.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Deputado. A Senhora Deputada tem direito a responder ao protesto. É um direito Regimental, faça o favor a contra protestar.-----

- VINTE E SEIS - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Ora bem, eu não vou contra protestar porque eu não me revejo no que... -----

- O Senhor Presidente da Mesa, intervém dizendo: Então, se não quiser usar da figura Regimental. -----

-A Senhora Deputada Manuela Maria Coelho Antunes prossegue dizendo: Eu vou protestar é a forma como o Senhor se dirigiu em relação à minha intervenção, porque eu respeito imenso as Instituições, faço parte de algumas delas e que ainda bem que há subsídios para elas, porque muitas delas fechavam as portas. Agora, temos que compreender, que se calhar deveríamos pedir a opinião à população. Apesar das pessoas terem sido eleitas e estão a governar em democracia, eu penso que muitas vezes uma consulta pública e lá está, a participação soa cidadãos para ver, aonde é que seriam aplicados os nossos dinheiros e foi nesse sentido que digo que é fácil pegar nos dinheiros dos outros e aplicá-lo onde nós queremos. Foi só nesse sentido. Agora, respeito em completo a sua preocupação pelas instituições e revejo-me nelas.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tenho ainda mais um pedido de esclarecimento, para o Senhor Deputado João Paulo, da parte do Senhor Deputado Mota Faria.-----

- VINTE E SETE - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): Excelentíssima Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhores Membros da Assembleia. O João Paulo, tinha que terminar esta Assembleia com esta atitude, político-partidária “QB”. E tinha que terminar também o seu mandato aqui com esta postura. Queria-lhe dizer, que não me refiro em termos pessoais ao João Paulo, mas refiro-me ao Partido Socialista. O Partido Socialista, não tem, já aqui foi demonstrado, autoridade moral, autoridade política para questionar nada em termos eleitorais. Não tem. E aquilo que gostaria aqui de transmitir era isto: O que seria uma prática normal se o Senhor Presidente da Câmara fosse candidato? O que nós aqui ouviríamos aqui nesta Assembleia e ele não é candidato. Por isso acho que foi tremendamente de mau gosto esta situação, por duas razões.-----

Primeiro, as justificações têm sido, desde uma justificação anticlerical que ouvimos aqui, que respeito, é uma justificação anticlerical que entra até numa contradição com a defesa do património. Porque muitos destes subsídios que são dados, é para a defesa do Património Religioso neste caso. Mas outra situação é na discussão do montante. Não se discute também montante. Porque é importante apoiar as Associações. Não se discute o apoio às Associações. Não se discute o local. O Senhor Presidente, não sei se o Senhor Presidente ainda se lembra, que o local, nunca o PSD criticou, o local era frequente, há protocolos, o Senhor Presidente penso que assinou um protocolo na Escola do Viso, na Igreja do Viso, lá dentro da igreja com um dos atuais candidatos, penso que esteve



presente. Era frequente as assinaturas nas Igrejas, em que estava presente na altura, alguém homologado em representação do Governo. Isto era um ato frequente, por isso não se discute também o local. O que é que fica? Fica o “*Timing*”, é o que fica. E o “*Timing*” de um executivo em exercício de funções em que o Senhor Presidente não é candidato. É isto que fica. É o “*Timing*”. Isto revela, pelo menos, uma situação. Revela que eu percebo, um grande desconforto. Um grande desconforto pela campanha aí sim e agora falando político partidariamente, é um desconforto pela aceitação da mensagem, é esse desconforto, mas não tem nada a ver com o Senhor Presidente da Câmara e o exercício das funções que faz e que tem que ser respeitado, nesse exercício das funções até ao fim do seu mandato.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pedidos de esclarecimentos, não tenho mais nenhum. Vou primeiro dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que também se quer pronunciar sobre o assunto e depois ao Senhor Deputado para responder.-----

- VINTE E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Eu já sabia que este assunto vinha aqui e vamos então escarpelizá-lo. Eu gostaria de dizer, antes de entrarmos, antes de me pronunciar sobre o assunto em si, gostava de me pronunciar sobre quem o trouxe para a praça pública. Foram dois candidatos à Câmara Municipal. Eu considero uma forte calúnia, mas também, vindo de quem vem, já não é nada para admirar. Eu acho que um dos candidatos, não fez outra coisa desde que me conheço do que caluniar o Presidente da Câmara. Não há nenhuma intervenção que eu tenha visto publicamente que não fosse dirigida em termos caluniosos ao Presidente da Câmara de Viseu. Sempre, sempre e portanto, nada me surpreende que nesta situação venha mais uma. Eu começo naturalmente neste momento, sem nenhuma dúvida daquele desabafo público que lhe foi colocado pela Doutora Maria José Nogueira Pinto. Penso agora que não deve haver dúvidas em relação ao que a Senhora disse sobre a pessoa em causa. Por outro lado, gostaria também de dizer que o outro candidato, não tem legitimidade nenhuma, ele que andou sempre associado, aliás, as tecnologias têm esta particularidade, está aqui juntamente com o Senhor Bispo e com o Senhor Doutor José Augusto, na altura Secretário de Estado, a distribuir uma TNS em plenas instalações religiosas. Portanto vir agora, quem esteve tanta vez..., então o que se diz é isto: Diz-se que eu que não ando a entregar o meu dinheiro, que o dinheiro é público. Claro que é dinheiro público. Eu não tenho dinheiro meu para entregar. Haverá outros que o têm. Aliás, outros que até são acusados do seguinte. Já agora, é bom pois, que quando as pessoas são desafiadas, trazerem todos os argumentos. Talvez o Senhor Deputado João Paulo se lembre daquilo que lhe vou ler:-----

“Dirijo-vos esta carta aberta porque penso que são capazes de fazer no PS de Viseu, aquilo que José Sócrates fez no PS de Castelo Branco, torná-lo no primeiro partido do Distrito. Como sabem, aproximam-se as eleições distritais para o PS. Tudo indica que José Junqueiro pretende continuar como Presidente da Federação. Como sabem melhor do que ninguém, isso seria muito mau para Viseu. Mais uma vez teríamos um distrito peso-pluma no contexto do PS nacional. Mais uma vez o PSD teria um seguro de vida para a sua hegemonia nas autarquias do Distrito. Mais uma vez teríamos uma liderança incapaz de atrair os melhores quadros, aqueles que não precisam da política para terem biografia. Teríamos ainda uma liderança muito fragilizada pois já é público e notório o conflito de interesses em que caiu José Junqueiro, ao ter aceitado ser consultor remunerado de um grupo económico que recebe dinheiros públicos. Os colégios privados desse grupo, receberam doze milhões e oitocentos e sessenta e sete mil euros do Ministério de Educação no segundo semestre de dois mil e sete. Como é possível um líder Distrital e ainda por cima do partido do poder, não se dedicar em exclusivo à defesa do interesse público. Em Viseu precisamos de um PS renovado com ambições e sem telhados de vidro”.-----



Não sei se estão à espera de saber quem é que escreveu esta carta. A carta era dirigida entre outros ao Senhor Doutor João Paulo. Era dirigida ao António Borges, João Paulo Rebelo e Miguel Ginestal. E era escrita por o Senhor Joaquim Alexandre Rodrigues. Está publicada no Jornal do Centro em doze do nove de dois mil e oito. Portanto, eu não entro neste tipo de situações podia também perguntar, porque é que é isto? Mas eu não entro neste tipo de situações. Queria dizer uma coisa e gostaria que o Partido Socialista refletisse de vez nisto: Eu não andei a distribuir dinheiro porque me lembrei! E ao contrário do que se disse e é bom também primeiro vir aqui reconhecer as mentiras que foram ditas. Até houve quem dissesse que eu falei na missa. Isso foi público, foi dito por um candidato à Câmara, que eu que falei na missa. Provem lá aonde é que eu falei na missa, ou se alguma vez estive na missa. Ou se alguma vez estive nalgum lugar que não fosse decidido pelo Senhor Pároco, onde eu entregaria o dinheiro. Portanto, isto é a primeira coisa. Depois dizer que estes subsídios têm um seguimento, eles são primeiro aprovados na Câmara, com protocolo. Ou melhor, primeiro foram aprovados nesta Assembleia. No Orçamento da Câmara Municipal, para dois mil e treze os Senhores aprovaram e depois são aprovados na Câmara. São aprovados na Câmara e bem, eu queria deixar aqui umas felicitações, já foi dito também pelo representante do Partido Socialista, aos dois vereadores do Partido Socialista, que votaram a favor, votaram por unanimidade. Portanto, a quem compete fazer a entrega? Eu não precisava de referir mais nada, mas na legislação sobre as competências do Presidente da Câmara, é a primeira coisa que lá vem, *“representar a Câmara em juízo e fora dela”* é a primeira coisa, portanto era eu que os tinha que entregar. Portanto, faço-o, já agora, até ao final. Há uma coisa que eu lamento, lamento que tenham sido Viseenses com responsabilidades públicas desta dimensão e ainda por cima querem ser candidatos a uma Câmara, que tenham municiado os jornais, que tenham municiado os comentadores para denegrirem Viseu. Isso é que eu lamento. Quem está com esta postura, não merece ser candidato à Câmara, muito menos vir a representá-la. Eu tenho a certeza que os viseenses me acompanham nisto. Portanto não vale a pena misturar. Depois outra coisa, que foi aqui garantida, por o Senhor Deputado João Rebelo, que eu fui acompanhado com candidatos. Não é verdade. É uma pura mentira. Tive esse cuidado e ainda por cima referi quando me falaram neste assunto, que podia ter toda a legitimidade em convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Podia ter toda a legitimidade em convidar os Senhores Vereadores, que fazem parte da lista a apresentar nas próximas eleições. Nunca o fiz, fui sempre acompanhado pelo Senhor Vice-Presidente, que tem esta área e com o Presidente da Junta respetiva e com o representante da Instituição respetiva. Há uma coisa que eu sei. No Lusitano, foi um subsídio igual. Eu não estava lá, estava o Senhor Vice-presidente e o candidato do Partido Socialista. Pelos vistos agora também é do Lusitano, desse pequenino. Aí é que estava e não se me consta que viesse para a praça pública ou lá assobiar. Levantou-se a bater palmas e muito bem. Era essa a atitude que devia ter em relação às restantes atribuições. Já agora uma outra coisa, há aqui uma diferença substantiva. Quem é que não se lembra, exatamente há quatro anos, na altura destas eleições, uma cerimónia pública na Câmara de Viseu, com o Senhor Ministro da Agricultura, com o Senhor Governador Civil, que era candidato, a falarem da estrada das Nelas, não está aqui o Senhor Amaro? Está ali. O Senhor Amaro, até convidou na altura, o então Governador Civil que era candidato à Câmara, para depois ir à inauguração da estrada das Nelas. Não foi Senhor Amaro? Pois ainda hoje estamos sem receber o apoio. A diferença é esta: É que enquanto a Câmara Municipal atribui apoios e paga, os Senhores falavam e não davam coisa nenhuma. Esta é a diferença. Já agora uma outra coisa que me parece importante que se diga. Sobre esta matéria, gostaria de dizer que, vi muitas vezes e acho piada que agora se venha dizer, como foi referido, o Senhor Presidente devia atribuir estes subsídios quase de forma escondida no seu gabinete.



Chamava cada um dos representantes e de forma escondida, dava-lhes o dinheiro. Eu queria dizer que, a maioria destes subsídios são pedidos publicamente. Esquecer isto, é, digamos, fugir à realidade ou querer naturalmente ir por um outro caminho. Muitas vezes na própria missa. Quantas vezes, na própria missa o Senhor pároco aproveita a presença do Presidente da Câmara e de Vereadores, para lhes solicitar um subsídio para as obras da Igreja. Como nas Associações, é exatamente a mesma coisa. Eu lembro apenas um caso que o Senhor Presidente da Junta de S. José aqui trouxe. O Quartel da Paz, inaugurado depois, com pompa e circunstância, onde não faltou nenhum dos convidados, foi pedido exatamente, num vinte e um de setembro, perfeitamente que me lembro na missa, na missa que vamos repetir agora, na missa anual que fazemos com os funcionários. Pedido na presença do Senhor Bispo. Então, quando a Câmara depois entregava o dinheiro, fazia-o às escondidas. Era isto que os Senhores defendem e logo os Senhores. Eu agora gostaria de dizer outra coisa para me calar, para não voltar a insistir com isto. O João Paulo estava com tantas preocupações da entrega do dinheiro público. Eu posso garantir daqui aos Viseenses e se calhar num último ato formal nesta Assembleia, que isto é uma gota de água em relação aquela festa que os Senhores fizeram para lançar o Polis. Uma gota de água. Aquilo que os Senhores gastaram em champanhe nas festas do Polis, é muito mais do que aquilo que nós atribuímos às Instituições. Então é possível que nós ouçamos alguém e ainda por cima com responsabilidades governativas no Governo de José Sócrates, dizer que andámos a esturricar dinheiro. Bem, ouvir isso. Eu digo, *“nem o Maomé falava isso do chouriço”*, era o que faltava, que alguém que pertenceu aquele Governo, venha dizer que andamos a esturricar dinheiro. Esturricar dinheiro com Instituições. Esturricar dinheiro com quem nos ajuda a fazer desenvolvimento. E a esturricar dinheiro com quem nos ajuda a minimizar os efeitos da crise. Que sentido é que tinha, uma Câmara que cedeu os terrenos para a Igreja do Viso, cedeu os terrenos para a Igreja de Ranhados e depois não ajudar minimamente na sua construção. Mas que sentido é que tinha? Já agora uma outra coisa, como foi aqui dito. Nós não olhamos a quem dirige as Instituições, era o que faltava. Quando fui entregar o dinheiro a Cavernães, não quis promover o candidato Partido Socialista à Junta de Freguesia. Portanto, tenham pelo menos isso em consideração. Eu gostaria muito sinceramente que não entrem neste tipo de calúnias, porque, além de me parecer injusto e incorreto, é demasiado demagogo e as pessoas dão conta, dão conta dos populistas. As pessoas sabem quem é que lhes fala verdade. As pessoas sabem quem é que tem atuações coerentes e consistentes. Portanto, só para terminar uma última coisa, não posso deixar de reparar e também não tenho nenhum problema em fazer este reparo público à Comunicação Social, sobretudo à Comunicação Social Nacional, não à Local, que essa é o que ainda nos vai safando, a forma como deram ouvidos a estas calúnias, os mesmos que primaram pela ausência nos eventos que a Câmara tem. Os mesmos que primaram pela ausência nas várias manifestações culturais que ocorrem pelo Concelho. Mas que ouvidos os dois caluniadores, vieram a correr todas as televisões. E mais, sem nenhum cuidado de lançarem a notícia, sem sequer ouvir o Presidente da Câmara. A primeira coisa que fizeram, aliás, também percebi que era esse o objetivo, uma das pessoas, que nos acusou, também candidato à Câmara, já nos acusou em tempos, esta Assembleia sabe-o bem, de termos adjudicado um comboio para levar as crianças a Lisboa por um milhão duzentos e trinta mil euros. Foi a mesma pessoa e que não só fez isso, como aproveitou o órgão a que pertence para fazer as perguntas, por intermédio desse órgão. Isso é que eu acho populismo, isso é que eu acho falta do dever, isso é que eu acho falta de responsabilidade e de retribuição às pessoas, que naturalmente quando os elegeram não foi para essa missão ou para aproveitar o órgão a que pertencem para denegrir o Concelho. Portanto, não vale a pena falarmos mais sobre isto. Ou melhor, os Senhores falem sobre isto, mas há uma coisa que vos garanto. Daquilo que decidimos atribuir em



termos de apoios, hei-de dá-los até ao último cêntimo, porque há uma coisa que eu sei, há uns anos a esta parte, uma boa parte das nossas Câmaras não o pode fazer. Portanto, eu hei-de atribuí-lo, porque a Câmara de Viseu está em condições financeiras de ajudar as Instituições do Concelho. E é uma retribuição a quem nos tem ajudado a fazer desenvolvimento. Já agora, uma coisa que eu não entendo, parece que também ficou um grande pecadilho, que eu tenha agradecido às pessoas a colaboração de vinte e quatro anos. Fi-lo em todas as Instituições, naturalmente que na Igreja, faço às Instituições da Igreja esse agradecimento. Nas outras Instituições, faço às Instituições respetivas o agradecimento. Digamos, o problema, foi este, digamos o pecadilho e já agora uma outra coisa até ao fim. Eu não sou candidato, os Senhores não me empurrem para a campanha, não tenho problemas, tenho muita experiência de campanhas, fiz seis campanhas convosco, portanto não vale a pena, não vale a pena empurrarem-me mais para a campanha. Espero sinceramente que não me obriguem a vir constantemente a este tipo de situações. Eu conheço-os bem, conheço o Partido Socialista e com um dos candidatos agora, tive uma batalha idêntica há vinte anos a esta parte. Portanto, não há nenhum problema que a gente volte outra vez para a arena falar sobre eleições. Mas não me obriguem, não me obriguem e nem me digam que sou eu que o estou a fazer. Não há nenhum populismo, nenhuma proteção de nenhum candidato, apenas porque a Câmara está a fazer aquilo que devia. Por essa ordem de ideias esta Assembleia não devia ocorrer e se calhar, até podíamos ter fechado a porta. Nós já na Câmara fechávamos a porta, portanto, eu já não podia fazer mais nada. Era o que faltava e mais, quando sair daqui, não fujo para Paris.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado João Paulo para responder às questões que lhe foram colocadas. Tem três minutos.-----

- VINTE E NOVE - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS): Pois, aí é que eu Senhor Presidente, lhe vou pedir alguma tolerância, só porque como percebeu.-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: O Regimento é para cumprir.-----

- O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo: Como percebeu, foram muitos os pedidos de esclarecimento. Mas eu não gastarei muito mais tempo do que isso, até porque há três ou quatro pontos apenas que quero deixar claro, ou claros. O primeiro, é que sinto-me na mesma posição de que se sente o Senhor Presidente da Câmara, injustiçado. O Senhor Presidente da Câmara, sente-se injustiçado porque não fez mais nada do que o que tenha feito em anos anteriores e agora toda a gente se lembrou disso, inclusivamente os órgão de Comunicação Social, os que não o safam, como acabou de dizer aqui, tiveram que levantar esta polémica. Eu também me sinto injustiçado, quase que me apetecia ler novamente tudo o que disse para se perceber que a maior parte das coisas que aqui foram ditas depois da minha intervenção não colam com o que eu disse. Dizer-se como aqui foi dito e várias vezes, que o Partido Socialista é contra apoios ou subsídios em Instituições que têm papéis absolutamente notáveis, só pode ser um disparate que fica na boca de quem o proferiu. Dizer-se também que há uns Senhores aqui nesta Assembleia que andam atrás dos “letrados lisboetas”, também só pode ser de facto outro disparate. Porque o que nós dizemos e o que nós aqui dissemos, é uma coisa que é facilmente aferível da pertinência. Eu já aqui disse nesta Assembleia, mais do que uma vez. Cada vez que o Partido Socialista aqui intervém e suscita várias intervenções, nomeadamente da bancada do PSD e depois de alguma maneira, irrita o nosso Presidente de Câmara, é porque está a tocar em qualquer coisa que faz sentido. É isso que eu sinto quando daqui sair. É exatamente isso que eu sinto. Quanto à autoridade moral de o sentir e de o dizer, é a autoridade moral que decorre não só neste mandato de quatro anos, mas também dos doze anos que estive nesta Assembleia Municipal e aliás o



ponto a seguir da Atividade Municipal, precisamente o que o Senhor Presidente da Câmara nos vai trazer, me dará a oportunidade de fazer isso. Nunca ninguém nesta Assembleia Municipal, poderá dizer que o João Paulo Rebelo enquanto Deputado desta Assembleia, não manteve a coerência e não fez aqui reparos, críticas também, mas sobretudo ideias e até reconhecimentos do trabalho feito. É assim que eu sou Senhor Presidente. É assim. E é assim que a maior parte das pessoas do Partido Socialista são. E admito que é assim que a maior parte das pessoas do PSD são e do CDS e do Bloco de Esquerda e todos. O que nós nos esquecemos, mas que as pessoas lá fora não se esquecem, é que nós temos genericamente todos bom senso. E as pessoas lá fora não se esquecem das guerras disparatadas que nós fazemos a discutir coisas. Estamos aqui à uma hora a falar de uma coisa que é do mais elementar e do mais elementar bom senso. Não o devia ter feito Senhor Presidente. Não o devia ter feito. O Senhor Presidente da Câmara e eu disse-o na minha intervenção inicial, sairia melhor se não o tivesse feito. E acabou de o reconhecer na sua intervenção. Porque ninguém.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Já esgotou o seu tempo Senhor Deputado.....

- O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo: Porque ninguém, teria a oportunidade, seja a nível nacional, seja a nível local, de o estar agora a colocar em causa por essas atribuições, por esses subsídios. É evidente que a Câmara tem que o fazer. Eu disse-o, a Câmara tem que o fazer, é legítimo, é legítimo até reforçar essa ajuda. Não é....,é pá é legítimo, o Senhor fê-lo e portanto se o fez considerou com certeza que era legítimo.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Tem que concluir Senhor Deputado.....

- O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo: Não é inteligente. Não foi e demonstra-se, porque agora tem uma pressão de pessoas a manifestarem opiniões, provavelmente até injustas em alguns casos, relativamente a uma coisa, como se costuma dizer, pôs se a jeito. Como o Senhor Presidente da Câmara aqui costuma dizer várias vezes. Pôs-se a jeito e não se devia ter posto a jeito. O Partido Socialista Senhor Presidente, aprova, enfim, viabiliza orçamentos na medida em que se abstém, sabe que isto, escusava de ser votado em executivo camarário, se as coisas tivessem preto no branco e bem distintas, para onde vão os apoios e para onde não vão. Os Senhores Presidentes de Junta, fazem aqui um “culto de personalidade”, que é obviamente e qualquer pessoa percebe isso, vem agradecer a si.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Tem que concluir, Já está com quatro minutos.....

- O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo: Senhor Presidente!.....

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Não Senhor Deputado. Há um Regimento que é para cumprir.....

- O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo: Para concluir. Os Senhores Presidentes de Junta, daqui a uns anos, vão reconhecer o que o Partido Socialista aqui fez nesta Assembleia. Na defesa precisamente da autonomia deles. No respeito democrático que nos merecem os Presidentes de Junta e todos eleitos, porque não têm que andar a mendigar e há Presidentes de Junta que aqui falaram e eu sou claro e direto nas minhas intervenções, há Presidentes de Junta que aqui falaram, que sabem bem que andaram a mendigar. Tanto mendigaram que mudaram, para passarem a não mendigar tanto. Disse.....

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Vamos passar ao Senhor Deputado que está inscrito a seguir. O Senhor Presidente, no final também poderá intervir sobre esta matéria. Portanto, tem a possibilidade depois do final deste ponto, do Período Antes da Ordem do Dia, de comentar todos os assuntos que aqui foram tratados. Tem a palavra para concluirmos este ponto.....



- **TRINTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, é mesmo muito rapidamente, eu acho que o João Paulo, habitou-nos a isto. O João Paulo diz, depois vai dizer aquilo que não disse e depois sente-se muito ofendido. E tem tiradas como esta que eu não posso deixar passar em claro. Foram agora ditas. Exatamente para se revelar contra o Presidente da Câmara, disse uma coisa como esta: O Senhor disse que os jornais locais o safam, foi aquilo que disse e disse: O safam. Eu não disse nada disso. Disse que nós os Viseenses, as regiões, ainda se safam com os jornais locais, foi aquilo que disse. Eu sei que ao João Paulo deu-lhe jeito distorcer isso. Depois disse uma outra coisa que também achei curioso. Sempre que o Presidente da Câmara se irrita, o irrita faz confusão com o falar de forma mais apaixonada, que é o que estou aqui a fazer. O João Paulo, infere que tem razão. Era o que faltava, que alguém que fosse caluniado não se sentisse. Isso era o que faltava. Na minha aldeia dizem que *“Quem não se sente não é filho de boa gente”* e eu sou. Era o que faltava. Até que a voz me doa. Depois uma outra coisa que também disse, *que estamos a perder muito tempo com isto*. Quem é que o cá trouxe? Quem é que o colocou na agenda nacional? Foram os Senhores. Agora dizer que eu que me pus a jeito, com quem? Sou eu que tenho algum receio dos comentadores nacionais. Quem sobreviveu e de que maneira à história das pedradas que os Senhores alimentaram, isto para mim, é uma areiazita. Era o que me faltava que eu tivesse algum receio. Portanto, não venham também com esta só para terminar, com *“Culto da personalidade”*. Quando algum dos Senhores Presidentes da Junta, eventualmente altera e vai por um outro projeto, por aquilo que considera mais eficaz, os Senhores dizem ou que foi o *“Culto da Personalidade”* ou o *“assédio da personalidade”*. Ó Senhores, por amor de Deus. Os Senhores que têm como principal candidato à Câmara de Sintra, o Dr. Basílio Horta, ainda vêm falar em assédio de gente que mudou? Quem teve como Ministro das Finanças o Professor Sousa Franco, vêm dizer que há aqui mudanças. Mudanças naturais de pessoas livres que querem ser livres. Era o que faltava.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos passar agora ao Senhor Presidente da Junta de Cavernães, o Senhor Deputado Jorge Martins. Tem a palavra.-----

- **TRINTA E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD):** Dispensou-me dos cumprimentos. O que me traz aqui nesta última Sessão da Assembleia Municipal, é uma questão de reconhecimento. Estamos a iniciar um novo ano escolar, eu não ficaria de bem comigo se não fizesse aqui, não diria um elogio para não ser mal interpretado, mas um reconhecimento pelo trabalho que está a ser feito pelo parque escolar, nomeadamente na minha Freguesia. Estão a ser concluídas as obras de ampliação da escola e eu penso que isso se vai traduzir numa melhoria da qualidade do ensino e no bem-estar das nossas crianças. Queria de facto salientar o trabalho exaustivo que o Senhor Doutor Américo Nunes e peço desculpa por particularizar, mas é de facto ele que está à frente deste projeto, a forma como ele relevou o papel dos Presidentes de Junta e os fez interagir na defesa da escola pública e naquilo que à minha Freguesia diz respeito, convidava-vos desde logo, quando tivessem a oportunidade para passarem lá, porque de facto as obras de ampliação e de melhoria das salas existentes até então, foram de tal monta e de tal qualidade, que é impossível alguém ficar insensível. Eu creio que isto foi transversal à maioria das Freguesias, mas compete-me a mim porque estão mesmo a ser concluídos os trabalhos, a inauguração, penso que ainda vamos ter a oportunidade de a fazer a breve trecho, será antes do início do arranque do ano escolar e portanto, queria aqui relevar esse facto, relevar o papel que o Senhor Doutor Américo Nunes tem tido, no contacto com toda a comunidade escolar, não só nas infraestruturas mas também nos lanches escolares, nos transportes, na forma como ele envolve toda a comunidade, ainda recentemente foi à minha Freguesia para termos uma reunião com os pais, portanto, há



uma envolvimento generalizada que eu gostaria que ficasse aqui lavrado em Ata. Para concluir também muito rapidamente, permita-me um reconhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia, que se bem estão recordados, na última Assembleia eu trouxe aqui a preocupação pela EN 229 onde na minha Freguesia, o tinham ocorrido três mortes, a mais recente um menino de onze anos e a insensibilidade até então das Estradas de Portugal para resolver o problema de segurança com a colocação de semáforos para peões e com a passadeira. Eu propus aqui à Assembleia de então para se fazer uma Moção e para enviarmos às Estradas de Portugal, o Senhor Presidente da Assembleia disse-nos que ele próprio se envolveria nisso e devia-lhe este reconhecimento por ser a última Assembleia. O assunto está resolvido, a passadeira está no local, os semáforos estão lá, aminha população tem segurança e eu sinto-me muito contente com isso, porque é para isso que o Autarca é eleito, é para dar resposta aquilo que é o anseio das populações. Já agora também a talhe de foice, um agradecimento à Câmara, porque as obras tiveram custos, foram executadas, a Estradas de Portugal não quis custeá-las, teve que ser a Junta de Freguesia, mas em bom tempo, o Senhor Presidente da Câmara disse que se substituíam a nós e que as custeava, portanto houve aqui uma interajuda que se repercutiu na segurança para as pessoas. Eu acho que é bom a Assembleia saber isso, quando nós eleitos desempenhamos o nosso papel e ele se repercute no bem-estar das populações e na sua segurança. Já agora, só mesmo para me ir embora, dizer-lhe que para mim enquanto Presidente de Junta, foi o primeiro mandato que aqui estive e dizer ao Senhor Doutor Ruas, ao Senhor Doutor Américo e ao Senhor Professor Lemos que são quem vai acabar o seu mandato, que foi um grande privilégio ter feito esta equipa convosco. Um abraço.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado, dou agora a palavra ao Senhor Deputado Alexandre Santos.-----

- **TRINTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE JOÃO OLIVEIRA G. DOS SANTOS (PS):** Bom dia a todos. Começo então por cumprimentar a Mesa, na pessoas do Senhor Presidente e do Senhor Secretário, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Senhora Vereadora, todos os Deputados aqui presentes, o Público hoje aqui, para grande satisfação nossa, presente em força e naturalmente também a Imprensa aqui hoje presente. Vou tentar utilizar sabiamente os dez minutos que tenho, para falar de duas questões. A primeira dirigida ao nosso Presidente da Assembleia e está relacionado com uma Moção que foi aprovada aqui nesta Assembleia já no decorrer do ano transato. Essa Moção vem no seguimento de uma visita feita pelo ex-Ministro Álvaro dos Santos Pereira, no final de dois mil e onze em que afirmava que a Autoestrada Viseu Coimbra era de facto uma prioridade para o atual Governo e nessa Moção, basicamente, o que ficou aprovado, foi, se realmente é uma prioridade e está no topo das prioridades deste Governo, decorrido um ano dessas afirmações, perguntamos de facto, quais tinham sido já as iniciativas, quais tinham sido já os desenvolvimentos tidos nesse sentido. A Moção foi aqui aprovada e não sei se até ao presente momento, já foi dada alguma resposta por parte do Governo, relativamente a essa questão, até porque com a alteração do Ministro, não sabemos se para o Doutor Pires de Lima se mantém essa prioridade ou não. Também pelo facto de no passado, sempre vi da parte de algumas pessoas, uma enorme indignação pelo facto do Governo não dar respostas a esta Assembleia e por essa mesma razão, também gostava de saber o que é que pensam sobre esta questão, de terminado o mandato, ainda não termos aparentemente qualquer tipo de resposta. Isto também associado ao facto de, desde que o Governo Socialista deixou de governar, deixámos de ter aqui a habitual azáfama de Moções, de requerimentos e de protestos, parece que aquelas situações daqueles escritores que escrevem um ou dois livros e depois, têm ali um apagão, uma falta de inspiração e deixam de escrever. Também deixar esse registo. A segunda parte da



intervenção, é naturalmente para de alguma forma, assinalar esta Assembleia como sendo a última de um trajeto que, goste-se mais ou goste-se menos, foi marcante para a Cidade e foi de facto os vinte e quatro anos de Presidência da Câmara por parte do Doutor Fernando Ruas. Nestes momentos, há sempre a tentação do elogio fácil. Há duas alturas em que o elogio sai mais facilmente, é na saída e na morte. Eu sou um bocadinho imune a essa situação e portanto, aquilo que irei transmitir, será aquilo que sinto sinceramente, porque de facto, pese as diferenças que foram sendo aqui assinaladas e de nem sempre concordarmos com todas as situações, também fomos, com o decorrer dos vários mandatos, assinalando e reconhecendo de facto a obra feita, porque de facto houve obra feita, não concordamos com tudo, mas isso até é positivo para a saudável democracia que todos pretendemos implementar aqui nesta casa. De facto, o Doutor Fernando Ruas e os seus Vereadores, neste momento Professor Lemos e o Senhor Vice-Presidente que também estão de saída, marcaram de facto a governação desta Câmara. Portanto para eles, dizer-lhes que facto, Viseu estará agradecido por estes anos de dedicação e de empenho e da minha parte também não queria deixar de lhes desejar as maiores felicidades. Sei que não será fácil cortar este cordão umbilical depois de tantos anos de ligação a esta Instituição e estou certo que irão empenhar toda esta força que ainda denotam e todo este empenho num outro projeto em favor dos Viseenses, em favor da nossa comunidade, estou certo que o encontrarão e de facto, se há coisa que não podemos deixar de reconhecer ao Doutor Fernando Ruas é que de facto para si Viseu de facto sempre esteve primeiro, nunca teve de facto grandes preocupações com nomeações ou com futuros cargos políticos e de facto sempre foi intransigente na defesa do Distrito e portanto por esse facto, apesar de nem sempre termos concordado com muitas situações, algumas delas, estranhamente, até reconhecidas pelo próprio PSD, mas de facto deixou marcas, deixou obra e por esse facto lhe estamos bastante reconhecidos e deixo-lhe aqui as maiores felicidades quer para si, quer para o Doutor Américo, quer para o Professor Lemos, que estão neste momento de saída e também para a Isabel, as maiores felicidades no vosso futuro. Muito Obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Em relação às informações, pode sempre solicitá-las, porque o trabalho desta Assembleia Municipal é transparente. Portanto, todos os Senhores Deputados têm acesso a toda a informação que existe dentro desta Assembleia Municipal, inclusivamente podem-no solicitar diretamente à D. Isabel ou alguém dos serviços. Portanto, o Senhor Deputado está sempre à vontade, sempre que queira ter alguma informação só tem que vir aqui, porque é para isso que estão cá os nossos colaboradores, exatamente para nos darem toda a informação que efetivamente é necessária. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Dário Costa, Senhor Presidente da Junta de S. José.-----

- **TRINTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOSÉ DÁRIO DE ALMEIDA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Órgãos de Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Será a última reunião em que vou participar, como Presidente da Junta de Freguesia de S. José e desde já agradecer o apoio e o carinho que tive durante estes anos. Há dezasseis anos que faço parte do executivo da Junta de Freguesia de S. José, tanto da Câmara como de todos os elementos da Assembleia. Também por ser o último, uma vez que como sabem a Freguesia de S. José vai pertencer à União de Freguesias de Viseu e eu não poderia também de deixar de vir a esta tribuna, para mais uma vez realçar aqui o trabalho que tem sido feito pelo Executivo da Câmara nestes últimos anos e queria fazê-lo, referindo apenas as requalificações. Já foi aqui pelo Senhor Deputado Doutor Jorge Adolfo referido, uma das obras, ainda recentemente foi inaugurada e eu não pude estar presente, foi pena, foi inaugurada uma obra na Rua Direita, um edifício que foi muito



bem requalificado pela nossa Câmara Municipal de Viseu, onde terá funcionado a Judiaria de Viseu e a nossa Câmara e bem recuperou este edifício histórico e vai pô-lo ao serviço dos Viseenses. Também, outras requalificações foram feitas, na Calçada da Vigia, na Rua Escura e tantas outras. Outra importante, na Rua do Comércio, o antigo quartel dos Bombeiros Voluntários. Penso que é uma obra também muito importante para a nossa Cidade e que vem dar um incremento bastante grande a toda aquela zona. Isto é um sinal claro da importância que a nossa Câmara tem dado ao Centro Histórico. Muito se tem falado do Centro Histórico, mas hoje, já dá gosto, na verdade como eu tive a oportunidade recentemente nas várias visitas que tenho feito ao Centro Histórico, quer durante o dia quer durante a noite, já sentimos o pulsar do Centro Histórico e é bom, é bom para os nossos comerciantes e é bom para nós Viseenses. Também a requalificação da Casa da Ribeira, um edifício destinado à preservação e a proteger o Artesanato, é um edifício também histórico e que está a ser também muito bem recuperado pela nossa Câmara Municipal. Gostaria de deixar também aqui uma palavra de apreço à Viseu Novo, representada pelo Doutor Américo, que tem feito um trabalho de recuperação e de reabilitação muito importante e dizer ao Senhor Presidente que todo este trabalho, todas estas requalificações que têm sido feitas, são razões mais que suficientes para que nos últimos anos, para quem tem gerido a Câmara como o Senhor Doutor Fernando Ruas, possamos sentir orgulho do Concelho que temos e da Câmara que nos dirigiu nestes últimos anos e este orgulho deve ser um orgulho de todos nós pela Cidade que hoje podemos considerar e que foi considerada por muitos estudos como “A Melhor Cidade para Viver” muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado e Senhor Presidente da Junta. Tenho mais duas inscrições para finalizarmos este Período Antes da Ordem do Dia. Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

- **TRINTA E QUATRO - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Caro Público. Sendo esta a última Assembleia Municipal deste mandato, gostaria desde já deixar aqui um abraço solidário e de grande amizade para todos quantos não estarão novamente aqui após o ato eleitoral de vinte e nove de setembro. Um voto de felicidades pessoais, profissionais e que tudo corra por o melhor, porque o que nós fazemos aqui é um debate de ideias e não é um debate obviamente de pessoas e tentar personalizar em todos os membros desta Assembleia, na figura da pessoa que nos tem dirigido e presidido a estas Sessões nestes últimos dez anos. O Doutor Almeida Henriques, assumiu como sabem a Presidência desta Assembleia Municipal ocupando o lugar deixado pelo nosso saudoso Engenheiro Coelho de Araújo. O Engenheiro Coelho de Araújo, foi um Presidente como sabem carismático, que com uma grande seriedade dirigiu e dignificou esta Assembleia Municipal de Viseu. O Doutor Almeida Henriques, manteve esses elevados padrões de qualidade. Soube conduzir com elevação todas as Assembleias Municipais exercendo essas funções com enorme independência partidária que o próprio cargo exige. Sempre fez um esforço enorme em dirigir os trabalhos, sem se fazer notar muito, tal como um exemplar árbitro. Mas sempre que foi necessário e diga-se de passagem também foram poucas, exerceu o seu legítimo poder, cumprindo e fazendo cumprir o Regimento desta mesma Assembleia. É importante também referir neste momento, que sempre soube articular os seus muitos afazeres profissionais, de forma a nunca ter faltado a nenhuma Sessão. Mesmo quando ocupou um lugar de grande responsabilidade no Governo, não se demitiu nem abandonou a Presidência desta Assembleia, para o qual tinha e continua ainda a ter o mandato dos Viseenses. Quantas e quantas vezes, teria sido mais simples para ele suspender ou renunciar ao cargo. Mas como costuma dizer e muito bem, os compromissos, são para serem levados até ao fim. Também nestes últimos anos, presidiu



a Assembleia Intermunicipal Dão Lafões e também aí deixou a sua marca de qualidade e de isenção na condução dos trabalhos da mesma. Também aí, não faltou a nenhuma Sessão e também aí dignificou a respetiva Assembleia. Prova disso, ficou espelhada na última Assembleia Intermunicipal, realizada na passada sexta-feira, onde os vários representantes de outros Concelhos, fizeram questão de manifestar esse mesmo reconhecimento. Doutor Almeida Henriques, fique pois com a certeza de que o seu trabalho, o seu empenho, no fundo a sua marca pessoal que deixa nesta Assembleia são reconhecidos por todos nós e com grande admiração. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado pelas suas palavras. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.-----

- **TRINTA E CINCO - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhores Membros da Assembleia. Vou fazer uma intervenção e é um pouco naquilo que disse aqui o Alexandre Santos, também não sou de elogios, nunca fui, mas sou de reconhecimento e poderei também ter aqui uma perspetiva de contributo histórico, ou de antecipação um pouco do que vai ser a leitura histórica, sem sendo historiador, do que vai ser a leitura histórica deste Concelho. Por isso, começaria também por me associar a este reconhecimento que foi feito por parte do meu companheiro Teodósio da Assembleia Municipal, na pessoa do nosso Presidente Doutor Almeida Henriques, porque penso que é reconhecido, a forma isenta, a forma cordata, a forma consensual até com grande tolerância democrática com que tem dirigido os trabalhos desta Assembleia e por isso, como é também a última Assembleia Municipal e também marca vinte e quatro anos de mandato autárquico do Doutor Fernando Ruas e também aqui o último mandato do Doutor Fernando Ruas. Penso que é uma constatação, falando com muita gente, com muitos viseenses, que esses vinte e quatro anos da liderança do Doutor Fernando Ruas, transformaram Viseu, transformaram a Cidade, transformaram o Concelho, tornaram o Concelho uma Referência a nível nacional e também uma Cidade em que todos temos gosto de viver e por isso, neste aspeto, todos temos orgulho em ser de Viseu e penso que é um traço comum a todos nós. Por isso também, isto não foi uma obra de um só homem e por isso também aqui, tem que haver um reconhecimento a todas as mulheres, aos homens, que colaboraram neste trabalho, que é um trabalho notável de excelência em prol dos Viseenses e a todos eles o nosso reconhecimento. Mas, o Doutor Ruas e penso que é também da nossa parte, constatar isto, que o Doutor Ruas e nesta antecipação da história, já tem um lugar na história de Viseu e no nosso Concelho e penso que ficará também na galeria dos homens ilustre de Viseu. Mas, eu gostaria aqui de falar fundamentalmente não de um legado. Há um legado que é a obra feita mas há um outro legado que reputo tão ou mais importante, é o legado enquanto Homem Público, enquanto Autarca e aqui o Doutor Fernando Ruas, foi para todos nós, enquanto Autarca, enquanto Homem Público um exemplo de proximidade às pessoas, um exemplo de dedicação e de disponibilidade. Penso que é um traço que toda a gente reconhece na personalidade, na pessoa, no Autarca. Mas foi também, o exemplo da autenticidade, ele foi sempre autêntico, nos bons e maus momentos mas foi sempre autêntico e foi também um exemplo de seriedade, competência e bom senso no exercício de funções públicas e teve a forma e aqui ia ao Alexandre, a forma com defendeu os interesses de Viseu, é para todos nós um exemplo na ação política. Ele foi o exemplo porque isto é uma realidade constatável por todos, pôs sempre Viseu em primeiro. Não ia aqui com outras intenções, ia só ao que lhe disse o Alexandre, Viseu sempre primeiro, Viseu foi sempre primeiro para o Doutor Ruas. Demonstrou aquilo que é fundamental, um amor à terra e uma ética política. É também aqui o amor à terra, o amor a Viseu e a ética política que sempre teve é aqui um legado, um principal legado como homem público. Todos nós



sabemos que a dedicação à causa pública, não precisa de recompensas, é uma missão e é também uma honra para quem a pratica e por isso, colocando esta situação, mas a dedicação e o trabalho em prol de Viseu, merece ser reconhecido por esta Assembleia Municipal perante vinte e quatro anos de dedicação à causa pública. Em nome do Grupo do PSD, da nossa parte, Doutor Fernando Ruas, muito obrigado por aquilo que deu a Viseu.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Esgotámos o Período Antes da Ordem do Dia e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram colocadas.-----

- **TRINTA E SEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Vou procurar ser rápido, aliás, a grande maioria dos assuntos penso que se esgotou naquela intervenção que naturalmente suscitou maior interesse por parte dos presentes e eu queria dar alguns esclarecimentos, responder a algumas questões que foram aqui colocadas e também a alguns comentários. A Senhora Deputada Sofia Pires, veio aqui falar do Viseu Naturalmente e eu queria dizer que o Viseu Naturalmente em todas as suas componentes, é para nós um orgulho. Naturalmente haverá gente que não se revê, acha que é insuficiente, haverá gente que acha que responde às apetências culturais do Concelho, ele pode ser aperfeiçoado, digamos, pode ser ampliado, poderá ser diminuído, mas acho que está um programa que responde de facto aquilo que são os anseios dos Viseenses. Eu lembrava a este propósito que se calhar foi por isso, que num estudo internacional, nessa parte ligada à cultura ao lazer e ao desporto, fomos classificados de zero a cem, com setenta por cento, o que significa que há ainda uma margem de progressão, mas sentimo-nos muito bem como Cidade do interior, ter este tipo de oferta cultural a que depois se associam uma série de outras coisas que a Câmara tem liderado. Depois o segundo Deputado, vou fazer-lhe um elogio, não é normal fazer um elogio a um Deputado, mas ao Deputado Baila Antunes, vou-lhe fazer um elogio pela coerência, nunca aqui veio dizer bem da Câmara, nunca e teve sempre esse cuidado, agora veio-nos dar uma lição sobre sustentabilidade económica. Eu não queria perder muito mais tempo com estudos, mas lembrava-lhe um estudo que nem sequer tem nada a ver connosco, não tem nada a ver com a nossa mão, está ainda numa fase de discussão, pode verter para lá os seus comentários e que foi feito pela CIM, chama-se “Dão Lafões vinte, vinte, avaliação territorial”. Eu sei de cor o que é que ali está e diz coisas curiosas, para ver quem é que teve razão no desenvolvimento territorial. Entre outras coisas diz o seguinte. Como sabem os Senhores confrontaram-nos aqui constantemente para por os olhos noutros Concelhos, que fizeram apostas na atividade industrial e portanto, conseguiram fixar bem os empresários. Bem, o que diz aquele estudo é que apesar disso os cidadãos saem desses Concelhos. Eu acho que os Concelhos fizeram bem fixar os empresários, mas os cidadãos saem desses Concelhos. Portanto, o que significa que quem conseguiu fixar os empresários, não conseguiu fixar os cidadãos. Mas nós conseguimos fixar os cidadãos e é talvez a melhor resposta para quem duvidasse do nosso desenvolvimento social e também uma outra coisa que está ali clara. É o único Concelho da CIM e que representa quarenta por cento dos habitantes da CIM onde estamos inseridos, é o único Concelho onde saem menos gente para trabalhar do que aquelas que entram. É o único, o que significa que se aqui não temos pontos de interesse, não sei porque é que isto acontece. Já agora uma outra coisa também, está ali claro, eu não preciso de consultar, o Doutor Américo, vai-me sempre municinando, também é para isso que foi Vice-presidente durante estes vinte e quatro anos. Mas eu não preciso de consultar, eu sei de cor o que ali está. Diz que é o único Concelho que conseguiu por exemplo, é o único que não tem alojamentos só para cidadãos idosos. É o único. Diz que é um Concelho bem estruturado do ponto de vista social. Portanto, eu diria que em termos de desenvolvimento económico, se entendo a mesma coisa, eu sei que estou à um bocado



afastado, mas eu vou dizendo que eu sou licenciado em economia ali juntamente com o meu amigo e colega José Alberto, na mesma altura e portanto, nós estudámos muito o desenvolvimento económico e social, era até uma cadeira bem puxada, só para dizer que eu também sei de desenvolvimento económico, mas há uma coisa que eu deixo como conselho, se é que o posso deixar, que ninguém pense que tem um modelo de desenvolvimento económico para um Concelho ou que domina todas as variáveis desse desenvolvimento económico, não é possível. O modelo económico para um Concelho há-de ser um “tableau de bord” em que as pessoas estejam disponíveis para mexer na variável que a todo o momento se verifica mais indicada. Não há modelos de desenvolvimento prévios para dar aos Concelhos, senão isso era simples, íamos importar de um Concelho, trazíamos para outro. Não é nada disso. As pessoas têm que estar motivadas para as variáveis do desenvolvimento e mexerem em qualquer altura naquela que acham mais apropriada. Mas há uma coisa que eu não lhe vou deixar passar, é que, veio dizer que a Póvoa da Medronhosa tem... nós também, eu não sei aonde é que arranjará o dinheiro porque vale a pena. Normalmente as pessoas podem comprar uma toalha bonita, mas não-de dizer para que tampo de mesa é que a querem. Quando vêm dizer a Câmara já podia ter feito a ETAR Viseu Sul há mais tempo. Bem, se dissesse de onde é que vinham os montantes, a gente acreditava. Aquilo que a Câmara fez, é aquilo que qualquer instituição credível faria e por isso, de aqui a um bocado eu vou apresentar as contas da Câmara, é o último ato que farei nesta Assembleia. É dizer como financeiramente deixo a Câmara, isto é, para problemas pontuais, respostas pontuais, para problemas estruturais, respostas estruturais. Agora eu acho de muito mau tom aproveitar ainda algum do descontentamento das populações que é legítimo, em vez de se lhe apontarem, olhem este problema vai desaparecer a curto prazo, mal esteja pronta a ETAR Viseu Sul, os vossos problemas desaparecem. Mas não, os Senhores exploram até à última gota o descontentamento legítimo das populações, em vez de lhes dizerem, olhem, com o dinheiro de todos nós, aqueles que me diziam há bocadinho que eu estava a tratar de dinheiros públicos, a ETAR de Viseu Sul, está a ser construída, neste momento já não passam na estrada para Chãos, porque estão lá os trabalhos das condutas. Trabalhos impressionantes, com montantes desta natureza, o acesso à ETAR custou novecentos mil euros, o emissário de Teivas, três milhões e quinhentos, o emissário de S. Salvador sete milhões e quinhentos, a adjudicação da ETAR catorze vírgula cinco milhões de euros e portanto, ainda falta o desmantelamento da ETAR de S. Salvador. Não é possível ir ao terreno ver isto? É evidente que até lá a ribeira de S. Salvador, portanto o Rio Pavia tem que ser limpo, tem que ser limpo com situações pontuais. Ou alguém duvida que depois desta situação estar pronta que desaparecem os problemas das populações da Póvoa da Medronhosa e S. Salvador de uma forma geral? De certeza que ninguém duvida. Ninguém duvida, os coletores vão diretamente lá para Viseu Sul e portanto, não haverá nenhum problema de poluição. Mas isso é que deve ser dito às pessoas, olhem que com o vosso dinheiro, com o dinheiro de todos nós, estamos a construir uma estrutura de quarenta milhões de euros. Já agora dizer outra coisa. Eu não gosto de auto elogios, mas há uma coisa que eu posso dizer, sem receio de ser desmentido. Muito pouca gente se abalançava a uma obra destas, acautelando a resposta financeira, sabendo que não a ia inaugurar. Esta é noção que eu tenho do dever. Esta é a noção que eu tenho da gestão pública. É atender às necessidades, independentemente de quem eventualmente venha. Depois perguntou-me uma outra coisa, Ó Senhor Deputado eu podia até nem saber. Não era nada estranho que perguntasse ao Presidente da Câmara, para onde é que vão as lamas? Esta pergunta podia ser..., o Presidente da Câmara tinha que saber para onde é que vão as lamas? Mas por acaso eu sei. Eu sei. E sei das muitas vezes que tive que assinar dotações financeiras, para tratar das lamas. Muitas vezes. O Senhor Diretor do serviço, é um homem competentíssimo, que me coloca



constantemente a questão das lamas. As lamas vão para o aterro, naturalmente eu sei disto, mas podia não saber. A não ser que lhe desse uma resposta qualquer. Mas as lamas vão para o aterro e nós sabemos o problema do tratamento das lamas e qual é as implicações que têm. Mais do que o Senhor Deputado, tenho a certeza, ou pelo menos tanto como o Senhor Deputado, o Diretor dos Serviços Municipalizados, tem esta preocupação constante na saída das lamas. Depois o Senhor Presidente de S. João de Lourosa, aliás acabou por dar a resposta, dizendo que a ETAR de Teivas o emissário está neste momento a ser colocado, portanto é um problema também, para além da Póvoa da Medronhosa, como a população de Teivas, sacrificada também, nomeadamente com a construção do hospital. E portanto, é um problema que também vamos resolver, porque todos estes emissários, vão dar à futura estação Viseu Sul. Falou também nas obras de Alcafache, eu gostava de o lembrar, que a Câmara fez todo o esforço para que não faltassem os meios e não faltaram meios financeiros da parte da Câmara para os pagamentos de Alcafache. Quando se diz, espero que as obras não tenham atrasos, não coloquem o problema Câmara, a Câmara não tem outra forma. A Câmara está dependente dos atrasos dos empreiteiros, que por um ou por outro motivo, até da atividade económica, de vez em quando vão falindo e abandonam a obra. Há um problema que se põe à Câmara complicado, é além da aplicação das multas, colocar o problema, se vale a pena passar para o segundo. É que muitas vezes a passagem ao segundo demora tanto tempo...bem, se nós tivéssemos feito uma decisão dessas por exemplo para a estrada do Satão, aquela estrada onde até faleceu um operário, ainda hoje tínhamos a estrada incompleta. Tivemos que aguardar o “rame rame” do empreiteiro, atribuindo-lhe os meios, os pagamentos atempadamente. Portanto essa é a nossa obrigação. O Deputado Jorge Adolfo, trouxe aqui um... e deixe-me dizer-lhe também Senhor Deputado, que se há intervenções que eu apreciei durante estes anos que o conheço nesta Assembleia, foram as suas. Foram mais naturalmente, foram a grande maioria dos Deputados, mas o Senhor colocou aqui sempre problemas, digamos com intenção de serem resolvidos, eu acho que essa é a principal preocupação de quem faz parte de uma forma correta de uma Assembleia como esta. Perguntou-nos porque é que o edifício tinha o nome de Raoul Wallenberg. Eu penso que já sabe a resposta, aliás, disse-a aqui, mas eu gostaria de a enfatizar. O Raoul Wallenberg, foi além de um diplomata, um arquiteto, formou-se nos Estados Unidos, exerceu muito a sua ação na Europa, na Hungria mais concretamente e foi aí que teve os problemas, mas porque é este nome Raoul Wallenberg? A Câmara, eu espero depois que não digam ou que alguém venha insinuar que eu comprei também esta particularidade, eu sou sócio honorário, sou com a Câmara, sou sócio honorário da Fundação Raoul Wallenberg, que é uma prestigiada Fundação nos Estados Unidos, que exatamente por, sabendo que tínhamos dado na toponímia de Viseu o nome a Aristides de Sousa Mendes e que nos preparávamos para colocar no edifício recuperado da Rua Direita o nome de Aristides Sousa Mendes, ou pelo menos uma galeria com a obra de Aristides Sousa Mendes, se apreçou a agradecer-nos e a dizer-nos que colocava a Câmara e o Presidente da Câmara como sócio honorário da Fundação. Portanto, pediu-nos no ano passado, aliás foi um pedido à escala mundial de que sendo o ano do “holocausto” que colocassem na toponímia, salvadores do holocausto e portanto, duas pessoas, duas personalidades importantes eram Raoul Wallenberg e o Papa João XXIII e foi isso que a Câmara fez e penso que orgulha Viseu. Nós já tínhamos e não foi preciso nenhuma pressão primeira, nós já tínhamos na nossa toponímia e eu tenha pena que não tenha sido por mim. Alguma foi por mim, Papas colocados como topónimos na nossa zona geográfica. A Praça Paulo VI, a Praça lá em cima, João Paulo II, que já foi colocada por mim, junto à Volvo e portanto, era muito natural que nós aproveitássemos nomes com esta envergadura para colocar. E foi esta a razão e para colocarmos no edifício, porque



achamos que muito mais importante que o nome do edifício, é naturalmente o recheio que vai ter e aí, o vai ter, como foi explicado muito bem pela pessoa que está a tratar disso, vai ter um espaço dedicado a Aristides Sousa Mendes. Portanto, eu penso que está aí explicação, como está a explicação do Papa João XXIII. Mas colocou-me a questão e eu já agora tenho todo o gosto em dar-lhe em primeira mão. Não será para todas as pessoas em primeira mão, há muita gente por aí que achou que nós estávamos esquecidos do Aquilino Ribeiro, não estamos, convidou-vos já, no dia treze, deste mês, vamos inaugurar a escultura do Aquilino Ribeiro na Rua Formosa, em frente da Pastelaria Horta, onde como sabem passou uma parte do tempo e numa escultura em tudo semelhante à do Pessoa no Chiado, vai ficar à saída daquele espaço, do antigo mercado e já agora também dizer-lhe, não inventámos de imediato, posso-me também orgulhar da coincidência, mas é uma coincidência, é que vamos ter a mesma figura, o Memorial do Aquilino Ribeiro, vai constar no parque, eu até já escolhi o local. Fui lá, juntamente com o... e logo de seguida aproveitámos a mesma moeda, digamos a mesma medalha para ficar no Memorial no Parque Aquilino Ribeiro. Isso vai acontecer no próximo dia treze, hoje estamos a três, mais dez dias. Portanto, não nos esquecemos do Aquilino Ribeiro e portanto vai ter essa homenagem na Cidade. Outra coisa que trouxe aqui foi o Rio Troço. Eu queria só dizer uma coisa. Perguntou e disse, o SMASS anda a fazer descargas no Rio Troço diretamente? Se anda, eu pergunto aonde é que estão os vigilantes da natureza, os tais que andaram atrás dos Senhores Presidentes de Junta. É que estes troços, estes troços do Rio Troço não são da responsabilidade da Câmara. Os outros ainda se dizia que eram da responsabilidade da Câmara porque era um troço urbano, este não e portanto aonde é que andam estas entidades tão solícitas e tão chocadas com a história das pedradas em sentido figurado. Então, obriguem os serviços, ponham os serviços na ordem, é para isso que existem. Portanto, o Rio Troço como os outros rios, a Ribeira de Asnes, etc. etc., merecem esse tratamento, os Senhores Presidentes da Junta têm aproveitado os programas e é com gosto que eu vejo a limpeza das linhas de água como aqui confirmou. Se há uma entidade a não cumprir, há-de responder às Instituições a dizer porque é que o está a fazer. Portanto, naturalmente que eu também vou inquirir, mas isto compete a uma entidade que deve fazer aquilo para que superentende. Depois, já dei resposta ao Senhor Presidente da Junta, ao Senhor Coelho, na abordagem que fiz à ETAR Viseu Sul, também ao Senhor Fonseca, que também colocou a questão e depois gostaria de colocar mais algumas questões, nomeadamente as últimas, depois tivemos aquele interregno da intervenção sobre os apoios e agora sobre a Junta de Freguesia de Cavernães, o Senhor Presidente da Junta veio aqui fazer um elogio à forma como o Vice-presidente está a tratar do problema da Educação, naturalmente que me associo a isso e sei porque me têm chegado ecos de uma grande proximidade, quer com os professores quer com os Presidentes de Junta e portanto, já agora dizer o seguinte, não sei se vai cheirar a alguma campanha, mas vamos inaugurar a escola, lá estarei e nem tenho esta restrição, o Senhor Presidente da Assembleia, diz que suspende a partir do dia..., eu só suspendo a partir do momento em que for substituído, portanto, a partir do dia vinte e nove, farei somente gestão corrente, até ao dia vinte e nove, não tenho nenhuma candidatura e se tiver alguma dificuldade alguma vês, faço como sempre fiz, deixem-me dizer já agora para os sossegar, lembro-me uma vez a propósito da inauguração do relvado do campo do Vildemoinhos, tive alguma dúvida, perguntei à Comissão Nacional de Eleições e disseram-me, sim Senhor pode inaugurar e é assim que eu faço, não tenho nenhum problema com isso, era o que faltava, que não evidenciasse a recuperação de uma escola tão solicitada pelas populações. Agora, queria agradecer ao Alexandre Santos, é isto o que eu tenho ouvido a uma boa parte dos Viseenses, uma grande parte. Muita gente não concorda com algumas coisas que eu fiz e eu tenho a humildade suficiente para dizer que se voltasse atrás, havia coisas que não



fazia da mesma maneira, não caio naquela rotina, fazia tudo igual, não, não, havia coisas que eu não fazia igual, aliás, tenho isso escrito nos livros que tive a veleidade de escrever, está lá escrito a dizer que se fosse hoje, havia muita coisa que eu alterava. Mas, há uma coisa que eu sei e isso fiz com a melhor das intenções e fiz sobretudo com dedicação e com o amor que naturalmente me reconhecem a Viseu. Portanto, isso fiz e agradeço-lhe também as palavras que disse nomeadamente desta maneira. Pronto, fico-lhe grato por isso. O Senhor Presidente da Junta de S. José falou na inauguração das obras na Rua Direita, em que não pôde estar presente, mas eu queria lembrar-lhe que vai poder estar presente numa série de obras de requalificação do Cento Histórico, aliás, naturalmente de aqui a um bocadinho, sem perder muito mais tempo, vamos falar nisso abundantemente na Ordem de Trabalhos. É bom avaliar o seguinte, o Centro Histórico tem alguns operadores, tem operadores públicos e tem operadores privados e naturalmente que nós vamos fazer, num ponto específico, vamos fazer alusão aos operadores privados, porque vamos ver que a taxa de minoração dos prédios, o número de prédios minorados, vem sendo cada vez menor, o que significa que há muita gente a requalificar os seus prédios. Portanto, a iniciativa privada também tem funcionado ali. Agora há uma coisa que não deixou de funcionar, foi a iniciativa pública, não há no Centro Histórico nada que não tenha a mão da Câmara. Nada. Desde logo por os muitos polos de atividade cultural que levantámos, mas também pelas imensas requalificações que fizemos em edifícios públicos, destinados ou à atividade cultural, ou à habitação, ou até à sediação de entidades. Ainda há-de ver, naturalmente penso que a maioria dos Deputados sabem que a Câmara comprou, o antigo edifício do Orfeão onde naturalmente a Câmara que se seguirá, há-de fazer aquilo que nós pensávamos fazer de requalificação e de devolução aos Viseenses desse espaço magnífico mas que também, eu com dinheiro que não era meu comprei. Espero que achem que foi uma boa compra. Eu também não tinha dinheiro para o comprar com dinheiro meu e portanto não fiz nenhuma caridade com dinheiros alheios, foi uma compra e já agora também, realçar a disponibilidade e a abertura de um Conselho de Administração com quem não tive sequer a necessidade de falar pessoalmente, mas falei por telefone, da abertura que demonstrou, sabendo que uma instituição pública como a Câmara era candidata à aquisição do espaço, a forma como nos facilitou essa transação. Depois, for fim duas coisas e é mesmo as últimas coisas, é associar-me com entusiasmo ao elogio que foi aqui deixado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e também com estes anos de atraso, já o fizemos de uma outra forma, um elogio a quem o antecedeu, foi também para mim, um farol, o Engenheiro Coelho de Araújo, sabem bem da ligação extrema que tínhamos, ouvi muitos conselhos de facto e portanto, acho justíssima esta homenagem. Ao Doutor Faria, eu acho que isso é fruto da bondade, eu não tenho nenhum problema com isso, com um lugar na história, a sério que não tenho. Não tenho porque não sou eu que vou ver isso seguramente, é mais uma razão para não ter. Há uma coisa que sei e isto eu não preciso sequer de grandes apelos à memória de evocar o que faço com frequência, o criador da livraria do trabalho e este é um dos lemas que eu segui ao longo destes vinte anos e que vou aqui referir mais uma vez. Dizia ele: *“Tentei fazer bem aquilo que outros podiam ter feito melhor, mas não fizeram”*. Portanto, foi apenas isto que eu segui, tentar fazer bem aquilo que naturalmente, da melhor maneira, aquilo que sabia e podia e portanto, o resultado está à vista. Portanto, quem vier a seguir, as gerações de quem eu também lancei sementes, naturalmente hão-de fazer justiça ao que foi feito e isso de facto que não me preocupa. Já agora em relação, digamos há muita gente que, não sei, é também com alguma preocupação, quer saber a nostalgia que eu tenho em relação à Câmara e como é que me vou comportar a partir do dia em que deixar de ser Presidente da Câmara, eu digo que não sei. Nem sei se também não vou cair na rotina de alguma vez, porque também já aconteceu com o meu antecessor, mas vou deixar, já digo isto e



não é em ato de brincadeira, é mesmo a sério, uma folha de papel A4 no volante do meu carro particular a dizer, não vás para a Câmara, porque posso naturalmente na rotina, tomar o pequeno-almoço, ir para o carro e ir em direção à Câmara. Eu vou lá deixar isso, eu vou lá por, em vez da Câmara, vai para o Real, que é uma terra que eu gosto muito. Já agora outra coisa, não tenho nenhum estado de alma, nenhum. Não tenho nenhuma preocupação com isso e portanto, há uma coisa que sei e que vou daqui a um bocadito enfatizar, de forma particular naturalmente que estarei disponível para continuar os interesses de Viseu, isso podem contar. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Terminámos o Período Antes da Ordem do Dia, vamos entrar na nossa Ordem de Trabalhos. O Ponto Um que é a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a “ACTIVIDADE MUNICIPAL” e portanto, iria dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para Intervir. -----

- **TRINTA E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º1do art.º 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 68º, introduzido pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. Como já tive a oportunidade de referir por diversas vezes, bem como nesta Assembleia Municipal, a ação empreendida pela grande maioria dos Municípios portugueses, ao longo dos últimos trinta anos, contribuiu, significativamente, para o desenvolvimento do País e para o reforço da coesão nacional. O balanço, que em nosso entender é francamente positivo e ao qual o nosso Município não tem estado, igualmente, alheio, pode porventura não ser do agrado de todos. É, no entanto, Indiscutível que o trabalho desenvolvido pelas várias Autarquias do País viu radicalmente melhoradas a quantidade e a qualidade das infraestruturas e dos equipamentos coletivos disponibilizados. O nosso Município é bem o exemplo desse processo de mudança que ocorreu nas últimas décadas. Sem querer ser fastidioso ou exaustivo, permitam-me apenas que evidencie as muitas obras e investimentos que realizámos em redes de abastecimento de água e de eletricidade, sistemas de coletores e estações de tratamento de esgotos, recolha e eliminação de resíduos urbanos, construção de caminhos, estradas e avenidas, parques e jardins públicos, escolas, habitação social e numerosos equipamentos desportivos e de lazer. Tem sido um trabalho coletivo, fruto do intenso labor de um grupo de pessoas dedicadas e interessadas em resolver os problemas da nossa Terra, do qual me orgulho, sobremaneira, de ter feito parte, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Atualmente é possível observar, com objetividade, que a grande maioria das necessidades primárias das populações do nosso Concelho se encontra concluída, ou em fase de conclusão. Preconizamos, assim, que se irão colocar novos desafios às nossas autarquias locais, as quais não poderão, no entanto, descuidar as ações consideradas “mais tradicionais”, que naturalmente continuarão a integrar as agendas e os programas autárquicos. Não obstante os novos desafios que possam surgir, é imprescindível continuar a apostar no “Desenvolvimento Sustentável”, disponibilizando serviços ambientais, sociais e económicos a todos os cidadãos, sem por em causa a viabilidade dos sistemas naturais e sociais de que dependem esses serviços.-----

Exmo. Senhor Presidente, Senhores Deputados. A ação autárquica será sempre um exercício de equilíbrio. E um dos mais importantes equilíbrios a ter em conta é o das “Finanças Públicas”, sem o qual não será possível satisfazer as necessidades coletivas dos nossos concidadãos, concretizável através da realização das despesas e dos investimentos considerados indispensáveis. Neste contexto, é para mim um enorme regozijo poder afirmar que, quando terminarmos o atual mandato, vamos deixar o Município de Viseu e a Instituição “Câmara Municipal de Viseu” numa situação bem melhor do que aquela



que encontramos em mil novecentos e noventa. Em termos de investimentos feitos gostaria apenas de apresentar dois indicadores que permitem ilustrar a minha afirmação anterior e que são paradigmáticos do verdadeiro progresso que o nosso Concelho assistiu nos últimos anos: Nestas últimas duas décadas o grau de cobertura de Abastecimento Público de Água em Viseu ultrapassou o valor padrão da União Europeia, ou seja, neste momento é superior a noventa e cinco por cento, por sua vez o grau de cobertura do Saneamento em Viseu também é superior ao valor padrão da União Europeia, tendo ultrapassado já os noventa por cento. Toda a nossa ação material, através da concretização de infraestruturas e de equipamentos coletivos e imaterial, com a realização das mais diversas iniciativas de índole social, económica, cultural, desportiva ou de lazer, permitiram tornar o nosso Município num lugar com qualidade de vida, atrativo e onde “dá gosto viver”. Uma das formas de poder comprovar a atratividade de Viseu, fruto da sua qualidade de vida, é através da análise da variação demográfica registada. Assim, é possível verificar que entre mil novecentos e noventa e um e dois mil e onze, houve um aumento significativo da população, que rondou os dezanove por cento. Se a qualidade de vida não fosse evidente em Viseu, certamente os resultados obtidos seriam outros, como aconteceu em muitos outros Concelhos do País. Relativamente às “Finanças Públicas” a nossa situação é deveras positiva. Na presente data o “Saldo Orçamental para a Gerência Seguinte” é superior a vinte e dois milhões de euros. Significa isto que a Câmara Municipal de Viseu tem neste momento dinheiro mais do que suficiente para pagar todas as suas dívidas de curto prazo atuais, ou seja, tem onze vezes mais dinheiro do que o necessário para liquidar todos os seus débitos de curto prazo, uma vez que estes apenas representam oito vírgula quarenta e dois por cento do “Saldo” existente. Neste momento, o mesmo “Saldo” permitiria, igualmente, solver cerca de noventa e dois por cento da dívida de médio e longo prazo, o que não se torna necessário uma vez que este tipo de dívida não é exigível de imediato e é para ser paga ao longo de vários anos. Permitam-me, ainda, salientar que os “prazos médios de pagamento” a fornecedores se mantêm baixos, o que nos inclui no restrito lote de Municípios que pagam a tempo e horas. Longe vão os tempos em que os fornecedores faziam fila à porta da Câmara Municipal para poderem receber os seus créditos ou que era necessário fazer uma rigorosa “ginástica financeira” para se poder pagar os vencimentos aos Trabalhadores Municipais.-----

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados. Agora que se aproxima o término de mais um mandato, não poderia deixar passar a oportunidade sem expressar os meus sinceros agradecimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, à respetiva Mesa e a cada um dos Membros desta Assembleia Municipal pela profícua colaboração que foi possível estabelecer entre os Executivos a que tive a honra de presidir e este Órgão, em prol do desenvolvimento de Viseu e do bem-estar dos nossos concidadãos. O meu sentimento neste momento é de perfeita tranquilidade e de harmonia com a minha consciência, porque sei que tudo fizemos, eu e as equipas a que presidi, dentro das nossas possibilidades para o progresso de Viseu e dos Viseenses. De uma coisa podem ter a certeza. Em termos pessoais continuarei a dedicar o empenho que estiver ao meu alcance para que Viseu continue a ser uma referência a nível nacional e continue a ser a “Melhor Terra para se Viver”.-----

Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Deixamos, igualmente, à consideração e análise de V. Exas., através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº 4 do art.º 68º da Lei 169/99, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, designadamente: Situação financeira, saldo atual das dívidas e outras origens de fundos; Informação prevista na alínea d) do nº 1 do art.º 53º participações em entidades societárias e não societárias; Reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado; com vista ao acompanhamento legalmente previsto. É tudo



Senhor Presidente.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Ora bem eu gostava de ter uma noção do número dos Senhores Deputados que pretendem usar da palavra neste período de informações, para aqui aquilatar da pertinência de suspender ou não os trabalhos antes das várias intervenções. Temos seis intervenções. Penso por uma questão de economia, se o Senhor Presidente estiver de acordo, era preferível interrompermos agora os trabalhos, penso que uma hora e meia estaria perfeito para almoçarmos e retomávamos às duas e um quarto, porque seis intervenções, mesmo que seja a cinco minutos cada uma, estamos a falar de trinta, mais as respostas do Senhor Presidente, estaríamos a falar praticamente de uma hora isso implicaria, termos que interromper às duas menos um quarto. Portanto, acho preferível para haver uma sequência normal dos trabalhos, interrompíamos agora e recomeçávamos às duas e meia. Então, catorze e trinta. Ou melhor, eu marco às catorze e quinze, para começarmos às catorze e trinta.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que se sentem, já temos quórum. Vamos reiniciar os nossos trabalhos e vou começar por dar a palavra, pedindo que se sentassem, começo por dar a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira, no âmbito do ponto de informação-----

- TRINTA E OITO - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa desta Assembleia, Senhora Secretária, Senhora Secretário, Senhor Presidente do Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social, Público presente. O Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo Camarário Doutor Fernando Ruas, apresentou-nos ainda antes de almoço, neste ponto, um balanço muito sucinto do trabalho desenvolvido pela Autarquia. Não apenas neste último ano, não apenas neste último mandato, mas também dos progressos construídos ao longo dos mandatos em que exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Compreendemos a forma sucinta como foi abordado o trabalho desenvolvido, focando-se nas concretizações conseguidas em diversas áreas, como a rede de abastecimento de água e eletricidade, a recolha e tratamento de esgotos e resíduos urbanos, as acessibilidades, as escolas, a área social e a criação de numerosos equipamentos. Importa também sublinhar a saúde financeira da Autarquia, como já foi referido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente, pois apenas assim existe um suporte para o desenvolvimento continuado. O Senhor Presidente do Executivo Camarário, salientando a contribuição das equipas com quem trabalhou ao longo dos anos, foca a conclusão das necessidades primárias da população que foi sendo concretizada ao longo dos seus mandatos. Aqui, permita-me que discorde deste aspeto. Por exemplo, se recorrermos à hierarquia de necessidades de Mazlow, sendo as necessidades primárias as necessidades fisiológicas básicas, as necessidades de segurança como a habitação o emprego e a saúde, ou até mesmo as necessidades sociais, parece-me que a Autarquia de Viseu, já proporciona aos seus habitantes, elevados níveis de necessidades de autoestima e de autorrealização. O aumento da população no Concelho de Viseu em perto de vinte por cento nos últimos vinte anos, é uma tradução do preenchimento dessas necessidades. Apenas desta forma se consegue explicar a atratividade que este Município tem exercido sobre a população. Alguém que escolhe esta Cidade e este Concelho para viver, fá-lo porque vê preenchidas além das necessidades primárias que foram referidas, também as necessidades consideradas a um nível mais elevado na já referida Pirâmide de Mazlow. Esta constatação ainda é mais sustentada pelo facto de nos encontrarmos num Concelho do interior e sermos um exemplo de crescimento. A nível territorial, especialmente para uma unidade territorial nestas condições. Se consultarmos indicadores sociais e fazendo referência apenas a um conjunto de indicadores disponíveis no Jornal O Público, que



tem como fonte a Pordata e o INE, nos seus Censos de dois mil e onze, verificamos por exemplo que: O desemprego é de onze vírgula sete por cento, numa posição intermédia a nível nacional, em termos populacionais, Viseu é já o vigésimo sétimo Concelho do País, em termos de habitantes por médico, cento e oitenta e oito virgula três, ocupa a décima segunda posição a nível nacional, o índice de envelhecimento é de cento e vinte e dois, estando o Concelho posicionado sensivelmente a um quarto do total nacional, a população com ensino superior é de dezassete vírgula oito por cento ocupando a décima quinta posição. São estes apenas alguns exemplos que também justificam a atratividade que Viseu conseguiu construir e manter ao longo destas últimas décadas. Permita-me introduzir aqui também uma referência da minha experiência pessoal. Quando sai de Viseu para ir estudar para Lisboa, pouco tempo antes do Doutor Fernando Ruas, ter sido eleito para o seu primeiro mandato, a referência que faziam à minha origem era essencialmente ao típico sotaque Viseense, quando sai de Lisboa e regresso a Viseu, depois de concluir uma licenciatura e um doutoramento passados dez anos, a perspetiva com que Viseu era encarado já tinha sido alterada e atualmente a mudança foi radical. Quando os amigos que fiz por Lisboa me visitam, tecem sempre rasgados elogios à nossa Cidade e ao desenvolvimento sustentado que dela constata. Importa também aqui referir as classificações obtidas por Viseu nos estudos efetuados por associações da Defesa do Consumidor a nível mundial, em dois mil e sete e em dois mil e doze, em que como todos já sabemos, Viseu atingiu o primeiro lugar a nível nacional e posições honrosas a nível global. Esta referência, não pretende ser uma repetição, mas sim uma constatação da opinião agora de quem reside no Concelho, pois os resultados destes estudos, decorrem da auscultação dos próprios residentes em cada Concelho. Assim sendo, Viseu construiu um desenvolvimento e uma qualidade de vida sustentados quer na opinião de quem nos visita, quer na opinião dos seus munícipes. Quer queiram quer não, estes resultados foram a consequência do trabalho desenvolvido pelo atual Presidente do Executivo Camarário e pelas equipas que com ele trabalharam. Certamente que o Doutor Fernando Ruas, como ele próprio refere continuará a dedicar todo o seu empenho para que Viseu continue a ser uma referência a nível nacional e continue a ser a melhor terra para se viver. Certamente que existirá a prossecução da continuidade deste desenvolvimento com a nova equipa que irá assumir os destinos da Autarquia, dando seguimento à forma como os elementos do nosso Partido sempre trabalharam em prol de Viseu. Da minha parte e para concluir peço autorização para voltar a fazer uma referência pessoal e não posso deixar passar esta oportunidade sem referir que fiz parte desta Assembleia Municipal durante os últimos três mandatos autárquicos e tive a oportunidade de acompanhar todo o trabalho desenvolvido pelo Excelentíssimo Presidente e respetivas equipas. Foi para mim uma oportunidade de aprendizagem e um prazer enorme ter partilhado este fórum com o Doutor Fernando Ruas e com todos os elementos das suas equipas no Executivo, bem como com todos os membros desta Assembleia Municipal ao longo destes últimos doze anos. Obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor deputado. Dou agora a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

- TRINTA E NOVE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Boa Tarde a todos e a Todas. Apesar das contas em dia e apesar das melhorias na quantidade e qualidade de algumas infraestruturas e de equipamentos disponibilizados e utilizando até uma frase dita pelo Senhor Presidente, este Executivo deu sempre prioridade ao “Betão”. Apesar de nos últimos anos se encontrarem ou se começar a encontrar algum do património reabilitado e requalificado. Diria que a Cidade sempre foi bonita, até porque sempre fiz parte dela, mas apenas apresenta a cara lavada em algumas zonas. São vinte e quatro anos de prioridade à construção, em detrimento da reabilitação e requalificação. O Programa Polis, foi uma oportunidade



única desperdiçada em obras, algumas delas megalómanas e até quase inúteis como o túnel Viriato e o Funicular, aliás, cujas calhas já têm provocado alguns acidentes físicos a algumas pessoas das quais eu já constatei diretamente. Ficou bem o Parque Linear do Pavia, mas o principal ficou por fazer como Centro de Interpretação da Cava, para colocar nas rotas turísticas um monumento único na Europa e o Parque Urbano da Agueira que mal saiu do papel. Sem comboio, sem universidade pública, sem ligação rodoviária segura até Coimbra, rodeados de portagens e sem grandes incentivos à fixação de pessoas, apesar dos dezanove por cento de aumento da população no nosso Concelho. Manifesto a nossa preocupação com a perda de serviços ou a deslocalização de empresas como é o caso da recente deslocalização que a partir do dia dois de setembro, se materializa na prática, da filial da Scania em Viseu que vai mudar as suas instalações para Mangualde e uma das principais razões para o fazer, são os acessos às principais vias de comunicação. Esta situação pode pôr em risco postos de trabalho e a mobilidade de pessoas para fora do nosso Concelho e consequentemente pôr em risco o desenvolvimento do nosso Concelho. Não podia deixar de falar também sobre a questão da despoluição do Rio Pavia, até porque de manhã quis respeitar a abordagem apenas ao assunto dos Bombeiros e interpretei mal, podia ter apresentado tudo, peço desculpa por isso, mas também em jeito de balanço, não vou ler o que tinha previsto, mas vou fazer um balanço. Este problema da poluição do Rio Pavia, já é denunciado há muitos anos por ambientalistas e moradores, que acusam a Câmara Municipal de não cumprir a sua promessa de proceder à despoluição deste afluente do Dão que atravessa a Cidade de Viseu. Lamentamos que só depois de ter saído na Comunicação Social e neste caso específico na semana passada do dia, penso eu, vinte e oito, a Câmara tenha agora tentado resolver o problema, contratando uma empresa de limpeza e muito bem como é óbvio mas corre-se o risco de voltar sempre a acontecer o mesmo, porque o problema não foi cortado pela raiz digamos assim. Penso que este Executivo termina o seu mandato sem resolver este grave problema ambiental e que contraria o que o Senhor Deputado António Vicente de Figueiredo referiu numa intervenção na última Sessão desta Assembleia, última, antes desta como é óbvio e passo a citar: *“Quero lembrar aqui que há uns anos atrás, nesta Assembleia do mês de junho e durante todo o período de Verão, era comum nós ouvirmos críticas ao estado poluído do Rio Pavia e aos maus odores, que nós tínhamos de suportar no período da feira e neste período de verão”*, eu reforço, a tradição afinal ainda é o que era porque ainda continuamos a ter que suportar o mau cheiro em algumas zonas de Viseu. Voltando a citar o Senhor Deputado: *“Mas claro perguntarão, está tudo feito? Não e ainda bem que não porque o Senhor Presidente terá que deixar alguma coisa para quem o vier suceder”* e eu digo será esta a justificação que devemos dar à população, do porquê da obra inacabada ou adiada. E agora terminando em jeito de brincadeira como eu gosto, este Executivo ficará ligado para sempre a esta herança um pouco mal cheirosa para o Executivo seguinte. De qualquer das maneiras e apesar dos meus reparos, como é óbvio, vou desejar as maiores felicidades para as pessoas que já não vão continuar, que não estão ligadas a nenhum órgão ao qual vamos a votações dia vinte e nove e pessoalmente como sabe, tive sempre em muito boa consideração o Senhor Presidente e por isso, se precisar de mim de alguma coisa, mesmo já não estando ligado à Câmara, estarei sempre disponível como cidadã desta Cidade que sempre o Senhor Presidente deu a cara, muitas vezes eu não concordei com algumas posições, mas que reconheço que esteve sempre e não quero utilizar nenhuma expressão de campanha de ninguém, mas que esteve sempre à frente da Cidade. Muito obrigado por isso.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigada Senhora Deputada.

Dou agora a palavra ao Senhor Deputado João Paulo.-----

- **QUARENTA - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO**



(PS): Muito boa tarde a todos, novamente Senhores Presidentes, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu tinha tomado alguns apontamentos para esta intervenção neste Período da Ordem do Dia da Atividade Municipal e não vou seguir os apontamentos que tinha tirado porque depois, enfim, na sequência dos nossos trabalhos desta manhã, há outras coisas que me parecem mais pertinentes de serem ditas. E tem que ver exatamente com este exercício que nós fazemos todos aqui neste órgão e que é um órgão autárquico e que muitos de nós não vão estar cá, como dizia a Deputada que me antecedeu, daqui a pouco tempo, outros irão continuar, eu próprio se, enfim, se a providência mo permitir e se os Viseenses assim entenderem, estarei, mas sentado aí desse lado e portanto, na impossibilidade de intervir como tenho feito ao longo destes anos. Sou contemporâneo do Deputado Paulo Pereira quando disse há pouco que está há doze anos nesta Assembleia, eu próprio, também cumpri aqui três mandatos e é evidente que o Senhor Presidente da Câmara faz um balanço, enfim, confesso que li e reli a sua intervenção e não é um balanço de ciclo de vinte e quatro anos, é um balanço que é um pouco, não é assim tão distinto da intervenção que fez por exemplo há quatro anos atrás antes do período eleitoral e isso eu calculo que também tenha que ver com o que já expressou esta manhã, com a coisa de meter um papel no carro a dizer, não vás para a Câmara. Qualquer ser humano eu acho que perceberá que alguém que dedicou vinte e quatro anos da sua vida a uma determinada função e é esta função que é a de gerir uma comunidade, com a entrega que isto tem, digamos, a essa mesma comunidade, eu não sei se estavam à espera de uma intervenção muito crítica, mas a intervenção do Partido Socialista, é uma intervenção de reconhecimento. Reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, particularmente ao Senhor Vice-presidente da Câmara também, porque o acompanhou ao longo destes mandatos todos, a muitos dos Vereadores aos que estão naturalmente, mas a outros que fizeram parte, aos Presidentes de Junta de Freguesia e às próprias Assembleias Municipais. Eu algumas vezes disse nesta Assembleia, que ser Deputado da oposição, é um papel muito ingrato e eu acho que toda a gente tem que perceber isto. O Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-presidente e os Senhores Vereadores e legitimamente, tratam dos papéis todos os dias. São remunerados para o fazer e eu reforço legitimamente, mal feito fora se assim não fosse. E portanto, quem é da oposição e enfim os Deputados naturalmente também do PSD que não vivem exclusivamente desta atividade tiram às suas horas de família, às suas horas dos amigos, às suas horas de convívio, prejudicam muitas vezes até a sua atividade profissional para se inteirarem de alguns temas para conseguirem dar um contributo. O que eu queria hoje aqui dizer, é que da mesma medida que reconheço que todos os que estiveram nos Executivos Camarários e particularmente o Presidente da Câmara Doutor Fernando Ruas, que se empenhou, que diz uma frase na parte da manhã que qualquer pessoa de bom senso tem que dizer: *“tentei fazer bem o que os outros faziam melhor, mas não o fizeram”*. É Incontestado isto, não há contestação. É tão fácil estarmos no café ou nas esplanadas a dizermos a placa não devia ser aqui devia ser ali, a Rua devia ser aqui, devia ser ali, mas nós nem nas reuniões do condomínio participamos, quanto mais na política, quanto mais nos partidos, quanto mais nas Assembleias Municipais. O que eu tenho tentado dizer nesta Assembleia, muitas vezes, acho com alguma incompreensão de alguns dos elementos é que nós próprios temos que dar todos os dias um contributo para a valorização da política e da causa pública. Portanto, o que eu hoje de manhã aqui fiz e por isso estou a esquecer as notas que tinha tirado para falar e estou a falar um pouco com base no que aconteceu na parte da manhã, não foi uma crítica, digamos, de bota abaixo, de está tudo mal, cada vez que o Partido Socialista votou qualquer coisa, que não foi de acordo com o que era digamos, a orientação ou que já aprovado vinha dos Executivos, não quer dizer que o partido socialista não reconheça a evolução, não reconheça as coisas boas, votarmos contra o



orçamento, não é votar contra todo o orçamento, enfim, somos estes chatos que sempre defendemos que as coisas podiam estar um pouco mais escarpelizadas, que os Senhores Presidentes de Junta poderiam saber antecipadamente com que é que poderiam contar, para melhor programarem as suas atividades nas Freguesias, o que não quer dizer, é que somos contra a requalificação do Parque Aquilino Ribeiro, que somos contra coisas tão positivas que aconteceram na Cidade ao longo destes anos e como é evidente e também para isto não ser só elogioso, reconhecamos que não fomos os únicos que evoluímos, todos os outros, as Cidades enfim, à nossa volta, foram fazendo a sua evolução. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, amor a Viseu, julgo que todos temos, orgulho de ser Viseense, julgo que todos temos. Algumas opções que uns defendemos e outros defendem, é da democracia e a democracia, é precisamente este confronto de ideias. Eu acho muito honestamente que ganhamos a confrontar ideias. Se todos estivéssemos aqui a abanar com cabeça e a dizer a mesma coisa, provavelmente Viseu, teria ficado a perder. Deixe-me até dizer-lhe e se calhar com alguma presunção, que eu espero que tal como com a humildade que hoje manifestou hoje de manhã dizendo, não faria tudo igual, algumas opções teria feito diferente, deixe-me que sublinhe se calhar com alguma presunção, pensar que algumas propostas que o Partido Socialista fez aqui ao longo dos anos, seriam algumas coisas que o Senhor Presidente hoje alteraria. Enfim, eventualmente com alguma presunção, mas se calhar com alguma verdade. Aliás, quem consulta estas atas, agora ou no futuro perceberá que algumas propostas que o Partido Socialista aqui foi fazendo, de facto foram sendo executadas posteriormente pela Câmara Municipal. Isso não está mal, isso está bem. Isso uma coisa boa para os Viseenses, é uma coisa boa para todos. Portanto, lamento se desiludi alguns dos presentes que esperavam uma intervenção mais combativa ou mais acintosa, não é essa de facto a que o Partido Socialista aqui quer trazer e que eu próprio me sinto digamos, com vontade de fazer. Quem dedica anos consecutivos à causa pública, tem e merece o nosso reconhecimento. Gostamos também que reconheçam que quem não está no poder, quem não é Executivo não é necessariamente um bota baixista, não é necessariamente alguém que quer o mal da sua comunidade, antes pelo contrário, mais uma vez e repetimos a democracia não funcionaria como deve ser se efetivamente não houvesse esta dialética, este confronto de opiniões. Portanto, acho que fiz a intervenção que pretendia fazer, também nunca sabemos do futuro, não é? Costuma dizer-se, nunca se diga nunca, mas provavelmente esta será a última vez que tenho a oportunidade de como Deputado da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Doutor Ruas como Presidente de Câmara de trocar impressões sobre a nossa Cidade, espero poder fazê-lo no futuro e por muitos e bons anos, significa que cá andaremos todos e portanto, trocarmos estas impressões sobre a Cidade que todos gostamos, mas na hora da despedida como diz a canção o que me oferece dizer é o reconhecimento pela dedicação e de facto não posso terminar sem dizer que também gostava de ouvir da sua parte, João Paulo Rebelo, efetivamente o Partido Socialista nas vezes que me foi chateando, nas vezes que foi dizendo umas coisas, mas também deu o seu contributo e daí também que diabo fomos merecendo alguns milhares de votos ao longo dos anos e como eu também disse e é bom que não se esqueçam sobretudo os Deputados que vão continuar, nem eu tenho idade sequer para ter um discurso paternalista, mas cada Deputado, que aqui está eleito, está eleito exatamente com o mesmo número de votos que os outros. Há uns que são minoritários, mas o número de votos que me elegeu para estar nesta Assembleia, é exatamente o número de votos que elegeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Deputados do PSD e portanto, estamos todos eleitos com o mesmo número de votos e portanto do ponto de vista da legitimidade, ela é de facto igual para todos. Sucessos, evidentemente na vida pessoal, enfim do Executivo e de todos nós e esperemos que esta Assembleia Municipal continue a fazer debates acesos, naturalmente em prol de Viseu nas que depois também



encontre os seus momentos como fazemos e também, um reconhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal, não me custa note-se, é candidato à Câmara do PSD, como sabe eu estou numa lista oposta, mas também o reconhecimento ao Presidente da Assembleia Municipal, que foi nomeadamente com a Ceia de Natal, que esta Assembleia foi fazendo, foi sabendo proporcionar momentos também de convívio entre nós, somos pessoas, queremos o melhor para Viseu e é isso que eu acho que é bonito. Muito obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor deputado. Somos eleitos todos com a mesma legitimidade e para honrar os compromissos dos mandatos que o povo nos dá. Dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos. É a seguir? Então o Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

- **QUARENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD)**: Senhor presidente da Mesa, restantes elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas. Estive a ouvir com muita atenção o meu caro amigo João Paulo e há uma questão que eu não posso deixar de lhe colocar. Eu gostava de saber qual foi a ementa do almoço que é responsável por uma metamorfose deste tamanho, não de doze anos, da parte da manhã para a parte da tarde. Se eu estivesse um bocadinho mais desatento, eu até diria o seguinte, até parece que é candidato a Vice-presidente da Câmara Municipal nas próximas eleições. Muito obrigado. -----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Deputado Tiago Pinhel tem a palavra.-----

- **QUARENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP)**: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. Este é mais um momento marcante na vida desta Assembleia e da Cidade, que se espera dignificado e valorizado pelo natural balanço a fazer, tendo em vista o culminar de mais uma etapa traçada com determinação e muita coragem de todos nós, nos difíceis tempos que correm. Convém no entanto reforçar, que esse exercício continua a ser uma obrigação que nos cabe cumprir, nem que seja pelo que representamos relativamente os cidadãos do Concelho que nos confiaram decisões, embora se a memória não me falhe, foi por vezes atropelada por discussões pouco atentas à Cidade, ao seu futuro e claramente impregnadas de tons acusatórios que hoje todos podemos considerar pouco profícuos. Assumiram os representantes do CDS neste mandato, essa responsabilidade, apesar das muitas dificuldades pessoais vividas, acreditando desde a primeira Sessão desta Assembleia, que haveria espaço a uma crítica construtiva, com novas ideias e visões diferentes para construir a Cidade, que até levasse a consensos capazes de responder ativamente a esta oportunidade que nos foi dada, de pelo menos condicionar o nosso futuro. O momento permite e exige ainda que aqui deixe o desafio à construção de uma nova geração de intervenções sociais, novas formas de participação ativa na vida pública, de cooperação entre diversas entidades públicas e privadas, de atividade cívica como resposta aos anseios e necessidades de grande parte da população e como garantia das gerações vindouras. Este nem sempre foi o caminho seguido, contudo, nem a postura mais fechada, a opinião e contribuições dos que democraticamente aqui assumem os seus papéis, me fazem enquanto Viseense e como representante do CDS nesta Assembleia, ao contrário de alguns, ter uma visão deturpada dos factos, ou pouco coerente com uma grande parte da realidade dos últimos vinte e quatro anos desta Cidade. Crescemos, melhorámos, fizemos o nosso caminho, estamos numa boa Cidade para viver e pese embora em alguns dos caminhos feitos e a prioridade dos mesmos a nossa escolha fosse outra, cabe-me reconhecer de forma sincera o trabalho feito e agradecer a todo o Executivo e em especial ao Senhor Presidente, pelo seu



empenho, esforço e dedicação à Cidade de Viseu. Muito Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor deputado. Portanto esgotámos as perguntas do Período Antes da Ordem do Dia. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas questões que lhe foram colocadas.-----

- **QUARENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. De forma sucinta, naturalmente queria estar de acordo com aquilo que disse o Senhor Deputado Paulo Pereira, eu não pretendi fazer um balanço nem de mandato nem de vinte e quatro anos. Aliás, era difícil, eu acho que isso, podem-no encontrar nos livros em que pretendi resumir os últimos vinte e quatro anos. Portanto, aí está tudo, é um balanço objetivo. Aliás, pretendia apenas dar também em nome dos Municípios Portugueses aquilo que é digamos, um trabalho ciclópico das Autarquias e em especial da Autarquia de Viseu. Mas naturalmente, que também contei sempre consigo, como um Deputado excecional e sempre muito atento à realidade do Concelho e do Executivo. Li sempre as suas intervenções, mesmo algumas que fez escritas porque eram sempre muito cuidadas em termos da fonte e dos dados que obteve. Portanto, agradeço-lhe também isso, apesar de o não o demonstrar, eu tenho muita atenção aquilo que é dito e tenho muita atenção mesmo aquilo que é criticado, de maneira que agradeço-lhe esta colaboração ao longo deste tempo todo. Sobre a Deputada Manuela Antunes, eu nem consigo ser antipático consigo, sabe muito bem. É um piropo é. Mas eu não consigo ser antipático consigo, mas também não deixarei de lhe dizer as coisas tal e qual como o fez e queria dizer-lha a primeira coisa, quando fala que nós que demos sempre a prioridade ao betão e ao alcatrão, não está apensar naquela equipa que entregou nos Jogos Sem fronteiras não? Há aí não é? Eu sei, eu sei, que aí não havia betão nem alcatrão, a Manuela fez parte dessa equipa, estou a dizer é que a gente, não construímos só paredes, andámos também e fez parte dessa equipa sem ser betão e alcatrão. Foi também levar o nome de Viseu e portanto, também alguém se podia questionar se era a melhor forma. Nós fizemo-lo acreditando que era levar o nome de Viseu. Mas também, outra coisa ainda mais séria, eu habituei-me e não leve também a mal, eu se quiser obter algum aferidor se o meu caminho está correto, é ele ser contrário ao do Bloco de Esquerda. Não preciso de bússola, basta-me que ande ao contrário daquilo que o Bloco de Esquerda me indica para eu saber que o caminho que é correto, porque o Bloco de Esquerda diz-me sempre o contrário, sempre, sempre, sempre. Portanto, não vale a pena. Já agora uma outra coisa e também, não leve isto à letra, eu também, como está na hora da saída, também lhe desejo as maiores felicidades, é que nós vamos acabar ao mesmo tempo. Não sei se já deu conta disso, exatamente ao mesmo tempo, eu vou deixar de ser Presidente da Câmara e a Senhora nem sequer vai ser Vereadora, de maneira que vamos acabar na mesma altura. Desejo-lhe também as maiores felicidades e com certeza que nos encontraremos por aí, até com mais...bem, eu tinha aqui uma nota sobre as palavras do João Paulo e o Deputado Manuel Teodósio tirou-me de certa maneira as palavras da boca, eu pus aqui, fez-lhe bem o intervalo e até tinha aqui, abandonar as notas foi um bom rebate de consciência, tinha eu aqui escrito. Mas eu também tinha notas, eu também vinha preparado com notas para o João Paulo e tenho-as aqui também e como já as referi tanta vez, não as vou dizer. Era reatar outra vez uma discussão que ia ser mais acesa, mas eu tinha aqui as notas, vinha preparado. Vinha preparado para ser duro aliás, também não faria nenhum sentido que andasse aqui vinte e quatro anos, as pessoas a olharem para mim, um individuo granítico e não sei o quê e agora acabasse aqui...pronto, queria também naturalmente dizer que agradeço as críticas do Partido Socialista, sempre que elas foram construtivas e há uma coisa que nós podemos dizer e estarmos todos de acordo, os senhores têm uma vantagem em relação aquilo que podem criticar, é porque nada que há neste Concelho tem a vossa



marca. Portanto, é verdade, aquilo que está aqui bem ou mal, é da nossa inteira responsabilidade, portanto, estão à vontade exatamente para criticar o que cá está, porque não têm nada a ver com isso. E estão à vontade também para o que está mal, porque também não tiveram nada a ver com isso. Nem para o bem nem para o bem nem para o mal, faz-me lembrar as pessoas que ninguém lhe fala nem para o bem nem para o mal, portanto também não tiveram nada a ver com esta ação e portanto, eu acho que estão à vontade. Agora há uma coisa que eu sei, eu procurei sempre corresponder, fiz esse esforço, eu tenho simpatia por o João Paulo, se calhar a maior parte das pessoas no saberão, eu não me esqueço dos meus vizinhos e mais, o João Paulo sabe até que a gente faz bem fazer estas confidências, na parte final, quando já não há nenhum interesse, o Avô do João Paulo, era o maior amigo do meu pai. Portanto, há esta ligação, foi meu vizinho, portanto isto não nos impediu de dizer aqui cara a cara aquilo que tínhamos a dizer, portanto eu não levo isso a mal. Era o que me faltava que eu não tivesse o discernimento para saber que as pessoas têm opções diferentes. Agora, eu não tenho dúvida que cada um à sua maneira gosta tanto de Viseu como eu e é bom que gostem tanto de Viseu como eu, cada um há sua maneira, isto não tem mal nenhum, antes pelo contrário. Eu gostei e agradeço também as palavras do Deputado do CDS, contrariam um bocado aquele que vai ser o vosso candidato, eu sei que está à vontade e ainda bem, mas também é bom separar as águas, é o primeiro elogio que ouço do CDS e portanto tenho que o registar e portanto, eu agradeço-lhe esta simpatia e também não tenho, à parte digamos, do Deputado do CDS que sempre aqui nesta Assembleia nunca nos tratou bem, eu tenho que o reconhecer, também mentiria se dissesse que sim, mas eu tenho uma razão para isso, uma razão, a primeira foi-lhe dada ali pelo Presidente da Junta de Silgueiros, essa foi a primeira e depois virou-se contra mim, outra foi digamos, a evolução do CDS local, mas isso não tem nada a ver comigo. Eu fiz o meu trabalho. O CDS, quando eu cheguei à Câmara era um Partido fortíssimo, respeitado e portanto toda esta desagregação, que ninguém me a impute, que eu não tenho nenhuma culpa dela. Portanto, alguém o fez, não fui eu, mas eu agradeço-lhe sinceramente esta nota e portanto queria deixar aqui uma vez mais os agradecimentos aos Deputados Municipais, naturalmente não terei outra oportunidade de o fazer neste fórum e dizer-lhes que também vos desejo as maiores felicidades em prol de naturalmente de Viseu e dos cidadãos que legitimamente o poder legislativo e o poder executivo representamos. Muito obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Portanto, esgotámos o Ponto Um. Presume que não há mais ninguém que queira usar da palavra no Ponto Um. Passamos então ao, Ponto Dois, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2013 - REVISÃO”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

- QUARENTA E QUATRO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, não tenho nada a acrescentar ao que vem aí escrito. São revisões normais.----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu pedia só aos serviços, que fizessem a contagem do quórum. Quarenta e seis. Pergunto se alguém se quer pronunciar neste Ponto Dois? Tem todo o direito, faça o favor.-----

- QUARENTA E CINCO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Só para lhe dizer que vamos votar contra esta Revisão só em coerência com a votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu, dado que as nossas opções e prioridades ditas na altura, não coincidiam com as prioridades e opções da Câmara. Queria também só relembrar aqui uma coisa. O Senhor Presidente nem sempre anda em caminhos desconstruídos do Bloco. Dou o exemplo do IMI que veio precisamente dar ao nosso caminho. Portanto, agradeço-lhe



termo-nos cruzado no caminho porque foi um bom encontro, um encontro ótimo mesmo diria e que também tive muito orgulho de representar a minha Cidade nos Jogos Sem Fronteiras e terei sempre orgulho em representar a minha cidade, por isso é que ainda aqui estou hoje na minha Cidade.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Isso também é o nome de uma canção não é? Não há mais ninguém que queira usar da palavra no Ponto Dois? O Senhor Presidente também não quer dar nenhuma resposta?-----

- QUARENTA E SEIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, só para dizer que esta é uma Revisão, é uma figura que se usa atualmente para ajustar o orçamento. Portanto, é evidente que eu não tenho nada a ver com o voto do Bloco, mas o argumento devia ser o contrário. Fizemos uma coisa mal que vocês contestaram, agora estamos a fazer uma Revisão, significa até que o caminho foi alterado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito bem. Vamos passar à votação do Ponto Dois. Quem vota Contra? Quem se abstém? *Aprovado com 45 (quarenta e cinco) votos a favor e 1 (um) voto contra.*-----

-Vamos passar então ao Ponto Três. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORACÃO - MINORACÃO”. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar.-----

- QUARENTA E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Neste aqui vou perder um pouco mais de tempo. Como disse, esta Minoração e Majoração, é digamos, uma particularidade da fiscalidade como eu costumo dizer ao serviço do planeamento. Neste caso, ao serviço da requalificação urbana. Portanto, foi o instrumento que usámos, majorando os edifícios, abandonados, degradados e minorando quem os requalificou. O que é curioso de constatar é que estes valores, vêm diminuindo no bom sentido, isto é: Nós começámos no ano de dois mil e seis com um fator minorativo que se aplicou a quatrocentos e quarenta e oito prédios e no ano de dois mil e treze subiu para quatrocentos e noventa e nove, o que significa se os valores de minorar o imposto municipal é no sentido de reconhecer os prédios que foram requalificados, isto significa que cada vez há mais prédios requalificados. Eu queria dizer apenas uma outra coisa, a SRU e queria também enfatizar o trabalho, esta é uma Sociedade de Reabilitação Urbana, uma das três portuguesas que não tem nenhum problema, antes pelo contrário, fez um trabalho espetacular e tem feito um trabalho espetacular na requalificação do Centro Histórico e não só. Esta sociedade, identificou, ou trata um universo de edifícios num total de seiscentos e vinte e oito e portanto neste momento apenas têm de fator majorativo, que significa que são edifícios em ruínas, ou degradados, cento e sete, isto significa que com mais dificuldade, mas os particulares, vêm acompanhando o esforço da Câmara e neste momento dizemos que temos cento e sete prédios ainda que são objeto de fator de majoração. Espero naturalmente que esta sequência continue porque também gostaria de dizer que começamos em dois mil e seis, com cento e cinquenta e dois prédios degradados. Significa que foram neste momento quarenta e cinco, não me queria enganar, quarenta e cinco prédios de particulares que foram requalificados. Se este universo se mantiver e se a cadência, a tendência for esta, penso que se pode ambicionar, dentro de algum tempo, mais eventualmente os mesmos anos a ter, pela via particular todo universo dos prédios degradados, requalificados. Portanto, era isto Senhor Presidente, dizendo que nós temos um trabalho notável da SRU como disse, que identifica prédio por prédio, com as condições e como é que ele evoluiu. Portanto, se for necessário obter alguma informação sobre esta matéria, a Câmara tem-na perfeitamente disponível, com localização, os prédios em questão e aqueles que foram de facto majorados e minorados.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Carlos.-----



- **QUARENTA E OITO - O SENHOR DEPUTADO FERNANDO ANTÓNIO ALMEIDA CARLOS (PPD/PSD)**: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Colegas, Excelentíssimo Público e Comunicação Social. Quero congratular-me com esta medida sobre o IMI, Majoração, Minoração que visa motivar os proprietários a recuperarem os seus edifícios degradados. O Executivo Camarário, ao longo dos anos foi criando diversos programas que permitem a reabilitação, não só dos espaços mas também a requalificação e a reabilitação de alguns edifícios degradados. Sem incentivos e benefícios fiscais, é muito difícil a recuperação habitacional, sobretudo porque as pessoas não possuem condições económicas principalmente nesta altura de crise. Dado que, a maioria dos edifícios se situam na Freguesia de Santa Maria, ficamos gratos a Vossa Excelência por esta bonificação. O desenvolvimento do centro Histórico, é tão evidente que dá gosto usufruir deste espaço que é tão convidativo a todos aqueles que são de Viseu e aos que nos visitam. Também queria aproveitar este ensejo, para lhe agradecer assim como ao seu Executivo, todo o empenho e saber que colocou ao serviço das gentes do nosso Concelho. O seu legado ficará na memória de todos mas se alguém se esquecer a história encarregar-se-á de o relembrar. Para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vai o meu apreço, pelo trabalho desenvolvido e pela cordialidade, acredito que em breve teremos a honra de o ver a presidir aos destinos desta autarquia, porque o trabalho e a dignidade são as melhores armas de qualquer político. Foi um gosto partilhar consigo estes dezoito anos nesta Assembleia Municipal. Para a Assembleia a minha simpatia e muito sucesso para todos. Até sempre.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Deputado, não só pela intervenção mas também pelas suas palavras. Dou a palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes. É de facto muito democrático o Regimento da Assembleia Municipal não é?-----

- **QUARENTA E NOVE - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE)**: É, sendo eu a única, sentes é este peso de ser sempre eu a única a falar, mas pronto. Também não me incomoda muito que eu gosto muito de falar. O BE, votou a favor do abaixamento da Taxa do IMI para a taxa mínima na última Assembleia Municipal e da qual nos orgulhamos de ser uma votação unânime. Devido a ser uma matéria consensual, pode aliviar os encargos financeiros das famílias do nosso Concelho e porque era uma matéria que para nós já deveria ter sido alterada há muito mais tempo. O Código do IMI prevê, mecanismos de diferenciação das taxas aplicáveis aos prédios urbanos em cada Município mediante a definição de áreas territoriais correspondentes a Freguesias ou zonas delimitadas de Freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação mediante a minoração até trinta por cento à taxa que vigorará para o ano a que respeita o imposto. Este é o ponto seis do artigo doze. De uma forma generalizada, nas zonas rurais, as populações têm menor acesso aos serviços públicos bem como aos resultados dos investimentos municipais pagando muitas vezes bem caro o acesso aos mesmos, especialmente quando se verifica uma situação ultraperiférica relativamente à sede do Concelho. Também se verificam menores rendimentos dos agregados das Freguesias Rurais e do Centro Histórico, de uma maneira geral como é óbvio, considerando até o envelhecimento populacional que lhe está associado. Daí resultando parcas reformas como meio de subsistência. Por todos estes motivos, o Bloco de Esquerda defende que seja minorado em trinta por cento a Taxa do IMI a aplicar a todos os prédios urbanos do Centro Histórico e nas Freguesias Rurais que cumpram a finalidade habitacional dos imóveis de acordo com o ponto seis referido anteriormente e vinte por cento aos prédios urbanos arrendados de acordo com o ponto sete do Código do Imposto Municipal de Imóveis.



Para compensar esta perda de receitas porque seria uma mudança muito radical e por uma questão de justiça fiscal entre quem mantém os imóveis em condições de utilização e outros proprietários que não o fazem, o Bloco propõem que se aplica o ponto três do artigo cento e doze do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis que prevê e passo a citar o que está no código: “*Anualmente as taxas são elevadas ao dobro nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e o triplo em caso de prédios em ruínas e majorados em trinta por cento não sobre a taxa mínima mas sobre o agravamento que decorre da Lei*”. É uma boa medida para incentivar os proprietários a manterem os seus prédios em condições mínimas de uso e é também um incentivo à reabilitação dos imóveis. Se assim não for, a majoração em trinta por cento, é uma medida apenas de cosmética, muito superficial e que não pune quem deixa os seus imóveis ao abandono total. Como contribuinte e como todos nós que estamos nesta sala, considero que a fiscalidade tem que permitir resolver problemas, tem que estar ao serviço do desenvolvimento da Comunidade e do Concelho, por isso tem que penalizar quem trava esse desenvolvimento. Apenas por estes factos apresentados que já são muitos, o Bloco de Esquerda, vai votar contra estes valores que são apresentados na **Minoração do Imposto Municipal sobre Imóveis**. Obrigada.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhora Deputada. Não sei se mais algum dos Senhores Deputados se pretende pronunciar sobre este ponto. Não tenho nenhuma manifestação, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- **CINQUENTA - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**: Muito obrigado Senhor Presidente. Não há aqui grandes reparos, apenas a posição do Bloco de Esquerda, que não reconhece, acha que ainda é uma operação de cosmética. Eu, custa-me muito voltar a falar em Salvaterra, mas o Imposto Municipal em Salvaterra é maior. Eu sei que ninguém se salva mas pronto. Mas, é o único indicador que temos das políticas autárquicas do Bloco de Esquerda, é a Câmara que gerem. Eu não tenho nada, tenho até muita simpatia por a colega de Salvaterra. É normalmente assim, a gente vai lá ver se aquilo que defendem é lá aplicado e não é. Os nossos impostos são inferiores aos da autarquia que detêm. Já agora uma outra coisa. Podia-se dar a ideia de que nós não tivemos nenhum cuidado com as Zonas Rurais. As Zonas Rurais têm plasmado essa ruralidade através dos coeficientes de localização, está lá. Portanto, o zonamento foi feito com isso, por isso é que, tivemos até este cuidado. O coeficiente de localização na Póvoa Dão, não é o mesmo da zona de Silgueiros, exatamente porque é uma zona diferente, com outro tipo de destinatários e portanto tem outro coeficiente de localização. Eu digo com isto que nós tivemos cuidado com os coeficientes de localização e portanto, aplicámo-lo e não faria nenhum sentido estar a diferenciar os coeficientes de localização e depois aproveitar também para minorar. Ou então aplicávamos o mesmo coeficiente e minorávamos. Porquê utilizar duas variáveis para minorar? Dois coeficientes ponderativos? Portanto, aquele que nós usamos é naturalmente o coeficiente de localização, porque o achamos muito mais justo. Já agora dizer uma outra coisa, acho que não é totalmente correto dizer que toda a gente que tem um prédio a cair que o pode requalificar. Portanto, penalizá-lo sem mais, é digamos, eu conheço muita gente que até o queria requalificar e que não pode. Portanto nós temos que ter em atenção a isso e é isso que temos feito. Por isso é que há um contacto personalizado da SRU com o proprietário, para ver quais são as possibilidades de o requalificar. Já agora uma outra coisa também, já o trouxe aqui à coação, mas também o vou repetir pela última vez. É que mesmo requalificar o Centro Histórico, alguns particulares poderão ter dificuldade, basta que lhes apareçam um achado arqueológico. Eu digo isto de forma desassombada. A Câmara requalificou um espaço onde foi encontrado um achado arqueológico, se fosse um particular, com toda a certeza que não o faria, porque só para preservar o achado



arqueológico, a Câmara gastou setenta mil euros, o que significava que ninguém..., ou deixava aquilo abandonado. Portanto há aqui uma série de varáveis que é preciso entrar e não ter, digamos, este discurso afirmativo, ali está degradado é punir, ali não está é minorar. As coisas têm que ser vistas assim. Eu acho muito sinceramente e vou terminar dizendo o seguinte: Eu tenho ouvido e também ouvi outras interpretações, mas tive alguma oportunidade de conviver, ainda que de forma esporádica com uma arquiteta que teve aqui no âmbito dos Jardins Efémeros. Não nos conhecíamos anteriormente, pese embora tivesse ficado com uma excelente opinião e até privado um pouco com a Senhora. Ela disse-nos maravilhas do Centro Histórico e da forma como o estávamos a requalificar. Não temos tudo pronto, mas comparado com alguns Centros Históricos e alguns Patrimónios da Humanidade. Eu gostava que comparassem o número de prédios que temos por requalificar com os de alguns Centros Históricos que são neste momento Património da Humanidade. Portanto, vejam a diferença, o que significa que este caminho é o correto. Naturalmente que a Câmara tem dois instrumentos à sua disposição, um é a sua atuação própria naquilo que é chamado o espaço comum e isso, ninguém nos pode acusar, temos tudo aquilo que é pavimentação feita, iluminação pública, etc., tudo isso que é da nossa exclusiva responsabilidade está feito, outra coisa onde podemos interferir, temos ido mais além até do que aquilo que era pensável, que é nomeadamente comprar uma série de edifícios devolutos que possivelmente noutra situação menos crítica não o faríamos, o caso do edifício dos Bombeiros que não comprámos mas que passou para a nossa posse por contrato e o que lá estamos a fazer. O caso dos edifícios que requalificámos como habitação e estão à disposição das pessoas. O próprio edifício do antigo Orfeão, a própria requalificação do antigo matadouro hoje propriedade do Orfeão, foram uma série de situações que foram requalificadas com a intervenção da Câmara. Portanto, nós esperamos que naturalmente esta evolução e este comportamento dos particulares se mantenha, porque não tenho dúvidas que dentro de pouco tempo teremos o Centro Histórico perfeitamente requalificado e sem nenhuma possibilidade de nos envergonhar.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que a Senhora Deputada queria colocar mais uma questão. Faça o favor.-----

- **CINQUENTA E UM - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** É muito simples, é só para dizer que reconhecemos, o Bloco reconhece que há pessoas que não têm capacidade financeira para reabilitar. Portanto, que não fique aqui a ideia que vamos desatar aí a penalizar todas as pessoas e sem o poderem fazer. A questão é que a Câmara pode utilizar um mecanismo legal, que é a posse administrativa de alguns edifícios que demonstrem muita importância em termos do Património e que o pode recuperar e depois de recuperado o dinheiro investido, devolvê-lo aos seus proprietários. Portanto, há vários mecanismos na Lei que podem ser utilizados. Também dizer que, peço desculpa, estava a tentar perceber o que me estavam a dizer e agora perdi-me, pronto. A ideia é só que punir por punir, temos que verificar as condições como é óbvio e tentar chegar a um entendimento entre a Câmara e os particulares. Só dizer o seguinte: O Centro Histórico é muito grande e peço imensa desculpa, mas aqui eu volto à tecla de sempre. Eu vivo no Centro Histórico, vivo numa Rua que por acaso é a Rua de Santa Maria, onde tem mais prédios majorados. Eu dei-me ao trabalho de os contar, são sete ou oito prédios. Porque a Rua das Bocas, a antiga Rua das Bocas é a única Rua da Cidade que está ao abandono total, tem meia dúzia de pessoas a viver lá e tem prédios, quer a Casa das Bocas que tem uma história quer a Casa dos Maldonado, quer outros edifícios, não houve nenhuma intervenção e peço imensa desculpa mas vou voltar a referir, nenhuma nestes vinte e quatro anos. Isso para mim dói, porque eu moro lá. Nem tem a ver com o Bloco ou com qualquer coisa que seja. Eu moro na Rua, fiz questão de comprar, ou antes, endividar-me até à morte porque é



assim que eu considero o meu empréstimo bancário, é uma dívida até à morte no meu caso pessoal. Fiz questão de comprar na Rua e vejo as pessoas a abandonarem-na. Isso emociona-me-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Não sei se o Senhor Presidente quer responder.-----

- **CINQUENTA E DOIS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Quero Senhor Presidente. Não para retribuir nenhum piropo e também para não me emocionar, aliás. Mas, eu gostava de ver estas soluções, o Bloco de Esquerda que faz questão de dizer que é agnóstico e bem, como é que fazia estes milagres. Então, vamos à Rua das Bocas. Mais uma razão, uma Senhora a chorar, para mim, sensibiliza-me logo, cai-me o queixo, já nem... Bem, se por exemplo soubesse quanto é que o proprietário da Casa das Bocas que deu o nome à Rua pediu à Câmara pela aquisição, com toda a certeza que me dizia para aumentar o IMI. Como é que era possível. A Câmara pode fazer tudo em nome de todos? Então, nós compramos a Casa das Bocas, a Casa do Cruzeiro, a Quinta da Prebenda, então mas... qualquer dia a Câmara era o único proprietário, isto é, sempre que e sobretudo as famílias tradicionais, abandonam os seus prédios de família para irem embora, a Câmara era proprietária disso tudo. Mas de onde é que vem esse dinheiro? Por isso é que eu acho que a primeira discussão dos Candidatos à Câmara era discutir as finanças. Era para saberem que e não acredito em milagres, que nunca mais vai cair Maná. É preciso, com o que se compram os melões, com o que se compra a Casa das Bocas e portanto, a Câmara insiste nisso e vai dando resposta. É por isso que nós adquirimos uma casa, com um motivo, adquirimos uma casa da Calçada para introduzir o espólio da família Keil do Amaral, adquirimo-la e portanto resolvemos dois problemas, mas é evidente que isto tem limites. Não era possível resolver tudo, tudo. Já agora uma outra coisa, esta intervenção não é no Centro Histórico, é na ACRRU e já agora deixe-me dizer-lhe, porque há muita gente que não sabe. Quando nós chegámos à Câmara, não havia esta definição. Fomos nós que definimos a chamada área Crítica que é superior à área do centro Histórico e que permite que as transações no Centro Histórico, sejam colocadas primeiro à Câmara. Portanto, eu diria que também nos custa um bocado, mas não há hipótese. Eu acho que a situação financeira da Câmara permitiu fazer coisas que seguramente noutros lugares também queriam ter feito e não puderam fazer. Agora, não se pode dar passos maiores que a perna, este é o ritmo. Se encontrarem eventualmente aí algum poço de petróleo ou outra coisa qualquer, podem adquirir tudo. Mas, independentemente de ser na Rua das Bocas ou não, aquilo que é incontestado, foram estes números que eu avancei e portanto, significa que, em termos agregados dos proprietários, vêm vindo a requalificar os seus espaços e a diminuir os prédios degradados.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Vamos então passar à votação. Não tenho mais nenhuma inscrição. Quarenta e quatro Senhores Deputados presentes. Vou perguntar aos Senhores Deputados, quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com 43 (quarenta e três) votos a favor e 1 (um) voto contra.*-----

Passamos agora ao Ponto Quatro, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre“ **REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS BICICLETAS ELÉTRICAS**”-----

Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

- **CINQUENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, mais que um Regulamento, vou dizer para que é que servem as bicicletas elétricas e porque é que a Câmara tem bicicletas elétricas. Nós achamos que isto pode ser é um complemento, até em termos daquilo que é a exploração turística da Cidade e portanto, vamos colocar porque obtivemos uma aprovação de uma candidatura que



fizemos a fundos Europeus e daí as bicicletas nos ficarem extremamente baratas como calculam, para colocar em dois pontos que achamos importantes. Um é a parte superior do Funicular e portanto, dentro das condições do Regulamento, qualquer cidadão, sobretudo um turista pode agarrar numa bicicleta elétrica desse ponto e andar no Centro Histórico e o outro sítio que escolhemos foi o Pórtico do Fontelo, por muitas razões, porque tem lá uma âncora da Câmara Municipal e é possível a vigilância sem gastar mais dinheiro e também é um lugar atrativo, é para passear no Fontelo que é das zonas mais periféricas. Portanto, esta é a razão porque, vamos lançar agora este numero de bicicletas elétricas e eu espero que complementem com aquilo que já temos, os transportes não poluentes complementem digamos, algum esforço e alguma evolução turística que tem havido e que é comprovada com estudos. Constantemente, somos cada vez mais abordados e visitados por turistas que nos visitam, sobretudo para visitarem o nosso Património Histórico.-----

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Pergunto se mais alguém se quer pronunciar sobre este tema? Senhora Deputada Manuela Antunes. Tem a palavra.-----

- **CINQUENTA E QUATRO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE):** Não se preocupe Senhor Presidente, porque eu vou votar esta medida a favor. Portanto, só queria reforçar aqui algumas questões e também propor uma alteração por causa da nova Lei que foi aprovada, sobre a circulação de bicicletas e que me parece que deveria ser alterado um artigo. Portanto, nós vamos votar a favor desta proposta, mas gostaria de reforçar o que temos vindo a defender, que tem a ver com condições de segurança na circulação de bicicletas no nosso Concelho, nomeadamente faixas cicláveis, nas avenidas, circunvalação, acesso a escolas, IPV, etc., Aliás, todas as semanas temos assistido a alguns acidentes, ainda na semana passada perto da Fonte Cibernética, relembro também que até o meu colega Diamantino Santos que é um amante também do desporto e da pratica da bicicleta, também já foi quase atropelado por um automóvel e portanto, acho que era de todo fazermos uma proposta de melhorar as faixas cicláveis. Temos que ter em conta a segurança, já que a bicicleta para muitas pessoas não é só utilizada para fins de lazer ou atividade desportiva, mas é um meio de transporte para o seu dia-a-dia de trabalho e para a escola. Queria também fazer uma proposta de alteração para adequar este Regulamento ao novo Código da Estrada, Decreto nº176/2013, 13ª Alteração ao Código da Estrada, no seu artigo décimo terceiro que diz assim: “*A posição de marcha dos veículos deve fazer-se pelo lado direito da faixa de rodagem conservando das bermas ou passeios uma distância suficiente que permita evitar acidentes*”. O que está nesta proposta e que não é um erro mas é o que estava antigamente, diz bem como circular o mais próximo das bermas ou passeios. Eu acho que deveria já ser feita esta alteração para adequar à Lei que está para entrar em vigor, porque que já foi aprovada. Portanto, passaria a escrever-se “*o uso da bicicleta a privilegiar a circulação pelas pistas clicáveis existentes no Concelho e a posição de marcha dos veículos deve fazer-se pelo lado direito da faixa de rodagem, conservando das bermas ou passeios, uma distância suficiente que permita evitar acidentes*”, que é como está na Lei. Obrigada.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Sobre esta matéria depois o Senhor Presidente da Câmara com certeza que se vai pronunciar sobre ela. A Assembleia não pode introduzir alterações, mas pode sugeri-las ao Executivo Camarário para depois as voltar a trazer aqui. Agora se esta questão é assim, faça favor Senhor Presidente.-----

- **CINQUENTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Vou, quanto mais não seja para aceitar o convite da Mané depois do dia vinte e nove. Depois já ninguém desconfia, já podemos ir os dois dar uma volta de bicicleta, portanto não haverá



nenhum problema. Mas, deixem-me dizer, eu queria deixar aqui um testemunho que naturalmente está suportado, por informações que me chegaram, se houve uma atividade que se desenvolveu em Viseu, nomeadamente no setor comercial e há aqui muita gente amante da bicicletas, foi o setor da venda de bicicletas, teve um desenvolvimento notável e tem a ver exatamente por as condições que nós fomos criando. Não há-de ser insensível a isso a ciclovia, a ecopista mais conhecida, os percursos que fomos arranjando aí pelo Concelho e também, eu quero acreditar, os próprios acontecimentos desportivos que fomos trazendo aqui, nomeadamente a Volta a Portugal e o conhecer Viseu em Bicicleta. Portanto, eu acho que está na altura e a evolução na minha perspetiva deve ser essa, é, criar nas pessoas o hábito de andar de bicicleta, depois propiciar-lhe algumas experiências como esta das bicicletas elétricas e depois implementar se for caso disso, porque há uma coisa que nós sabemos, há uma resistência natural que agora está cada vez a ser mais ultrapassada dos Viseenses a andarem de bicicleta. Não é a mesma coisa por exemplo, que as zonas à beira-mar, onde as pessoas andam com facilidade de bicicleta. Eu sei que o orografia também trás alguma complicação, mas nem isso é motivo, porque se eventualmente a bicicleta elétrica ajuda e de que maneira e as bicicletas a motor, nós é que não temos este hábito. Portanto, eu acho que é mais uma ferramenta que fica disponível, se ela der resultados, naturalmente que o próximo Executivo verá, até os corredores, mas há uma coisa que eu não aconselhava era pôr uma ciclovia eventualmente na circunvalação, aconselhava mais a que eventualmente utilizassem os passeios que têm pouca frequência, com algum cuidado, que ele fosse comum do que propriamente utilizar ...pronto, pode ser um fator, mas isso naturalmente será visto com especialistas, eu não domino bem esta matéria, mas o que nos interessa é referir que esta iniciativa, foi para colocar uma ferramenta de mobilidade não poluente mais ao serviço dos cidadãos e de quem nos visita.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu tinha também um pedido de uso da palavra da Senhora Deputada Patrícia Monteiro. Tem a palavra.-----

- **CINQUENTA E SEIS - A SENHORA DEPUTADA PATRICIA ALEXANDRA ALMEIDA MONTEIRO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Assistência e Comunicação Social. Realmente o Regulamento que nos é apresentado aqui hoje da utilização de bicicletas elétricas, consideramos efetivamente um projeto inovador, um projeto criativo, sobretudo porque visa efetivamente a promoção de hábitos de vida saudáveis, mas também porque é um meio de mobilidade ambientalmente sustentável. No entanto gostaríamos de perceber e pensei que o Senhor Presidente ia referi-lo, qual o número de bicicletas que estarão disponíveis? Exatamente pela questão de perceber se é algo experimental ou se será como uma alternativa efetiva. Acabou de dizer que com certeza o próximo executivo poderá avaliar se quer alargar, mas também parece-nos que o Regulamento poderia eventualmente ter ali algumas alterações, porque dois sítios e portanto no fundo a parte superior do Funicular e o Fontelo como sítios de recolha e de entrega das bicicletas, sobretudo quando se lê no preâmbulo da proposta que se visa as deslocações também em trabalho e em lazer, poderão ser efetivamente insuficientes, certo! E também a questão de o horário de funcionamento ou melhor os dias excluir o Domingo. Portanto, se estamos sobretudo na questão de lazer, poderá ser eventualmente uma questão a ser repensada. Obrigada.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Pergunto se mais alguma das Senhoras ou dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta matéria? Senhor Presidente da Câmara para responder.-----

- **CINQUENTA E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Digamos que não



é uma resposta. Eu concordo naturalmente que é uma situação experimental, nós vamos ter quinze bicicletas, vão estar cinco mais cinco e mais cinco guardadas nomeadamente para alguma coisa que haja, para que possa ser substituída e portanto é experimental, de qualquer maneira nós podemos ter dez cidadãos ao mesmo tempo a andarem de bicicleta e depois a reporem, com a rotação que isto tem. Porque é que é experimental? É algo que carece de ser testado e depois com facilidade se aumentará o número em função da procura e portanto apenas isto. Eu acho que o Regulamento pode ser muito ajustado, eu não fiquei e posso lhe dizer que não fiquei muito preocupado que o Regulamento dê já resposta a isto tudo, porque mesmo o número de veículos com toda a certeza numa Assembleia próxima, estarão aqui a discutir se é suficiente ou se é insuficiente ou se foi um “Flop” e portanto, convém que se seja moderado nas expectativas a lançar. Mas já agora Senhora Deputada, eu não sei se também está livre a partir do dia vinte e nove, olhe vamos os três, pode ser? Pronto.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Já estamos a ver que o Doutor Fernando Ruas vai dar uma grande volta muito bem acompanhado, nessa volta de bicicleta. Então vamos votar o Regulamento para que essa volta possa ter lugar. Quantos Senhores Deputados? Quarenta e sete. Penso que não vamos ter dificuldade em fazer a contagem. Quem vota contra? Quem se abstém. *Aprovado por unanimidade.*-----

Vamos passar ao Ponto Cinco, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “PROGRAMA DE RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO”. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara-----

- CINQUENTA E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito rapidamente Senhor Presidente, mas este carece de uma explicação adicional e porquê? Porque, como sabem tem vindo a público, que não houve nenhuma Câmara que aderisse a este projeto e para mim, faria sentido que ainda não houvesse por uma razão simples. A interpretação de acordo com a Lei que determina esta mobilidade, deixa alguma confusão na parte das Autarquias. Eu já explico, eu posso dizer isto à vontade como não tenho formação jurídica, fui eu que levantei o problema na Câmara e parece ter alguma consistência. O que é que a Lei diz? Salvo erro é o artigo catorze diz: os órgãos do Governo Municipal e portanto, levanta-se a dúvida se a Assembleia é um órgão do Governo Municipal e eu acho que não é. Portanto, mas na altura, como diz os órgãos do Governo Municipal, eu penso que não é, penso e agora tenho cada vez mais a certeza que não é um órgão do Governo Municipal, com o parecer que obtivemos. Portanto o órgão do Governo Municipal é o Executivo. Então punha-se a dúvida se ele havia de vir ou não à Assembleia Municipal. Na dúvida nós pedimos um parecer que nos diz que vem apenas à Assembleia para conhecimento e agora já faz algum sentido porquê? Porque se fosse obrigatório vir à Assembleia Municipal, significava que a maioria das Assembleias, se quiser, só são realizadas mais à frente, em setembro, portanto, nós antecipámo-la por razões que são conhecidas, por causa da Revisão, mas elas podem ser realizadas até ao fim do mês e depois, só voltaria a haver uma Assembleia Municipal, já com outro Executivo, que era correto, nós também pensámos deixar este assunto para outro Executivo, para o próximo Executivo. Porque é que não o fizemos? Porque o próximo Executivo só tem mais uma Assembleia Municipal que normalmente é, é a legislação que o diz, novembro ou dezembro e que normalmente se escolhe sempre dezembro, mas podia-se escolher novembro, só que se escolhessem novembro, atiravam para um dia, lá para dia vinte, dia quinze e não dava tempo para as pessoas regularizarem a parte burocrática para aderirem. Portanto, nós trouxemo-lo à Assembleia Municipal. Confesso, é que trouxemos primeiro a obrigatoriedade da Assembleia votar e hoje por dúvidas que eu levantei, o Gabinete Jurídico acabou de nos informar logo na parte da manhã que aquilo que obtive da parte da Associação de Municípios e da própria DGAL, foi que a Assembleia só se pronuncia como conhecimento e faz todo o sentido, agora sim



faz todo o sentido, como é uma competência só Municipal, nós poderíamos já ter o processo pronto e dizer que aderimos apenas com o Executivo. Só uma última nota que me parece extremamente importante. A primeira reação do Executivo, foi não aderir a este programa de mobilidade, porquê? Porque o nosso programa de reduções pela via das pessoas que vão para a reforma, da aposentação eram em número suficiente para justificar uma redução efetiva. Porque é que o fazemos? Porque temos pelo menos a manifestação de dois funcionários ou duas funcionárias a dizerem que querem ir para a rescisão amigável e portanto, havendo pelo menos manifestação pública nos serviços de dois funcionários que querem aderir, nós abrimos o processo e conforme há estes dois pode eventualmente haver mais, mas pelo menos já sabemos que há candidatos e que se não tivéssemos esta figura, digamos aprovada, metiam os papeis e nem sequer tínhamos resposta em termos de apetrechamento jurídico para lhes dar resposta. É apenas esta intenção e portanto Senhor Presidente este Ponto não é para ser votado, é apenas para dar conhecimento à Assembleia.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Penso com esta explicação, não sei se algum dos Senhores Deputados quer colocar alguma questão sobre esta matéria. Mas sendo assim, ficaria em Ata que, face a esta reapreciação, embora, enfim, dentro do argumento de que "o que pode o mais pode o menos!", também podia a Assembleia aprovar que não "*ia o gato às filhoses*" por isso Mas, acho que por uma questão de formalismo, é preferível então ficar como conhecimento à Assembleia e ser o exatamente Executivo a tomar a deliberação. Portanto, se tiverem todos de acordo era isso que iria ficar em Ata. Passaríamos agora ao Ponto Seis, não minorando nenhum dos que aqui está, é claramente o ponto dos pontos desta Assembleia. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre "PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PONDERAÇÃO E ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM)". Queria desde já, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, também agradecer a presença de toda a equipa que aqui está. Agradecer e assim acabamos por ter um público também numeroso nesta Assembleia Municipal, que afinal de contas a grande parte dele é a equipa que esteve por trás do PDM e na pessoa do Engenheiro Sousa que liderou este processo, agradecer a presença e enfim a paciência que tiveram também para estarem aqui durante o dia todo, mas também penso que foi uma experiência nova para alguns e as experiências novas também são sempre boas. O Senhor Presidente da Câmara tem a palavra para apresentar. Quanto à metodologia, veja qual é a mais indicada, se entender pôr alguém a falar para além do Senhor Presidente da Câmara.-----

- CINQUENTA E NOVE - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, se me permite, era isso que lhe ia solicitar por uma razão. Eu tinha aqui o resumo sintético que podia ler e ficava digamos, com o meu problema resolvido em termos daquilo que eventualmente o Engenheiro Sousa pode dizer bem melhor do que eu. Mas eu queria dizer que não foi em vão, ou não foi inconscientemente que trouxemos e que o Engenheiro Sousa convidou as pessoas do PDM exatamente para estarem disponíveis para todas as questões que forem levantadas. Portanto, acho que nada melhor, o Senhor Presidente já vi que não se opõe em relação a esta situação, que o nosso Diretor de Departamento, que tem mais anos na Câmara de Diretor de Departamento do que eu de Presidente da Câmara, tenho que lhe fazer também esta homenagem. O Engenheiro Sousa pode explicar bem melhor do que eu.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Está de acordo com o nosso Regimento, a possibilidade de outras pessoas poderem e penso que os Senhores Deputados, têm todo o interesse em ter toda a informação, portanto dou a palavra ao Senhor Engenheiro Sousa para fazer a apresentação.-----



- SESSENTA - O SENHOR ENGENHEIRO JOSÉ ALBERTO PAIS DE SOUSA:
Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Ilustre Público. Portanto, coube-me a mim fazer esta súmula, ao fim e ao cabo da Revisão do PDM que vamos meter para proposta. Eu tive o cuidado de fazer aqui uma nota sintética que naturalmente não podia ser de outra maneira no sentido de elencar aquilo que eram os aspetos mais determinantes. Não vou ser maçador, nem vou ocupar muito tempo. Mas entendo que o devo fazer de uma forma sistemática até para que possivelmente se possa compreender porque é que demorou tanto tempo. A proposta de Revisão do PDM, iniciou-se com uma deliberação a vinte e oito de agosto de dois mil. Centrada na aquisição da cartografia digital e constituição da comissão mista de coordenação enquanto responsabilidade da DGOTDU. Houve uma informação que foi subscrita pelos três Diretores de Departamento que entretanto suscitou esta questão. A primeira nota, é que não estava ultrapassado o prazo de dez anos previsto no nº3 art.º 98, ou seja, como o PDM foi publicado em dezanove de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, teríamos dez anos. Mas a Câmara e bem, entendeu que mesmo assim devia refletir e avançámos de facto ao fim de cinco anos do PDM publicado com esta Proposta de Revisão. Nessa informação de vinte e quatro de agosto de Agosto de dois mil, enfatizava-se de facto a perceção de que iria haver um acréscimo de burocratização com o novo Decreto-lei 380/99, efetivamente isso veio a acontecer. Referíamos também a necessidade dos Decretos Regulamentares serem publicados. Estávamos em dois mil, esses Decretos apareceram em dois mil e nove, nove anos depois. Era o Decreto-lei 9/2009, 10/2009 e 11/2009, tinha a ver com os conceitos técnicos, tinha a ver com a reclassificação do Solo Rural em Urbano e tinha a ver com a cartografia. Falávamos também na altura, na necessidade da aplicação prática e sistemática da Perequação Compensatória, isto em dois mil. A vinte e cinco de janeiro de dois mil e um, foi publicado o Despacho 1521 que definia a composição da comissão técnica de Viseu, sendo curioso referir e isto aqui é meramente objetivo que no mesmo Diário da República foi publicado a composição da CTA, Comissão Técnica de Acompanhamento de Mirandela, Mangualde, Valongo e Santa Maria da Feira e também não deixa de ser curioso notar que destas quatro Câmaras, só Viseu e Mangualde têm o seu PDM em fase da Revisão Final, nomeadamente Mangualde que foi publicado no dia seis do oito de dois mil e treze no Diário da República e Viseu conforme se espera que venha a ser publicado rapidamente. A Primeira reunião da Comissão Técnica do Acompanhamento foi no dia seis do sete de dois mil um, seis de julho de dois mil e um, tendo na altura a DRAOT que é um organismo que depende da CCDR assumido a laboração da REN. Essa REN foi entregue em dez do sete de dois mil e dois e posteriormente em cinco de março de dois mil e três, a própria DRAOT como digo integrada na CCDR veio propor algumas limitações à REN. Em oito de novembro de dois mil e dois, é comunicado à DRAOT que a Câmara vai abrir um período de formação de sugestões. Esse período foi de quarenta e cinco dias úteis, acrescido de mais trinta dias e foram oportunamente publicados no Diário da República. Desse período de sugestões, decorreram duas mil duzentas e setenta e cinco sugestões. Em dezassete de março de dois mil e três e em trinta e um de março de dois mil e três, porque tinha que ser numa reunião pública a Câmara deliberou prorrogar por mais trinta dias, ou seja para dar a maior possibilidade ao Cidadão geral de poder participar. Fê-lo e portanto, o objeto dessa decisão, foi expresso nas duas mil duzentas e setenta e cinco sugestões. Em vinte e um de fevereiro de dois mil e três foi promovido pelo Senhor Presidente e pela Câmara naturalmente uma reunião com os Presidentes de Junta no sentido de se proceder a um levantamento das áreas problema. Foi uma reunião interessantíssima, eu tive a oportunidade ainda anteontem de estar a ver o rascunho dessa reunião, há peças giras, que às vezes deviam ficar na história dos processos, não é pela sua importância, mas é por aquilo que elas são e de facto o



apontamento da Junta A, da Junta B, pretendo isto, pretendo aquilo, não deixa de ser interessante. Portanto, foi feita uma reunião em vinte e um de fevereiro de dois mil e três, já lá vão praticamente dez anos, em que as Juntas expressaram aquilo que elas consideravam como objetivo da sua revisão. Em vinte e quatro do doze de dois mil e seis, depois de todo este processo em que a Câmara pegou nestas duas mil duzentas e setenta e cinco sugestões, reconverteu-as com base até em cartografia digital, foi feita uma deliberação da Câmara no sentido de enviar a proposta do PDM e houve uma reunião no dia sete de fevereiro de dois mil e sete, que foi a segunda reunião da CTA. Em sete do dez de dois mil e oito, é efetuada uma reunião setorial com a CCDR para perceber porque é que o PDM andava atrasado. O que é que se passava para o PDM andar atrasado. E nessa reunião, que está expresso no volume das Atas, que está aqui de facto na Assembleia Municipal e foi entregue aos Grupos Parlamentares, foram elencadas, até com um certo pormenor, penso que essa reunião foi até participada pelo Senhor Doutor Américo na altura, quais eram as situações que estavam a atrasar. O que era? Era a delimitação do Regime Florestal Parcial, a fornecer pela Autoridade Florestal Nacional, era o problema dos regadios, era o problema dos incêndios, perigosidade em que um técnico da Lousã é que tinha a responsabilidade de definir. Era o problema da IC 37 e da Variante, EN 229, estamos a falar em dois mil e oito. Era o problema dos corredores ferroviários, do plano de ordenamento da albufeira de Fagilde e o nível de pleno armazenamento da Barragem de Calde. Na altura falava-se na possibilidade da Barragem de Calde vir a ser construída, inserida naquele programa “As Grandes Barragens Estratégicas” não aconteceu com isso, mas aconteceu em Girabolhos, aqui num Concelho limítrofe em Seia. Mas na altura esse era um problema, era o nível de pleno armazenamento da Barragem de Calde e foram estes fatores que eu aqui elenquei de uma forma naturalmente sistemática e de uma forma sintética que com certeza falhando algum, que determinaram este atraso do processo. Portanto, corredores ferroviários, corredores rodoviários e os problemas que tinham a ver com o plano de ordenamento da Barragem de Fagilde e Câmara informou-me nessa altura que já tinha organizado a desafetação da RAN e da REN. Em doze de janeiro de dois mil e nove, é comunicado na reunião da CTA da necessidade de proceder à avaliação ambiental estratégica, ou seja por força do Decreto-lei 232/2007 de 15 de junho e nessa altura ainda me recorde perfeitamente do Senhor Presidente ter dito assim: Bem, ou o PDM acaba rapidamente ou ainda vamos ser surpreendidos por mais Decretos-lei. De facto, fomos surpreendidos por este Decreto-lei. Portanto veio exigir a avaliação ambiental. Nessa altura, foi de facto constatado que a RAVE tinha fornecido os corredores ferroviários que a Estradas de Portugal já tinham fornecido o IC 37 e a ligação Viseu Satão, que Direção Geral de Energia e Geologia tinha fornecido toda a documentação de pedreiras, áreas diversas potenciais, áreas cativas que a própria DRAPC, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro tinha consumado a delimitação da RAN, Reserva Agrícola, que a nível da Carta de Risco de Incêndio e Carta Educativa, estavam neste momento assegurados esses elementos e curiosamente a Câmara dizia que valia a pena que nas áreas sujeitas a Plano de Pormenor, ter cerca de cinco por cento para se poder construir com operações urbanísticas ou seja, não esperar pelo Plano de Pormenor e poder construir e imputava ao atraso do PROT Plano Regional de Ordenamento Território responsabilidades na definição de critérios para avançar com o PDM e até dizíamos mais, dizíamos que o PROT estava atrasado e o PROF Plano Regional de Ordenamento Florestal Dão Lafões até estava já concluído. Ou seja, nessa Ata está expresso, criámos e não foi de uma forma indelicada, foi até de uma forma objetiva o contraste entre um PROT, Plano Regional que estava atrasado e um PROF Dão Lafões que estava já feito e publicado. Nessa altura a CCDR insistiu na nucleação dos aglomerados ou seja, não queria expansão linear e queria uma nucleação dos



aglomerados. Com isto, a primeira versão enviada, para a CCDR em termos de proposta concreta, foi em vinte e dois de setembro de dois mil e oito e envolvia quatro mil hectares a grosso modo, era quatro mil e vinte e um mas pronto, para não estarmos aqui a saturar as pessoas com o pormenor, com o centímetro, quatro mil hectares. Em vinte de fevereiro de dois mil e nove, enviou-se uma nova versão depois de contactos havidos com a CCDR e com a DRAPC com dois mil seiscientos e quarenta e um hectares. Em onze de agosto de dois mil e nove enviou-se uma nova versão ou seja, sete meses depois, com mil novecentos e dez hectares, depois foi feita uma retificação por situações pontuais e os mil novecentos e dez passaram a mil oitocentos e vinte e oito, em vinte e seis de maio de dois mil e dez e em dezanove de julho de dois mil e dez enviou-se uma nova versão com mil quinhentos e trinta e seis hectares tudo na perspetiva da contração e de aceder às orientações da CCDR e da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro. Em trinta de dezembro de dois mil e onze e com isto uma, duas, três, quatro, cinco, seis propostas de Revisão do PDM, enviámos uma nova versão com mil setecentos e noventa e sete hectares e nesta versão, tínhamos como área de edificação dispersa cerca de oitocentos e vinte e três. Estes oitocentos e vinte e três envolviam áreas que estava com RAN e com REN foi-nos comunicado portanto pela DRAPC Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro e pela CCDR que não podíamos ter as áreas de edificação dispersa que era as zonas aglomeradas rurais em que poderia haver de alguma maneira construção, não podíamos ter nem RAN nem REN, toca a reconverter e enviámos no dia vinte e um de dezembro de dois mil e doze uma proposta final em que a área de edificação dispersa passou a duzentos e noventa e um hectares os planos de intervenção rural a dezanove vírgula quarenta e um hectares, aglomerados rurais vinte e cinco e a área de reajustamento mil oitocentos sessenta e oito. Portanto, desde vinte e dois de setembro de dois mil e oito até vinte e um de dezembro de dois mil doze, fizemos, uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, versões do PDM, correspondendo a situações concretas, uma das quais, foi alteração brutal em termos de dimensão, não é pela forma como foi feita, é em termos de dimensão pela própria REN. Quem definia a delimitação da REN era a CCDR e em cinco de abril de dois mil e doze, contra aquilo que tinha sido fornecido em março de dois mil e três, fornece-nos uma nova delimitação da REN em que os catorze mil novecentos e trinta e nove de dois mil e três, passa para nove mil setecentos e trinta e nove, ou seja, tivemos também que fazer face a uma nova delimitação da REN e isto teve implicações em todo o processo. Isto foi fornecido em cinco de abril de dois mil e doze e depois ainda levou uma pequena retificação que foi fornecida em doze de novembro de dois mil e doze. E com isto, nós fomos para a discussão pública com mil setecentos e oitenta e seis hectares, ou seja, fomos para a discussão pública da qual surgiram cerca de quinhentas e vinte e cinco participações, algumas destas participações estavam desagregadas nominalmente em cinquenta pontos e até bem, podemos dizer até bem, porque foram pontos construtivos foram participações construtivas decorrentes de um estudo aturado do próprio Regulamento do PDM e das cartografias, mas portanto quinhentas e vinte e cinco sugestões. Dessas quinhentas e vinte e cinco sugestões, depois de reuniões com a CCDR e a DRAPC, que decorreram em dois de julho deste ano, portanto estamos a falar em dois de julho deste ano foi possível ampliar mais quarenta e quatro hectares e com isto a proposta final de Revisão do PDM tem mil oitocentos e trinta hectares, ou seja, desde os quatro mil hectares de vinte e dois do nove de dois mil e oito, até agora, ficámos, estabilizámos em mil oitocentos e trinta e com isto fizemos uma, duas, três quatro, cinco, seis, sete oito versões do PDM. Esta é uma das razões fundamentais do atraso. Outra razão fundamental do atraso, as delimitações que foram feitas pela Autoridade Florestal Nacional do regime florestal parcial. Portanto, todo o regime florestal parcial foi objeto de uma nova delimitação e isto, suscitou até algumas preocupações nomeadamente em



diversos Presidentes de Junta, que de facto ficaram preocupados na medida em que as novas delimitações vinham incorporar casas que estavam licenciadas, à volta de cento e trinta. A deliberação de catorze de fevereiro deste ano da própria Câmara Municipal, assegura que essa situação não é problema, na medida em que a própria Câmara está neste momento a fazer os processos de desafetação do regime florestal parcial onde as casas estão construídas. Portanto, é de prever que rapidamente as equipas que estão preparadas para isso, dada deliberação da câmara possam vir a resolver essas situações. Sabemos que é uma situação que preocupa alguns Senhores Presidentes de Junta, mas deixar esta nota que a própria Câmara deliberou em catorze de fevereiro avançar rapidamente. Eu só me permitia agora dar aqui nota de um aspeto muito rápido para não demorar muito tempo. A Estrutura Ecológica Municipal foi uma das grandes inovações do trezentos e oitenta, na medida em que ela própria dá um olhar diferente sobre o território, ou seja, não estamos só preocupados com construção, não estamos só preocupados em construir malhas viárias que são essenciais, pois também sem isso não é possível ter progresso nem estrutura, mas olhar também para o território. E fizemos uma Estrutura Ecológica Municipal que realmente a própria CTA reconheceu que é uma estrutura empenhada. O Senhor Vice-presidente Doutor Américo, acompanhou com algum pormenor até pela sua formação, enfim, pela sua formação acompanhou esse estudo e portanto tivemos a oportunidade de fazer quatro versões, quatro propostas em que conjugávamos Vouzela e Tondela e de facto, não me compete a mim aqui fazer um juízo de valor sobre os outros Municípios, nem quero, é uma guerra que eu, de maneira alguma quero comprar. Mas de facto, comparando, olhando para a cartografia tem-se uma leitura clara do que é a Estrutura Ecológica Municipal de Viseu o que é a de um Concelho e a do outro. A nossa Estrutura Ecológica, tem uma certa conectividade tem uma certa coerência, não é feitiinha à medida do Rio, nem do Ribeiro, nem do Riacho, é feita numa lógica de preservar os ecossistemas. É interessante ver aquela proposta, não está aqui obviamente nem tinha que estar, nós estamos a falar de Viseu, mas para quem quiser, ela está fixada nos nossos serviços e é interessante perceber como é possível, encarar conceber uma Estrutura Ecológica de forma tão diferenciada em três Concelhos que são limítrofes. A própria CTA reconheceu o nosso esforço e fez uma nota positiva em relação à Estrutura Ecológica, o que nos agradou porque foi um esforço que nós fizemos. A Estrutura Ecológica tem de cerca de dezasseis mil hectares, dezasseis mil e quinhentos, na discussão pública, devido a situações de reajustamento passou a dezasseis mil seiscentos e vinte e oito e portanto agora, será publicada mais ou menos com essa área. Eu queria... Querem que eu acelere mais um bocadinho? Eu queria só aqui dar nota de uma questão. Sempre se diz que as Câmaras querem, querem, área, área, área de reajustamento, nós não fizemos isso. Nós, do Solo Urbano que tínhamos aprovado em noventa e cinco reconvertimos em Solo Rural setecentos e setenta e dois hectares ou seja, é bom que se diga que nem sempre as Câmaras têm esta perspetiva de querer só urbanizar. Hoje em dia isso já passou, já não é assim. As Câmaras hoje em dia já têm uma preocupação expressa nas suas Administrações e nos seus Técnicos, de uma forma diferenciada. A Natureza é fundamental ser preservada, mas é que é mesmo fundamental e quem disser o contrário, não está a perceber nada do que se passa. A Natureza é fundamental ser preservada, pode não se conseguir mas tem que ser preservada. E nós passámos setecentos e setenta e dois hectares para Solo Rural e portanto desses setecentos e setenta e dois hectares para Solo Rural surgiu a possibilidade de nuclear mais, de recompor aquilo que era o PDM de noventa e cinco. O PDM de noventa e cinco cumpriu o seu papel, cumpriu a sua missão, a Cidade não está desestruturada o Concelho de Viseu, não aparece como um mau Concelho, portanto ele cumpriu o seu papel, só que na altura digamos, havia outros pontos de vista, não havia uma legislação tão exigente, não havia este cuidado com a Estruturas Ecológicas



Municipais, agora há e bem, não havia o cuidado com a avaliações ambientais, agora há e bem, decorre de um Decreto-Lei de dois mil e sete, na altura não havia nada disso e portanto há um Aporte muito mais interessante hoje em dia em relação à Natureza e ao Ambiente. Portanto, nós procurámos de alguma maneira também refletir essa preocupação na reconversão do Solo Urbano em Solo Rural. Temos casos concretos, não se justifica estar aqui a falar, a apontar nas plantas, mas quem tiver interesse, teremos todo o gosto em o receber, naturalmente que o Senhor Presidente nos dará essa possibilidade de mostrar como é que foi possível reconverter o Solo Urbano em Solo Rural e no sentido de até nuclear mais os aglomerados e permitir uma certa conectividade da Natureza de uma forma muito mais conseguida. Com esta questão eu diria a grosso modo o seguinte e só para finalizar. No PDM de noventa e cinco, nós tínhamos numa categoria de espaço chamado Agrícola dois, espaço florestal dois que era um espaço periurbano às Freguesias Rurais em que se podia construir com alguma liberdade, tínhamos cerca de quatro mil duzentos e vinte e sete hectares, podia-se construir em dois mil e quinhentos metros quadrados, isto foi uma situação que de alguma forma foi uma resposta aquilo que as Juntas de Freguesia pediam, de que não se confinasse a construção só ao construído, ao núcleo, ou seja criar ali uma zona periurbana nas Freguesias Rurais que pudessem construir. Nós entendemos e bem e criámos quatro mil duzentos e setenta e sete hectares. Essas áreas foram reconvertidas de alguma maneira numa nucleação dos aglomerados e portanto, quem comparar a planta, que para mim é das plantas mais importantes e das mais interessantes, não são as plantas que vão ser publicadas no Diário da Republica, curiosamente não são, porque não é por Lei. O que vai ser publicado, é a Planta de Ordenamento desagregado em sete itens e a Planta de Condicionantes desagregado em cinco. Esta planta é uma planta de trabalho em que se compara o que era o Espaço Agrícola dois e o Florestal dois de noventa e cinco, com aquilo que são os reajustamentos agora e está ali a resposta do esforço de nucleação, respondendo ao PNPOT e ao PROT ou seja, Plano Nacional de Ordenamento do Território e Plano Regional, que ainda não está publicado, mas que teve um peso muito grande nas orientações, nomeadamente nos limiares de expansão e com isto eu diria que com a Reserva Agrícola definida e com a Reserva Ecológica ainda para definir uma parte porque houve uma reunião no dia vinte e nove de julho participada pelo Senhor Doutor Américo, em Lisboa em que nós contestámos algumas posições da CCDR, temos neste momento as condições para com o devido respeito aprovar o PDM se esta Assembleia assim o entender e o processo da REN ser fechado porque é um processo autónomo. O processo da REN não tem que vir à Assembleia. Ele vem integrado no processo do PDM porquanto a planta de ordenamento e a estrutura ecológica funciona como um todo, mas pode ser autonomizado e portanto aquilo que nós dizemos é que a Reserva Agrícola com todos os defeitos que possa ter, foi muito mais estável em termos de definição das áreas de Reserva Agrícola do que a Reserva Ecológica. A Reserva Agrícola em vinte e seis de outubro de acordo com a Portaria 1111/92, já lá vão uma série de anos tinha cinco mil setecentos e oitenta e nove hectares, agora neste momento tem cinco mil seiscentos e trinta e três mais setecentos e trinta e três hectares de regadio. A Reserva Ecológica inicialmente tinha, em vinte e seis de seis de noventa e seis, foi quando ela foi publicada no Diário da Republica, tinha dezoito mil trezentos e cinquenta e seis hectares, atualmente está em nove mil quatrocentos e quatro, ou seja os critérios que tiveram a ver com a RAN, foram muito mais estáveis no tempo do que os critérios da Reserva Ecológica e este foi um dos fatores fundamentais do atraso do PDM, ou seja, nós estamos aqui neste momento a fazer uma proposta de facto que podia estar feita há um ano, há um ano e meio. Mas se não fossem estes fatores externos, IC 37, corredores ferroviários, delimitação do Regime Florestal Parcial, nova delimitação que foi comunicada no ano passado da própria REN, não estamos a dizer



que não foi positiva essa nova delimitação, foi positiva, foi menos onerosa para o Concelho, mas a verdade é que foi indicada no ano passado e portanto tivemos que reconverter todos os quadros. Com isto nós fechámos esta proposta e esta proposta foi acompanhada de um parecer da CCDR, parecer esse que chegou ontem à Assembleia Municipal, por aquilo que sabemos, que estas coisas, nós recebemos também na Câmara um ofício, o Senhor Doutor Américo recebeu esse ofício à tarde e era acompanhado de dois ofícios, um que dizia que o processo podia prosseguir e fazia duas sugestões, que são perfeitamente aceitáveis, era que a legenda cumprisse o art.6º e o art.7º do Decreto Regulamentar de 11/2009, de 29 de maio e o que é que isso significa? Nós temos uma legenda assim, é aumentar a legenda e pôr uma séria de caracterizações que são fundamentais. Eu não vejo problema nenhum com toda a franqueza, em que o Senhor Presidente e a Câmara, enfim, deem essa possibilidade de se constituir na Assembleia uma retificação de uma legenda, é pôr mais uns dados fica um bocadinho maior, não tem problema nenhum. Sugeriam outras duas coisas, era que tirássemos do Regulamento uma situação que permite à Câmara não indemnizar pessoas que façam construções na zona de respeito das malhas viárias fundamentais. No primeiro parecer da CTA de vinte e um de janeiro, a CTA tinha uma posição mais radical. A Comissão Técnica de Acompanhamento dizia: Isto tem que ser excluído porque é ilegal. Não é verdade, nós tivemos o cuidado de ir buscar à Lei 2110 art.62º e o art.9º da Lei 13/71 Estradas Nacionais, está lá claramente expresso a redação que temos. Por outro lado o PDM de noventa e cinco, foi aprovado em Resolução de Conselho de Ministros e consagra perfeitamente a redação que temos agora. Agora, de facto as pessoas podem ter opiniões diferentes, mas uma coisa é ter opinião diferente, outra coisa é dizer que é ilegal. A CCDR refere que pretendia que ficasse só, digamos, com o não direito a indemnizar naquelas zonas que estão de acordo com a Lei 2110. Eu enquanto Técnico discordo dessa posição, mas também não vale a pena criar uma situação que possa pretextar, enfim alguma contestação e dizerem, mas a Câmara aqui não devia ser tão exigente, enfim, também não vejo inconveniente embora como Técnico discordo que se aceite esta sugestão da CCDR e faziam uma outra sugestão é que no critério de dimensionamento das áreas verdes e de estacionamento ficasse expresso que as operações urbanísticas tinham que ser desagregadas em loteamentos, operações urbanísticas com impacto semelhante a loteamento e operações relevantes, também não vejo inconveniente nenhum, enquanto Técnico e enquanto responsável do PDM que isso seja acautelado. Portanto, são essas as observações que a CCDR fez em termos de dizer que havia necessidade de conformidade. Portanto, legenda, uma coisa perfeitamente aceitável, embora fique um bocadinho maior, fica com menos estética, mas paciência *“não é por aí que vai o gato às filhoses”* e há uma situação que a CCDR refere afinal, que a Assembleia e a Câmara deviam aprovar esta proposta depois da REN aprovada. Isto não é legal, é um mero parecer e eu confesso que discordo em absoluto desta posição. O PDM de noventa e cinco, foi aprovado em dezanove de dezembro de noventa e cinco e a REN foi publicada em junho de noventa e seis e o PDM funcionou. Da Lei não decorre isto, o processo da REN é um processo autónomo que não tem que ver com a Assembleia, é um processo Câmara/CCDR, ora, não tem sentido atrasar a publicação da Proposta de Revisão do PDM por uma situação que não passa pela própria Assembleia, portanto a Assembleia, não tem que se penitenciar dessa situação. Quem é que tem que se penitenciar? É a CCDR que devia ter acelerado o processo e não acelerou. Portanto, é um problema que eu entendo que não complica, o que vai acontecer é que a Reserva Ecológica que está aprovada em noventa e cinco é a que se mantém. Mantém-se até ser publicada a outra, se calhar até é um bom inventivo para CCDR acelerar. Portanto, com estas questões que eu aqui referi e correndo o risco de ter se calhar omitido alguma muito importante, espero que não o tenha feito, pelo menos a intenção não era essa, deu-



se conta em termos genéricos do que está contido nestes volumes. Não tinha sentido agora, abrir estes volumes e estar aqui a explicar as coisas. Isto de facto, é um bocado pesado, mas em termos genéricos deu-se aqui conta disto. Só uma nota em relação ao relatório de ponderação. A Câmara aceitou a proposta que foi feita pelos serviços em relação à quinhentas e vinte e cinco ponderações e portanto, onde nós incidimos mais foi no problema da redução dos afastamentos, foi no problema de criar zonas de construção em espaço agrícola de produção, em espaço florestal de produção com dois mil e quinhentos metros quadrados, dentro das unidades integradas de planeamento, situação que veio a responder a muitas observações das Juntas de Freguesia. Muitas Juntas de Freguesia vieram de facto a dar conta dessa situação da necessidade de sermos menos restritivos de acordo com o PROT, na construção. Consagramos dois mil e quinhentos metros quadrados, consagramos normas avulsas mas não arbitrárias para a recuperação de construções ilegais de armazéns e zonas enfim, de pavilhões afetos a indústrias dentro de certas regras, criámos a possibilidade de haver construções de armazéns em espaços residenciais, com o mínimo de regras, nomeadamente na área, mil e duzentos metros quadrados e com isto a grosso modo, conseguimos de facto absorver cerca de cinquenta por cento das observações da discussão pública. Por mera curiosidade eu fui ver outras Câmaras, portanto, nós quando fizemos este PDM consultámos cerca de doze regulamentos de Câmaras diferentes Lisboa, Porto, Maia, bom regulamento o da Maia, Águeda, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Cerveira, Vila Real, portanto, tivemos o cuidado de ver cerca de doze regulamentos. O nosso regulamento está a meu ver, a minha opinião, isto vale o que vale, dito por uma pessoa que participou na equipe, está num plano Bom. Ou seja, em termos de exigências, de critério, de profundidade, não fica atrás dos outros. Fomos ver agora as discussões públicas, por exemplo a Câmara de Águeda, tem vinte e cinco por cento de satisfação em relação às observações do público. Nós estamos com cerca de cinquenta por cento e algumas das situações que neste momento a gente considera com satisfação parcial, tem a ver com situações de definições de corredores de malhas viárias, perigosidade, Plano Municipal de Defesa de Florestas Contra Incêndio que ainda vão talvez facilitar um bocadinho a vida e Planos de Urbanização que vão facilitar um bocadinho a vida em termos de capacidade construtiva dentro dos tais limiares. Ou seja com este conjunto de situações que nós conseguimos que a Câmara aprovou nesta última reunião, dia treze de agosto, temos hipóteses de dar satisfação de forma total ou parcial a cerca de cinquenta por cento das sugestões. Aqui também convém referir que há sugestões e sugestões, eu não tenho que opinar sobre o mérito das sugestões, era o que mais me faltava, mas posso dizer que houve sugestões que foram verdadeiramente positivas na medida em que se viu que os Técnicos bateram o Regulamento todo, bateram as plantas todas e globalmente foram digamos, um aporte muito positivo. Ou seja, foram acolhidas por exemplo a setenta ou oitenta por cento, mas viu-se que foram pessoas que de facto tiveram o cuidado de dar um contributo muito positivo. Portanto, eu também queria deixar em abstrato esse reconhecimento. E com isto termino.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Engenheiro. Senhor Presidente da Câmara quer dar alguns esclarecimentos adicionais? Tem a palavra.-----

- SESSENTA E UM - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Não vou demorar muito tempo Senhor Presidente Senhores Deputados, só para dizer o seguinte: Hoje para mim, também é um dia apesar de ser o último, de algum conforto de apresentar o PDM, mas ao mesmo tempo tenho que reconhecer o seguinte: Há uma explicação que é dada aqui no resumo que o Engenheiro Sousa fez que nos deixaria descansados, quer dizer que de todos os Municípios que na altura apresentaram, ou que saiu no Diário da Republica, apenas dois neste momento têm o PDM concluído, ou nesta fase em que nós nos encontramos, o que significa que estas dificuldades que temos, são transversais a



todos os Municípios, mas há uma coisa que eu não entendo e isso eu não entendo, eu preocupei-me muito com o Plano de Diretor, acho é que a nível exterior, a nível dos poderes de decisão, esta matéria tem que ser alterada. Se toda a gente percebe que um Plano Diretor tem que ter estabilidade, não é possível esta “Via Sacra” para mudar o que quer que seja e sobretudo não é possível e eu bater-me-ei contra isto nos lugares onde estiver, a título particular também, que seja necessário que alguém venha do exterior, se calhar consultando um “Google “qualquer dizer como é que nós queremos o território. Eu não admito que ninguém goste mais do território de Viseu do que nós e portanto, vir dizer de uma forma ... eu sei que há algumas condicionantes, que nós aceitamos, não pomos nenhum problema à definição da carta de Reserva Agrícola, da Reserva Ecológica, etc., etc., mas que depois entrem naquele pormenor que seja necessário de cada vez que queremos uma coisa, uma sugestão que aparentemente tem toda a lógica, percorremos esta “Via Sacra” até Lisboa, para Lisboa nos dizer como é que havemos que fazer. Isto não é possível, o mesmo por Coimbra. Os Órgãos do Poder Local, nomeadamente as Assembleias têm que ter mais autonomia para resolverem este tipo de situações, porque, o que é que nós vimos. De cada vez e aliás, eu chamei à atenção do Engenheiro Sousa, que naturalmente fez com a sua equipa o melhor que podia e com esta persistência, porque de cada vez que nós deixávamos passar dois, três, quatro, cinco meses, um, dois três anos, nunca sabíamos que exigência legislativa é que vinha a seguir e jogar com isto é complicado. Portanto esta estabilidade tem que ser garantida, mas também esta flexibilidade em termos de procedimentos também tem que ser assegurada. Já agora uma coisa que eu não percebo e nunca percebi, não sou especialista na matéria mas a minha compreensão leva-me até isso, como é que se definem eventualmente estas exigências de um PDM sem aprovar, ou como se aprova o PROF sem aprovar o PROT, como é que se aprovar o PROT sem se aprovar o PNPOT, como é que é isto? Que coerência é que têm estes instrumentos de planeamento? Eu diria que os Municípios são o *términus* desta matéria, mas há aqui um longo caminho a percorrer, no sentido de que estes instrumentos de planeamento que são fundamentais para os Municípios, tenham outro tipo de coerência, tenham outro tipo de articulação que de facto, não demore estes anos todos a rever um Plano Diretor. Isto é aquilo me parece que tem que ser corrigido, dando naturalmente os meus parabéns ao Engenheiro Sousa e a equipa que fez isto, eu acompanhei este trabalho e sei o que nos desgastou, como é que é possível, passados estes anos todos chegar agora, só agora a esta solução, com ainda estas observações que nos são feitas por quem de lá de “*cascos de rolha*” nos vai dizendo que é melhor assim ou que é melhor assado. Eu diria que é o dever cumprido, mas esta frustração de achar que gente que nada tem a ver com o Concelho, eventualmente têm outras responsabilidades que devem assegurar, se metem em tudo e mais alguma coisa no sentido de que estes instrumentos de planeamento tenham este atraso tão significativo. Diria apenas para terminar, imaginemos que um cidadão, um jovem que estava dependente da Revisão do PDM para definir a sua vida, era lá possível que ele tivesse esta interrogação no início da vida e que a visse satisfeita passados dez anos. Isto é mesmo de quem não sabe e de quem não comunga as dificuldades locais e portanto eu deixaria também aqui esta reivindicação, a quem a nível Central faça outro tipo de trabalho de modo que estes instrumentos de planeamento que são fundamentais, nós temos que saber no território, no nosso domínio espacial onde é que queremos a ecologia a floresta a habitação, etc., etc., até para prevenir certos problemas que vão por aí, mas é necessário que estes instrumentos não sejam tão penalizados em termos da burocracia que arrastem no tempo, às vezes com modificações que se calhar a demora originou. Não sei se eventualmente a alguém pode acontecer, não é no nosso Concelho que ainda é atrativo, mas se calhar, há Concelhos que estão a rever o PDM que fizeram estruturas que agora são desaproveitadas. Agora no PDM, devido à desertificação já não aproveitam.



Portanto, é só este clamor que deixo aqui e também aproveitando este momento que eu acho que é simpático de ver, espero que a Assembleia o aprove mas também dizer que a outros níveis há-de haver um outro tipo de cooperação e compreensão para que estes instrumentos não se transformem nesta “Via Sacra” a que esta Revisão do PDM nos obrigou.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Muito obrigado Senhor Presidente, muito obrigado Senhor Engenheiro Sousa pelas explicações que nos trouxeram. O documento que o Senhor Engenheiro referiu foi distribuído pelos Líderes dos Grupos Municipais, exatamente para que tivessem na posse de todos estes elementos e de facto num processo como o Senhor Presidente referiu, extremamente burocrático, duro e pesado, em que basta olhar, até para a equipa que acompanha o Senhor Engenheiro para ver exatamente a quantidade de competências que é necessário para poder mexer num instrumento que devia ser ele próprio um impulsionador da economia dos territórios e assim acaba por ser um travão permanente. Portanto vou abrir agora o período de debate e questões sobre a matéria e portanto aceito as inscrições, o Senhor Deputado Alberto Ascensão pode ser já o primeiro, pois foi o primeiro a pedir a palavra e só queria apontar aqui as pessoas que pretendem também usar da palavra.-----

- **SESSENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)**: Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Senhores Membros da Equipa constituída pelo Senhor Engenheiro Sousa, Comunicação Social, restante Público. Quero começar por saudar toda a equipa do PDM na pessoa do Senhor Engenheiro Sousa. Queria-os parabenizar pela tarefa que chegou até hoje, queria também agradecer ao Engenheiro Sousa particularmente a explicação que nos deu e que nos fez perceber alguns pormenores e alguns aspetos técnicos deste documento que aqui temos hoje. Contudo, da informação que nos deu, há apenas um assunto que tenho que dizer isto, já tinha de manhã conversado com o Senhor Engenheiro Sousa sobre este pequeno pormenor, mas depois desta explicação que aqui foi dada, realçou-se-me a dúvida e ela vem com aquele ofício da CCDRC aquele ofício datado de ontem e é o seu último parágrafo. Este último parágrafo diz concretamente o seguinte: *“Alerta-se contudo que a aprovação do Plano pela Assembleia Municipal, apenas deve ocorrer após a aprovação e publicação no Diário da República da delimitação da Reserva Ecológica Nacional desenvolvida no âmbito deste processo”*. Não ponho em causa a interpretação do Senhor Engenheiro Sousa, que teve o cuidado de dizer que era a interpretação dele acerca deste pormenor. Contudo esta posição que acabei de ler, é a posição da CCDRC, assinada por um Membro desta Assembleia que por coincidência ou não, não está aqui para votar este documento que nos é trazido pela Câmara Municipal. Portanto, deixava em aberto ao Senhor Presidente da Mesa a possibilidade de executar ou não este último parágrafo, aliás o ofício, é dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria deixar esta dúvida porque de facto há aqui duas interpretações, uma do Senhor Diretor do Departamento, respeitável e também quero dizer meu amigo Senhor Engenheiro Sousa, outra é a interpretação da CCDRC. Relativamente à posição que temos quanto ao PDM, queria dizer que, decorreram cerca de vinte anos sobre a vigência daquilo que então, foi apelidado de *“fato à medida”* e pela primeira vez neste tempo todo, em vésperas de eleições, a Câmara Municipal e o seu Presidente, não prometem a revisão do PDM num futuro próximo, depois das eleições. Agora, quando tudo aconselhava a que a maioria do PSD na Câmara Municipal fosse prudente e deixasse para quem se lhe seguir a possibilidade de definir a estratégia que quer para o seu Concelho, à última hora, aqui temos a revisão, levada a cabo por quem se despede da gestão autárquica. Quem, chegado ao fim do seu ciclo de gestão autárquica, ao longo de duas décadas não tendo



querido ou não tendo sido politicamente competente para rever o PDM, não tem legitimidade para condicionar quem, através do voto, se lhe seguir, na implementação da estratégia que deseje para o seu concelho. Trata-se de um documento de primordial importância para a definição do desenvolvimento com que se queira dinamizar o concelho, sob todas as suas vertentes, para não poder ser desenhado por quem tenha que lhe dar execução. Nos últimos cerca de vinte anos, o Executivo Municipal cessante, de maioria PSD, não sentiu necessidade de, acompanhando a dinâmica dos tempos, com clareza e transparência definir, para si, mas em especial para os Viseenses, as linhas orientadoras que o PDM deveria dar para o desenvolvimento do concelho. Em véspera de abandonar a gestão dos destinos municipais, este executivo impõe a outros o que nunca quis para si. Seguir um rumo pré definido e conhecido de todos. Pelo que nos foi possível conhecer deste PDM agora revisto, somos levados a rezear que com a sua execução, os viseenses se venham a confrontar com novas e mais dificuldades e burocracias. Basta, para assim termos concluído, a título de exemplo, atentar no número de Planos de Pormenor que, em relação aos que a anterior versão do PDM continha, se veem aumentados em cerca de quinhentos e sessenta e quatro por cento. Constatando-se que, até agora, nos longos anos da sua existência, apenas um Plano de Pormenor, dos contidos no PDM, foi executado, ficamos com uma ideia do peso que esta sua nova versão vai arrastar, que muito dificultará a sua execução prática. O período de tempo de discussão pública em que a revisão do PDM foi disponibilizado, o mínimo legalmente obrigatório, mostrou-se insuficiente para que os Viseenses se tivessem podido informar e inteirar das medidas e condições nele previstas. Os Viseenses enquanto pessoas individuais, mas também as empresas, as locais e sobretudo as que, não sendo de Viseu, aqui queiram exercer as suas atividades, fomentando o emprego e criando riqueza, incrementando a economia local, precisam de saber, bem, com o que contam. O PDM, enquanto documento que fornece as linhas orientadoras das medidas e condições que delimitam a estratégia económica a desenvolver com a sua execução, é um instrumento essencial para o munícipe e para o investidor. O PDM é uma peça fundamental na decisão dos operadores económicos, individuais e coletivos, que pretendam conhecer o Concelho de Viseu e as condições que aqui lhes podem ser proporcionadas. Os Viseenses e quem escolha estas terras para nelas viver, trabalhar ou empreender, merecem ter a possibilidade de poder exigir que, quem definiu a estratégia para o desenvolvimento que quer para o seu Concelho, seja quem lhe vai dar execução e por ela é, pode e deve ser responsabilizado. Este PDM revisto, não oferece garantias de poder ser o que melhor se ajuste ao desenvolvimento estratégico que se deseje com a sua entrada em vigor, correndo mesmo o risco de contrariar os objetivos traçados por quem vai ter a responsabilidade da governança do Município de Viseu nos próximos quatro anos. Não podemos, por tudo isto, aprovar este documento. Muito obrigado.-----

- **MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado António Lopes.-----

- **SESSENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FRAGOSELA ANTÓNIO DE ALMEIDA JESUS LOPES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público e Comunicação Social. Eu estranho que o colega Ascensão que me antecedeu e que tanto aqui debateu nesta Assembleia o atraso do PDM, venha agora pedir para que ele não seja aprovado hoje. Mas eu digo-lhe, eu quero este Plano Estratégico do Concelho aprovado para a minha Freguesia. É que dele está pendente de pequenas indústrias se instalarem lá. Algumas até já deram entrada na Câmara os pedidos de Licenciamento. No Parque Industrial de Coimbra, não há terrenos para se construir e com as bolsas que foram criadas podemos evitar que empresas, como a Senhora Deputada disse que foram para



Mangualde o caso da Scania, mas queria-lhe dizer que não foi por falta de terreno no Município de Viseu. É por vontade dos empresários e dos grupos que os administram, mas nós impedimos, eu e o Doutor Ruas, o Doutor Américo e a equipa da Câmara, o Engenheiro Sousa que uma empresa que está sedeadada na minha Freguesia, que tinha o terreno apalavrado em Mangualde e vai entrar neste plano que vai ser aprovado. É uma empresa que faturou no ano passado cinquenta seis milhões de euros. Essa não vai para Mangualde não. Essa Fica. Não fica na minha Freguesia mas fica em S. João de Lourosa. Portanto, o Plano de Pormenor para quem andava a dizer que era um atraso, que era incompreensível não ser aprovado, então agora vem dizer que deve ficar para os outros. Uma certeza eu tenho, quem vai administrar o próximo Plano de Pormenor, não vai ser o Partido Socialista, vai ser o PSD, por isso estamos à vontade para o aprovar, porque são eles os responsáveis para lhe dar continuidade. Por isso eu apelava a todos os Deputados para que aquele instrumento muito fundamental para o desenvolvimento das Freguesias venha a ser aprovado. Eu queria deixar aqui uma palavra de apreço quer ao Senhor Engenheiro Sousa, quer aos Técnicos que o acompanharam. Eu fui muito persistente, às vezes o Engenheiro Sousa, quando me via trocava de corredor, porque eu não o largava um minuto, queria o PDM, porque via a necessidade de pequenas indústrias, indústrias, não é comércio se instalarem na minha Freguesia. E ele ainda à cerca de mês e meio, num dia de calor tórrido, às três da tarde, deslocou-se com a equipa técnica, andaram no terreno, todos transpirados e corremos os cantos todos que a Junta tinha proposto para ver consagrados no PDM e parte deles vão ser consagrados. Portanto, o trabalho foi feito. Feito com mérito e com muita dignidade no que diz respeito à minha Freguesia. Eu acompanhei o trabalho como me competia e os Serviços Técnicos fizeram o trabalho deles. Estou contente, não é aquilo que eu desejava, eu desejava mais, claro, mas foi o possível e estou muito agradado com o trabalho que foi feito. Já agora, como eu ainda não intervim hoje, gostava de, também é uma despedida, porque também não vou ser candidato, não vou fazer parte desta Assembleia, também estou aqui há doze anos nesta Assembleia e queria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara pois trabalhei com ele durante doze anos, quatro dos quais, não no Partido dele e ao contrário do que muita gente anda para aí a dizer, fui confrontado na apresentação de um candidato, um Senhor que me disse, “Tu mudaste porque fecharam-te a torneira nos primeiros quatro anos”. Isso não é verdade. Aliás, eu logo no segundo ano que estive na Junta de Freguesia como Presidente, tive a oportunidade de frisar bem, quando foi do alargamento da escola de Prime, O Senhor Presidente foi lá inaugurar o alargamento da escola de Prime com a construção de mais duas salas de aulas. Tivemos azar com o empreiteiro e com a equipa técnica que fez o projeto no exterior, senão, antes deste início deste ano letivo íamos inaugurar mais uma biblioteca, mais uma cantina para noventa e oito crianças, mais uma sala polivalente e mais um pavilhão coberto. Tudo isto está a ser feito na Freguesia de Fragosela. Portanto, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara e mais obras, nós ainda agora, fizemos a pavimentação de um bairro e de uma rua que custou oitenta e sete mil euros e temos mais outras para requalificar. Andamos a requalificar o Largo da Associação dos Amigos de Fragosela e já que se fala em tantos donativos, só para uma Associação, para um Pavilhão Multiusos, a Câmara e a Junta cederam cinquenta mil euros há poucos meses e a sociedade privada e a IPSS, teve que arranjar cerca de duzentos e oitenta mil euros. Já existem. Isto é desenvolvimento, ainda recentemente o Senhor Presidente da Câmara, esteve precisamente à porta de uma Capela, onde tivemos o legado de uma Senhora que veio oferecer a Capela ao Povo. Mas é este o desenvolvimento e claro que o novo Executivo vai ter que arranjar lá uns trocados para requalificarmos o Largo da Capela, isso é verdade e vai ser feito, não é por a minha equipa mas com a minha influência também vai ser feito, porque na minha Freguesia, tudo está programado para quem vier. Quem me vai substituir e eu já sei



quem é, tem o caminho aberto para a Freguesia de Fragosela continuar a crescer. E em jeito de, também um bocadinho de vaidade, da periferia foi das que mais cresceu e continua a crescer, todos os meses temos novos eleitores, o saldo é sempre positivo por alguma razão é. Eu nunca estive contra a duplicação do IP5, muitos andavam a lutar que não queriam os nós dentro da..., eu sempre quis o nó do Caçador, sempre o lá quis, porque só isso é que permitiu desenvolver a minha Freguesia, se não tivéssemos acessibilidades.....aquilo que a Senhora Deputada dizia não é verdade, Viseu tem das melhores acessibilidades que nenhum Concelho tem. Só quem não quer ver é que não vê. Por tudo isto, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, o Professor Lemos, o meu amigo Professor Lemos que também tantas vezes o chateei, o Doutor Américo, por causa do Ensino e de outras coisas, todos os Vereadores, o Doutor Guilherme e as mais novas, as Vereadoras que entraram por último, sempre disponíveis para colaborar com os Presidentes de Junta e penso que também que não se podem queixar da minha pessoa porque também estive sempre disponível desinteressadamente para colaborar com a Câmara e não só, com todos e até com os outros Partidos Políticos. Ainda recentemente, agora nas Eleições estive...eu não trouxe aqui um problema para debater em que gastámos a manhã toda ó João Paulo! Eu trago aqui coisas de desenvolvimento da minha Freguesia, portanto, se não me quiserem ouvir, mandem-me calar que eu calo-me. Mas por intermédio do Senhor Presidente da Mesa. Portanto, agradecer à equipa da Câmara, agradecer ao Doutor Almeida Henriques também, o trabalho exemplar e à sua equipe que estiveram consigo a conduzir esta Assembleia e espero, com o mesmo rigor vá conduzir a Câmara Municipal nos próximos quatro anos.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Depurado. Dou a Palavra à Senhora Deputada Manuela Antunes.-----

- SESSENTA E QUATRO - A SENHORA DEPUTADA MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Boa tarde a todos e a todas novamente. Eu só queria antes, em jeito de brincadeira, eu não sei se faça queixa à Comissão Nacional de Eleições, porque já se sabem resultados aqui, de algumas zonas. Estou a ficar preocupada, mas pronto foi só para brincar um bocadinho com o Senhor Presidente da Junta. Queria também saudar toda a equipa que está aqui presente e que elaborou o PDM. Realmente não deve ser nada fácil trabalhar num processo destes e reconheço todas as adversidades que o Senhor Presidente e muito bem disse, portanto, considero que deve ser terrível estar a querer preparar e a ultimar uma coisa e depois de repente está sempre a sair coisas novas, aliás eu apanhei um susto brutal quando fui à Câmara para levantar os documentos e me deparei com estes dossiers todos. Eu que até posso com pesos, com alguns pesos, mas tive que ter ajuda de pessoas que me levassem ao carro este processo todo. Agora já recuperei do susto e vou falar um pouco mais a sério, que tem a ver com a aprovação ou não deste PDM. Depois de mais de uma década para fazer a Revisão do PDM, não faz sentido que seja esta Assembleia a fazer a sua aprovação ou não aprovação, já que estamos a menos de um mês de mudança dos Membros desta Assembleia e consequentemente condicionar as suas opções futuras em relação a esta matéria e também ao pouco tempo que foi dado a esta Assembleia para poderem analisar condignamente todos os dossiers entregues. No entanto e depois de alguma análise, até porque estes elementos, já prevíamos que não estariam incluídos, não posso deixar de lamentar que esta revisão não contemple o que este Executivo ainda em exercício tem vindo a alegar em relação a acordos feitos para preservar o maior espaço verde do Bairro de Marzovelos e que nós ao longo das últimas Sessões desta Assembleia pedimos esclarecimentos e mais uma vez, consideramos inaceitável que a Câmara continue a ignorar a recomendação da Direção Geral do Património Cultural para a suspensão da demolição do Bairro Municipal de Viseu, classificando-o como Património de Interesse Municipal e apostar na sua reabilitação e requalificação. Entre outras situações como



por exemplo, o Parque Linear de Santiago que fazendo parte do Plano de Pormenor da Cava do Viriato, nos parece que o aprovado, não corresponde ao executado e o porquê da proposta de mais espaços para urbanizar na estação Agrária e são apenas alguns exemplos. Assim, por todas as razões apresentadas e também de considerar que é fundamental esclarecer e clarificar todas as dúvidas e por considerarmos que a área do território assume um papel fundamental no desenvolvimento de uma região, quer ao nível de emprego, social etc., o BE vai votar contra. Só queria também esclarecer o seguinte: Eu quando falei na Scania, eu não inventei aquela questão das acessibilidades, se entrar na página da empresa, diz que uma das coisas que levou à Scania mudar de local, foi os acessos às principais vias de comunicação e está lá, tal e qual como eu disse aqui e portanto, não é uma opinião minha, eu não tenho que dar opinião sobre porque é que uma empresa muda, apenas se calhar não houve, não sei, negociar a sua localização. Era só para esclarecer esse ponto, que não são minhas as palavras mas sim do próprio "Site" da empresa. Obrigada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Senhor Deputado José Ernesto pediu também a palavra. Tem a palavra-----

- SESSENTA E CINCO - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ DE SÁ JOSÉ ERNESTO PEREIRA DA SILVA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, especial ao Senhor Engenheiro Sousa, Diretor deste Departamento, quero-lhe agradecer, que já o conheço há muitos anos o seu trabalho e toda a sua equipe que estou a ver ali à minha frente, esse trabalho que foi de facto fantástico, eu acompanhei-o de perto, porque também tive o cuidado de alertar e sugerir algumas situações na minha Freguesia, mas de facto acho e como dizia o meu colega e bem, o António Lopes, acho que é um Plano enriquecedor e penso que está virado para o futuro do Concelho, para o seu desenvolvimento. Já agora também e uma vez que estou também no fim de mandato, queria de uma forma muito sentida e muito amiga dizer ao Doutor Fernando Ruas que foi com muita gratidão e com muita amizade e extremamente gratificante ter trabalhado consigo e com os seus Vereadores e também voto extensivo à Mesa presidida pelo Senhor Doutor Almeida Henriques, a todos os Deputados e a todos os meus colegas que também aqui compartilharam comigo ao longo destes anos. Portanto, já foram vários de estarmos aqui a defender os interesses do Concelho, sem qualquer tipo de politiquices às vezes mais azedo ou menos azedo, mas o que é certo, é que todos nós estivemos sempre imbuídos num espírito de podermos usufruir e de lidar cada vez mais com uma terra boa que vale a pena viver e como há tempos se dizia, diz-se e é apoiado por muita gente. Uma vez mais, um agradecimento pessoal e em nome da minha terra penso também que dos meus colegas ao Senhor Presidente da Câmara e dar-lhe os meus parabéns pelo trabalho desenvolvido. Meus Senhores, até uma próxima. Obrigada.-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Manuel Teodósio.-----

- SESSENTA E SEIS - O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores Senhora Vereadora, Caros Colegas. O Partido Socialista, aqui pela voz do Deputado Alberto Ascensão, faz aqui dois erros estratégicos, que conduzem a um erro político grave. O primeiro erro estratégico é o Deputado Alberto Ascensão não ter almoçado com o Doutor João Paulo, porque se tivesse almoçado com ele também teria posto os papeis aqui de lado e teria efetivamente tido uma intervenção diferente daquela que teve. Este é o primeiro erro estratégico. O segundo erro estratégico, é que estando aqui, não ouviu o Senhor Engenheiro Sousa quando aqui esteve a fazer a explicação e por isso trás aqui uma intervenção política,



daquelas que estamos habituados a ter do Partido Socialista que anda um pouco em círculo, não apresenta proposta nenhuma e tenta passar uma mensagem que não é verdadeira. Parece que este PDM, é um PDM da Câmara Municipal do PSD de Viseu. Esta é uma proposta apresentada pela Câmara Municipal, estão aqui todos os intervenientes que estiveram neste projeto, eu quero dizer que sou militante do Partido Social Democrata há mais de trinta anos, não reconheço as pessoas que estão ali em cima como militantes ou participantes do Partido Social Democrata. Portanto, isto é uma proposta que a Câmara traz, despida de qualquer camisola partidária aqui para ser discutida. Os atrasos dos dez anos, ou dos nove ou dos oito ou aqueles que queiramos, foi aqui perfeitamente explicado “*tim tim por tim tim*” pelo Senhor Engenheiro Sousa a que se deve esta situação, que conduziram a um erro político grave que é, se fossemos, se esta Assembleia fosse atrás do que o Partido Socialista aqui veio dizer, então era meus Senhores, vamos agora atrasar mais não sei quantos anos o PDM e com isto como é que íamos implementar e aqui penso que a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Fragosela foi perfeitamente elucidativa da importância da aprovação deste PDM, na instalação de empresas, que essas sim é que fazem a criação de emprego e portanto vejam como os Senhores, mais uma vez dizem uma coisa e depois querem praticar precisamente o seu contrário. Os cartazes falam em emprego, temos aqui um mecanismo que foi aqui provado pelos autarcas que vai efetivamente potenciar a criação de empresas a criação de postos de trabalho e os Senhores querem que isto seja adiado, que é para obviamente na discussão dizerem, ainda não há PDM, isto agora são mais não sei quantos anos. Mas, eu penso que esta Assembleia não vai dar esse prazer. Realmente é de lamentar que havendo a participação pública conforme foi, se o Partido Socialista tinha propostas a serem feitas, ao longo deste ano todo, não terem sido feitas e se foram feitas, deveriam estar aqui a dizer, fizemos estas propostas e não foram contempladas e essa era efetivamente a discussão. Relativamente à outra questão que levantou, ao parecer da CCDDR, aí posso ter uma leitura um pouco diferente, pode ser um pouco dúvida. Tive o cuidado de ter conversado em particular com a pessoa que assina, que me disse que essa é uma situação que é transversal ao País inteiro, porque tem a ver com a REN, não tem a ver com o caso específico de Viseu, mas a questão que eu coloco é esta? Eu penso que tem toda a vantagem fazermos esta votação e a aprovação hoje, independentemente de poder surgir alguma situação do que por dúvida estarmos a protelar esta mesma votação e que obviamente estamos a protelar e a atrasar a aprovação do PDM. Eu penso que se a gente votar e aprovar, não vai acontecer problema nenhum, nenhum de nós vai garantidamente preso, entretanto chegou o Senhor Vice-presidente da CCDDR de quem eu estava a falar e portanto eu penso que, é assim, é pena que o Partido Socialista realmente cometesse aqueles dois erros que conduziram a este erro político grave. Muito obrigado.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Eu não tenho mais ninguém inscrito. Senhor Deputado, faça favor Senhor Presidente da Junta de Côta. Eu já agora, aproveitava enquanto o Senhor Deputado se dirige ali, dizer de facto que nas galerias estão os Técnicos responsáveis por cada uma das áreas. Qualquer questão mais de pormenor que procurem saber, é esta a oportunidade. Em bom rigor as pessoas que ali estão merecem-nos toda a estima e consideração, pelo trabalho que fizeram e estiveram exatamente aqui um dia inteiro disponíveis para que qualquer dos Senhores Deputados tenha alguma questão de fundo para colocar, é este o momento, estão ali pessoas que responderão. Até para em consciência podermos aprovar, até porque, colocada esta questão e análise que fizemos a esta carta é que e com a fundamentação que temos é que temos toda a legitimidade para fazer a aprovação hoje do PDM e se Deus quiser, será hoje aprovado o PDM para bem da economia do Concelho. Senhor Deputado tem a palavra.-----



- SESSENTA E SETE - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD): Obrigado Senhor Presidente. Boa tarde a todos. Vou dispensar os cumprimentos já os fiz de manhã. Queria apenas fazer um cumprimento especial à equipa que elaborou este trabalho, chefiada pelo Senhor Engenheiro Sousa. A voz continua a atraí-lo-me. Eu que fui rotulado de camisola amarela das críticas ao PDM, não sei se ainda se recordam, alguns dos colegas já não estão hoje entre nós, outros ainda estão mas fora da questão autárquica, não podia hoje, neste dia e neste momento tão importante deste Órgão deixar de dizer algo sobre o assunto. É verdade que não fiz uma preparação técnica que devia ter feito, por falta de tempo, já todos sabem porquê, não tive esse tempo e por isso peço desde já alguma compreensão para esse facto. Mas isto, é uma coisa que é demasiado importante para protelarmos mais no tempo, eu sei que se calhar, não deveria ser agora mas sim há dez anos atrás. Estou plenamente de acordo que devíamos ter tido este instrumento para podermos desenvolver ainda melhor o nosso Concelho. Sei que e eu já o tenho dito, este PDM ainda peca em muitas coisas. Uma talvez, um bocadinho de culpa talvez de quem o elaborou, não o vou desculpar aqui na totalidade, mas a grande parte das entidades responsáveis pela sua aprovação e todo o condicionalismo que criaram ao longo destes anos. O Senhor Engenheiro Sousa sabe muito bem, que eu muito embora criticando, fui sempre dialogando com ele e tentando perceber sempre o que é que se estava a passar. Ele foi-me dando algumas explicações e também sabe e quero transmitir aqui a esta Assembleia, que em determinada altura por pressão minha acabámos por ir com alguns técnicos das entidades responsáveis para o terreno e que vieram dar razão a alguns argumentos que eu apresentava e que o Senhor Engenheiro fez o favor de lhes transmitir. Alguns deles foram corrigidos, mas há muitos que ainda ficam por corrigir, mas que o Engenheiro Sousa teve o cuidado de deixar a abertura no Regulamento do PDM, para que eles tenham a possibilidade proximamente de serem corrigidos e aí, eu peço ao Senhor Engenheiro Sousa, porque eu penso que, apesar de nós irmos para outras lides por assim dizer, o Engenheiro Sousa vai continuar à frente dos serviços técnicos da Câmara, penso eu ou pelo menos integrando-os, peço que não descure isto, que tenha em atenção, isso que ficou vertido e que ficou acordado com essas entidades e que se dê continuidade e que rapidamente seja corrigida a Carta Florestal nomeadamente, até porque há pouco tempo eu apercebi-me de uma coisa, talvez não seja do conhecimento desta Assembleia, mas eu fui um dos elementos que fiz parte da comissão do PROF por nomeação, não da entidade autárquica, mas por outra entidade e apercebi-me que aquilo que na altura foi vertido no PROF e fazia parte da cartografia do PROF, não é aquilo que atualmente aparece nas cartas do condicionamento do espaço florestal. E ainda se fosse para melhorar, mas não, piorou a situação de muita gente e dos interesses do Concelho. Chamo a atenção para isso, até confrontando as duas coisas, têm aí um instrumento que podem usar em que não correspondem, assim como não corresponde no terreno como já teve a oportunidade de ver e de analisar até com os próprios responsáveis desse organismo que em muitos casos, o espaço florestal parcial veio sobrepor-se a zonas que não foram, não são e nem sequer têm características de tal, ao passo que muitos casos, áreas que são e que deverão constar dessas cartografias, não constam. Portanto, esta parte é urgente que seja corrigida. No entanto, quero congratular-me pelo facto de uma grande parte daquilo que foi vertido na nossa sugestão, na reclamação que foi apresentada ter sido tomada em conta e ter-se ainda acautelado muita coisa. Agora peço mesmo e digo, isto só peca por ser tarde e a minha Freguesia perdeu muito com isto, não façam com que ela perca ainda mais. Neste momento não é aquilo que era necessário, aquilo que era necessário para o desenvolvimento do Concelho, mas é aquilo que conseguimos. Não vamos esperar mais não sei quanto tempo. Peço mesmo e até fazia um apelo ao Partido Socialista que



repensasse o sentido de voto porque é para o bem do Concelho. Obrigado-----

- MESA - O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado, não tenho mais nenhuma inscrição. Quer esgotar já a segunda intervenção no Ponto ou prefere, enfim! Dou a palavra então ao Senhor Presidente da Câmara. Depois haverá uma segunda ronda se houver necessidade.-----

- SESSENTA E OITO - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Eu vou ser curto mas não vou poupar nas palavras, de facto, não tenho nenhuma paciência para o fazer. Eu gostaria de dizer, que eu também tenho que dar os parabéns ao Deputado Ascensão, foi exatamente igual a ele próprio ao longo dos tempos. Como é que é possível que alguém venha dar os parabéns à Comissão Técnica e bem e justos, ao Diretor Técnico e de depois se vire para o Presidente da Câmara, faz-me lembrar e desculpem, é mais um segundinho, uma história que me contou o Padre Domingo um espanhol que contava que uma vez o Bispo foi visitar uma Paróquia e perguntou, mandou lá um emissário a perguntar o que é que gostava. O Bispo disse-lhe que gostava de que tocassem as campânulas dos sinos quando passasse. Ele foi visitar a Paróquia, veio-se embora e não tocaram sinos nenhuns e quando o Padre lhe chamou a atenção ele disse-lhe: Há pelo menos quarenta razões para não tocarem os sinos, a primeira é que não há sinos. O meu amigo fez exatamente a mesma coisa. O meu amigo tinha quarenta razões para perguntar à Comissão Técnica, mas o que queria era..., é por eu ter bigode também. O Senhor só veio bater comigo e veio dizer uma coisa curiosa, veio dizer isto: Aquele PDM é para dificultar a ação de quem aí vem. Eu penso que o Senhor não fez isso na Junta de Torredeita quando foi despedido pois não? Eu peço desculpa, isto que me disse é grave e eu não deixo passar, nem que seja no último segundo do meu mandato. O que o Senhor está a dizer, é que eu quero aprovar um PDM que está a dificultar a ação de quem vem a seguir. Fico mais descansado que não vai ser com o vosso veículo. Mas penso que perdeu uma boa oportunidade para se elucidar. E acho que até é uma falta, digamos, vieram aqui fazer intenções do diálogo correto, eu presumo que toda a gente percebeu a intenção, elogiar a Equipa Técnica, para bater no Político, no Presidente da Câmara. Como que se agora fossem iniciar um novo PDM e se deixasse para o Executivo seguinte e para a Assembleia seguinte, nomeavam uma outra Comissão Técnica, porque esta não fez bem o trabalho, pela sua questão e voltava tudo ao início, porque o único pecado que tem é ser aprovado na vigência do Fernando Ruas. Então mas quem fez todo este trabalho, quem é que superou algumas leviandades, nomeadamente pela sua boca que veio trazer aqui sobre o PDM. Então, eu tenho toda a legitimidade para apresentar o PDM e os Senhores se quiserem aprovam e se não quiserem votem contra como sempre fizeram. E fica mais uma vez demonstrado que também pela vossa parte tudo aquilo que fazemos no Concelho de Viseu é contra vocês, é com os vossos obstáculos, é os Senhores remarem contra a maré e isso têm que o assumir. Portanto, não venha com esta história que o Presidente da Câmara atual, quer deixar um PDM que dificulta quem venha a seguir. Eu isso não lhe admito. Sejamos corretos nas afirmações nas análises e cuidado com elas, porque eu isso não vou deixar passar em claro. Isso é um processo de intenções que eu não admito. Quem andou vinte e quatro anos neste Concelho, quer o melhor para este Concelho, independentemente de quem governe. É evidente que eu tenho todo o direito e toda a liberdade para querer que seja uma determinada cor, se for outra, quero na mesma o melhor para o Concelho. Portanto, eu não admito esse processo de intenções. Não andei aqui vinte e quatro anos da minha vida, para vir um Deputado menos cauteloso dizer que o que o Senhor quer é deixar dificuldades de quem venha a seguir. Isso eu não lhe admito e portanto faça favor de ser correto que eu não lhe admito isso.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito Obrigado Senhor Presidente. Tenho mais um pedido presumo eu do Senhor Deputado Alberto Ascensão para uma



segunda intervenção. Tem três minutos faça favor.-----

- **SESSENTA E NOVE - O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES ASCENSÃO (PS)**: Peço que me dispensem os cumprimentos. Eu queria começar por dizer ao Deputado Teodósio que embora tenha almoçado no mesmo lugar e a ementa foi a mesma do Deputado João Paulo, a metamorfose nem sempre é a mesma, apesar de a comida ser a mesma. Portanto, a metamorfose, até se chama colmeia onde as abelhas têm uma metamorfose muito rápida, mas comigo não aconteceu essa metamorfose. E rapidamente passando aquilo que me disse também, eu não quero imputar aqui culpas políticas a quem é Técnico. Os Técnicos fizeram o seu trabalho e o Senhor Presidente da Câmara que me desculpe, mas eu só tenho a fazer críticas políticas a este trabalho, eu não encontrei outras e há aqui um problema que é assim: Eu não usei em lugar nenhum da minha intervenção a palavra dificultar Senhor Presidente. As palavras que usei foram outras, foram de alguém que está a implementar uma dinâmica ou uma estratégia que não é propriamente aquela de quem virá que possa ter para o Concelho. Portanto, não há aqui nenhuma intenção de dizer que quem está nesta altura a governar a Câmara que quer pôr pedras na engrenagem para o futuro. Não é nada disso, é simplesmente dizer que efetivamente, politicamente esta Câmara deixa aquilo que é seu para quem vier a seguir. Politicamente é isto que eu quero dizer. Depois queria também dizer que relativamente à outra parte, relativamente aquilo que está aqui no último parágrafo do ofício, não fui eu que escrevi isto. Eu só confrontei aqui duas opiniões, a da CCDRC, a interpretação da CCDRC com a do Senhor Diretor de Departamento que lidera o PDM e deixei isto à consideração da Mesa, nem opinei sobre isto. Agora, nós vamos abster-nos nesta votação, porque qualquer tipo de indicação de votação que fosse a nossa, não ia obstaculizar a aprovação deste PDM. Mas, até porque sabemos que se calhar não comungaríamos daquilo que eu disse relativamente ao trabalho feito pela parte técnica, optamos pelo voto político da abstenção no sentido de não obstaculizar a aprovação deste documento. Queria e porque é a última intervenção que eu vou ter nesta Assembleia neste mandato, não sei se no próximo serei escolhido pelos Viseenses para estar aqui, embora entregue as listas. Queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara aquilo que já lhe disse pessoalmente. Queria dizer que nutro estima pessoal pelo Doutor Fernando Carvalho Ruas, até porque se trata de uma pessoa que é minha vizinha em termos de aldeia, a quem nos obrigaram a meter na mesma Freguesia mais recentemente e também lhe quero dizer aqui neste lugar publicamente que tenho admiração pela sua obra autárquica, que tenho admiração por si como Autarca. Não quero deixar de dizer isto. As diferenças que tivemos aqui serviram certamente para reforçar alguns laços, que não eram muitos temos que reconhecer, de estima e de consideração pessoal e também política. Quero-lhe dizer isto, também olhos nos olhos, como sempre lhe disse noutras circunstâncias e como também fez questão de me dizer a mim exatamente igual a mim mesmo, como sei que tem sido sempre igual a si mesmo se calhar é fruto dos ares e das águas que temos lá por os lados de Várzea Real de Farminhão. A todos quantos não irão continuar nesta Assembleia, também queria deixar o meu agradecimento por me terem aturado sempre que fui menos agradável nas minhas intervenções. Finalmente também queria dizer que vou ter saudades de ser oposição nesta Assembleia. Muito Obrigado.----

- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA**: Obrigado Senhor Deputado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos.-----

- **SETENTA - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD)**: Senhor Presidente dispense-me dos cumprimentos, já cá estive de manhã e vamos abreviar. Só para dizer relativamente a esta matéria que eu vejo uma evolução significativa do Partido Socialista, que começou por votar contra, já se abstém, de aqui a um bocadinho votará a favor. Eu só queria dizer acima de tudo e obviamente que esta é a casa da



discussão política, mas eu também vejo estas coisas com algum pragmatismo. Nós também temos que pensar em função dos interesses da Cidade e do Concelho. Revejo-me inteiramente nos meus colegas Presidentes de Junta que aqui vieram, relativamente à questão do PDM. É um documento estruturante, importantíssimo, não podemos adiar por mais tempo a sua aprovação. Aliás, eu também queria aqui de alguma forma, na pessoa do Senhor Engenheiro Sousa e toda a equipa que ali está em cima, congratular-me e felicitar o vosso trabalho constante e a vossa disposição constante. Eu não posso esquecer que nós tivemos durante cerca de quinze dias, ou mais, um mês se não me engano, estivemos nas Juntas de Freguesia o PDM à discussão pública, recorde-me do trabalho que os Senhores tiveram deslocando-se a cada uma das Freguesias e incitando cada um de nós no sentido que os nossos habitantes participassem numa forma proactiva nesta discussão e não fazia sentido nenhum, estou inteiramente de acordo com o Senhor Presidente que o Plano Diretor Municipal seja votado hoje nesta última Assembleia Municipal, nesta Casa da Democracia dos Viseenses, que tanto nós fazemos por honrar e esperamos que neste aspeto todos estejamos de acordo. Uma palavra final, eu que sou novato nesta matéria, estou há quatro anos no exercício das minhas funções..., só um aparte. Senhora Deputada Manuela Antunes, Marzovelos tem muitos parques verdes, tem muitas zonas verdes, parece que é um deserto, só aquela que já aqui foi falado várias vezes é que está em causa. E não se esqueça que foi uma herança do Doutor Fernando Ruas, não foi no mandato dele que aquela questão foi levantada. Seria mais oportuno que porventura colocasse aqui aos técnicos, qual é a solução que eles têm ou que está prevista para esse espaço. Terminaria exatamente dizendo isto. Foi um orgulho, uma honra ter trabalhado com esta distinta Mesa, na pessoa do Senhor Presidente e dos seus Secretários e também com o Senhor Presidente e a sua Equipa. Muito obrigado.-----

- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito Obrigado. Não tenho mais nenhuma. Ou por outra ainda tenho. Então, o Senhor Deputado João Paulo, a Senhora Deputada Manuela Antunes, acho que já esgotou o pozinho da ampulheta, mas enfim se for uma coisa rápida.-----

- **SETENTA E UM - O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS):** É quase em nome da Senhora Deputada, como ela já esgotou as intervenções ...-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:** Mas tem mandato? -----

- **O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo:** Sem mandato, mas com o mesmo propósito. Já aqui se gabou muito o trabalho técnico, feito pela equipa técnica da Câmara Municipal, isso já ficou claro, era quase um desperdício de digamos, de tempo e de recursos estarmos aqui e não podermos ouvir então um ou outro esclarecimento mais concreto. Fiquei curioso com as questões que foram levantadas pela Deputada do Bloco de Esquerda, Manuela Antunes, relativamente à Quinta da Carreira e relativamente à questão de Marzovelos, pelos vistos problema que persiste e que já foi herdado pelo Doutor Fernando Ruas, se houver então alguém, enfim, o Senhor Engenheiro Sousa-----

- **O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:** Senhor Deputado, ainda não terminámos o debate, ainda vai falar o Senhor Presidente da Câmara e ainda vai falar o Senhor Engenheiro Sousa para responder a questões.-----

- **O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo:** Eu não estou a dizer para responder imediatamente, estou a dizer que se houver alguém...-----

- **O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo:** Está previsto isso Senhor Deputado. Está previsto isso.-----

- **O Senhor Deputado João Paulo Rebelo prossegue dizendo:** Duas questões concretas já tinham sido colocadas e que eu próprio também tenho curiosidade, até porque é uma questão que o Partido Socialista já levantou, enfim, não neste Órgão mas noutros locais. Já agora também esclarecer a precipitação que também houve da parte do Senhor



Presidente de Junta de Freguesia de Coração de Jesus, o Partido Socialista em momento nenhum disse que ia votar contra o documento, aliás, os Vereadores na Câmara Municipal abstiveram-se. Textualmente o que o Deputado Alberto Ascensão aqui disse foi que não iria aprovar o documento e não o vamos aprovar, não o vamos votar favoravelmente, é escusado falar sobre o que é votar contra, o que é votar favoravelmente ou o que é abstenção e nós vamos de facto abstermo-nos, contudo as questões técnicas são muito importantes, as políticas não são despiciendas e este é um órgão político. O Senhor Presidente da Câmara está como há pouco disse legitimamente a querer aprovar o PDM, eu no seu lugar vou-lhe dizer, queria exatamente na mesma proporção que quer também fazê-lo. Foi Presidente estes anos todos, falou-se tantas vezes do PDM, quer sair e se alguém na rua o encontrar, não, não, eu deixei esse assunto despachado. Eu queria de igual forma. Compreenda, Compreenda, mais uma vez ainda a fazer a digestão do almoço que haja quem nesta Assembleia entenda, enfim, mas também não vale a pena perder muito tempo com isto, seguramente poderão fazer-se alterações, o Executivo que se seguir poderá também, agora dar tempo a alguém que entrar a quem entrar, enfim, para se inteirar do documento, por uma questão seguramente não é como diz o Presidente da Junta de Fragosela, aliás, até porque, julgo não estar a cometer nenhum engano ao dizer, até publicação em Diário da Republica o PDM que está em vigor, é o PDM que existe. Não será seguramente por mais semana, quinze dias ou mês que as empresas enfim, os industriais que se querem fixar na sua Freguesia não se fixem. Portanto, é uma perspetiva. A perspetiva do PS é, compreendendo que o Senhor faça muita força em o aprovar, quer sair com este assunto, que não o quer levar às costas, também seria compreensível que aqui chegasse e dissesse: Está tudo absolutamente feito, poderia até levá-lo a aprovação, não o vou fazer porque de facto há eleições daqui a três semanas e vou dar a oportunidade que seja o novo Presidente de Câmara e se calhar também não lhe ficaria, enfim, está tudo feito não é? Os Técnicos fizeram, só não vou porque provavelmente até seria mais magnânimo. Muito obrigado.-----

- O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se ainda há mais alguém, o Senhor Deputado Mota Faria está a pedir-me a palavra. Há mais alguém que queira usar da palavra? Depois fazemos a intervenção final do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Engenheiro Sousa. Senhor Deputado tem a palavra.--

- SETENTA E DOIS - O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PPD/PSD): É só para fazer uma pergunta ao Senhor Engenheiro Sousa e ao Senhor Presidente da Câmara e dispenso os cumprimentos. Esta Revisão do PDM é um processo Administrativo, certo? Penso que este processo administrativo está concluído, salvo melhor informação, estando concluído, o processo administrativo está concluído, o que é que o novo Presidente da Câmara, o novo Executivo ia fazer em relação a um processo que está concluído? Ia fazer uma nova Revisão? O processo está concluído em termos administrativos. Em termos práticos o adiamento que vantagem tinha num processo que está concluído em termos administrativos. Que vantagem teria esse adiamento? Era só essa a questão.-----

- O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado, Dou então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e a seguir ao Senhor Engenheiro Sousa responder às questões técnicas.-----

- SETENTA E TRÊS - O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Senhor Presidente. Eu não vou demorar muito. Como é habitual não demoro muito e dizer apenas o seguinte: O Doutor Faria tirou-me as palavras da boca. Nós pensámos naturalmente e não fui eu que escolhi este momento para o PDM vir aqui. Por mim já cá tinha vindo. Agora, era mais legítimo, eu tenho a certeza que quem analisar esta questão profundamente e de uma forma equidistante, era mais legítimo pensar que o próximo



Presidente da Câmara podia dizer, mas como é que eu vou aprovar se não sei nada do que se passou, do que quem iniciou o processo e o queira agora concluir. Já agora também e com toda a serenidade, eu entendi aquilo que o Deputado Ascensão disse. Se não foi aquilo que disse com a forma como o disse, inclusivamente das nossas relações, eu queria-lhe dizer uma coisa, também com toda a frontalidade. O meu amigo fez-me lembrar aquele sujeito que vive muito bem com a esposa mas quando pode dá-lhe “porrada”. Quer dizer, é isto que me diz, o Senhor disse que tem muita consideração por mim, mas alterou sempre e a forma como o disse, foi sempre a bater, sempre a insinuar e portanto eu tenho naturalmente que me defender. Apenas uma outra coisa que tem a ver com aquilo que foi dito e de um pedido explícito, de uma solicitação explícita pelo João Paulo em relação digamos a..., eu penso que da Quinta da Carreira, ele se queria reportar naturalmente aquele espaço que agora é propriedade da Câmara e que resultou de um protocolo que fizemos nos anos noventa e um com o Estado e que nos possibilitou uma série de coisas. Posso dizer que foi das decisões que me orgulho mais na Câmara. Ainda hoje teríamos os esgotos a céu aberto na zona onde está o Instituto da Juventude e o Campo Alves Madeira se não tivéssemos feito esse protocolo, ainda hoje não teríamos terreno para o Centro da Juventude e para o Tribunal e também no âmbito desse protocolo conseguimos um espaço, no âmbito da Quinta da Carreira onde está dado como expansão urbana, é também o meu contributo para a nova Administração de poder ainda ter dotações financeiras para continuar a sua atividade. Já agora, uma outra coisa, eu sei que depois teve continuidade técnica. Quem fez a proposta política para a resolução do problema do espaço verde junto ao Hotel Montebelo fui eu. O Senhor Engenheiro Sousa é testemunha. Fui eu que lhe dei a solução política que depois foi tratada tecnicamente para aquele espaço, abdicando exatamente da uma condição que tinha sido assumida antes de eu chegar à Câmara e propiciando condições para que num espaço público semelhante e logo a seguir ter possibilidade de resolver este problema, porque em boa verdade o que eu herdei foi uma solução que configurava para aquele espaço um espaço comercial e que a Câmara que me antecedeu aprovou a troca da cedência do terreno para a circunvalação. Portanto, queria dizer que a solução daquele problema é a meu crédito, não é a meu débito. Portanto quem deu a solução política fui eu e portanto não foi uma solução trabalhada tecnicamente, naturalmente que eu não sei fazer esse tipo de trabalho, mas não me desvinculei nenhuma vez da responsabilidade no PDM de fazer as correções que entendi que eram necessárias. Portanto eu queria dizer isto e dizer também à Deputada Manuela Antunes que nós conhecemos essa questão. Essa questão foi trazida por um morador, um seu antecessor, morador naquele espaço, até, deixe-me dizer-lhe com alguma admiração minha, trazia sempre um problema por ser o espaço onde eu moro e onde ele morava naturalmente. Mas não foi necessário sequer que esse problema fosse aqui colocado para de uma forma digamos, de responsabilidade política, junto com o Senhor Diretor de Departamento tratarmos esse assunto devidamente. Portanto, se o Senhor Presidente não se importa, daria agora a palavra ao Senhor Engenheiro Sousa para dar as explicações técnicas que naturalmente está à vontade para o fazer.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Engenheiro faça o favor.-----

- SETENTA E QUATRO - O SENHOR ENGENHEIRO JOSÉ ALBERTO PAIS DE SOUSA: Eu também gostaria de em nome da Equipe Técnica, agradecer a colaboração que a Câmara deu, neste desenvolvimento de trabalho, não obstante as vicissitudes que teve nomeadamente com a cartografia nomeadamente com essas coisas todas, mas o programa de execução assegura esta possibilidade, de ser adquirida uma cartografia mais adequada, mais homologada, temos ortofotomapas de dois mil e treze, portanto, que já são atuais e vamos passar com certeza, de acordo com o programa de execução, há



momentos em que a nova Câmara terá que decidir o que é que vai fazer. Uma pequena retificação, nós não temos duzentos Planos de Pormenor, nós temos cerca de quarenta Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e temos cerca de trinta e uma unidades do tipo três. Essas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão de acordo com as boas regras, estão divididas em Unidades de Execução e poderá haver, dada a dimensão dessas Unidades Operativas a possibilidade de fazer três, quatro, duas, uma Unidade de Execução. As Unidades de Execução é uma forma muito mais expedita de resolver os problemas, pressupõe que haja um Plano de Pormenor previamente, com certeza nalguns casos, não é necessário fazer Planos de Pormenor em todos, mas com a prática que a Câmara tem, nós temos cerca de vinte e um Planos de Pormenor, nos estamos no “Top” das Câmaras do País que fizeram Planos de Pormenor ao longo de vinte anos, vinte e três anos, vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis. O primeiro Plano de Pormenor foi publicado, penso que em oitenta e oito, deve estar aí e depois tivemos uma série deles. Neste mandato tivemos Planos de Pormenor de facto de grande dimensão, Planos de Pormenor que tiveram a ver com o “Polis” e tivemos montes de alterações a Planos de Pormenor. Nós temos cerca de quinhentos e cinquenta hectares de Planos de Pormenor, portanto, fizemos Planos de Pormenor ao longo dos anos e foi com esses Planos de Pormenor que a Cidade ficou estruturada. Não foi com operações urbanísticas puras, nem com loteamentos nem com licenciamentos, foi mesmo com Planos de Pormenor, portanto valeu apenas esse esforço. Acho que esse é o grande compromisso político que a própria Câmara, seja ela qual for vai ter a seguir. É continuar esta prática de planeamento fazendo um esforço naturalmente, aquisição de cartografia, desenvolvendo nalguns casos planos de urbanização nas zonas rurais com certeza e fazendo o cadastro, que é uma peça essencial e que a Lei dos Solos não dá resposta e tanto que não deu que a Ministra até há pouco tempo apresentou um projeto que nós tivemos que comentar para a Associação Nacional de Municípios e portanto, já no PNPOT Plano Nacional de Ordenamento do Território, é feita uma referência à Lei dos Solos. A Lei dos Solos é o Decreto-Lei nº794/76, setenta e seis. Portanto vejam os anos que isto tem. Foi agora feita uma proposta de revisão que a meu ver não conseguia atingir os objetivos que o Senhor Presidente, enfim deu-nos essa possibilidade de comentar e nós demos conta disso. Terá que ser feita uma Lei dos Solos e enquanto não for feita uma Lei dos Solos, não há uma abordagem rápida e eficiente da zona dos terrenos apesar da crise que estamos a viver. Agora isso não tem nada a ver com a elaboração de instrumentos um bocadinho mais alargados, mais refletidos, para termos um Concelho mais sustentado até no plano ambiental. Este é o desafio que a Câmara vai ter e o Programa de Execução, expressa bem esse desafio, quer na elencagem das unidades de execução ou Planos de Pormenor, quer na possibilidade de fazer planos de urbanização, quer na possibilidade de fazer cadastro, quer na possibilidade de definir estudos prévios das malhas viárias para o futuro. Não tem que ser agora mas fica para o futuro feito e diminui as zonas de restrições das pessoas. Eu queria dar aqui uma nota simples, em complemento daquilo que o Senhor Presidente disse. O protocolo que foi feito em mil novecentos e noventa, em relação à Estação Agrária, nesta discussão pública foi objeto de algumas situações menos positivas em termos de comentário, a seu tempo se verá porquê esse tipo de situações menos positivas. A seu tempo se verá. Mas o protocolo foi bem feito, como disse o Senhor Presidente e bem, foi um protocolo que resiste à criação de um fundo de conforto, isto é mesmo assim, para os encargos que estão lá subjacentes ao protocolo. Portanto, aquilo que o Senhor Presidente disse, é pura verdade, não há dúvida nenhuma, não venho aqui obviamente confirmar, só estou a dizer, é mesmo verdade no plano técnico porque realmente aquele protocolo foi feito num volante que envolveu o Palácio da Justiça, envolveu tudo aquilo que o Senhor Presidente disse e envolveu uma situação de conforto para a Câmara e nada mais. Tudo o que se vir naquele protocolo que não tenha a ver



com isto, são óculos postos sem sentido. Aquele protocolo foi feito em mil novecentos e noventa, foi aberto na redação com os técnicos da Direção Geral do Património, foi aberto na forma como nós tratamos com a FNPI, foi aberto na forma como nós tratamos com a agricultura e com o Diretor Geral da Agricultura e portanto ali, foi um protocolo aberto. Não houve nenhum problema, não houve nenhum “*parti pris*” por trás. Portanto querer ver ali qualquer coisa que não seja isso, é desvirtuar o protocolo. É isto que eu tinha que dizer aqui enquanto testemunha. Em relação ao ofício de CCDR, dito que foi que aquelas três observações que a CCDR faz no início, são perfeitamente compagináveis, através da própria deliberação da Assembleia e da Câmara, que é o problema da legenda, que é o problema daquela questão de tirar lá operações urbanísticas e pôr operações urbanísticas diversificadas, há aquela parte final, aquela parte final não decorre nem a CCDR diz isso. Ela só diz, deve, eu também se tivesse na CCDR diria a mesma coisa, porque é a CCDR que faz a REN e portanto eu compreendo que à escala da Região Centro com setenta e três Concelhos, logicamente que a CCDR tem que ter uma política que seja a mais condizente com as suas possibilidades e portanto as REN se fossem aprovadas ao mesmo tempo era ótimo, só que isso é complicar o desenvolvimento. Portanto, eu na CCDR diria exatamente a mesma coisa, aqui a Câmara Municipal de Viseu e a Assembleia Municipal, são confrontadas com responsabilidades políticas de outro nível. O PDM enquanto proposta de ordenamento tem que ser aprovado e a REN transita autonomamente. Nem ela é aprovada pela Assembleia. Ela é aprovada no âmbito da Câmara e CCDR e depois CNREN quando for o caso. Como a CNREN no dia vinte e nove de julho suscitou uma reponderação nomeadamente numa área que tem a ver com o Parque Industrial de Coimbrões e é uma área relativamente representativa, mas isto foi dito e o Senhor Doutor Américo estava nessa reunião presenciou e foi feita uma ata, foi dito que realmente tem que ser reponderado aquilo e mais duas ou três áreas, nomeadamente no Campo do Golfe, não me parece correto que agora essa reponderação vá atrasar a proposta do PDM, até porque não é ilegal. Obriga talvez a acelerar um bocadinho mais o trabalho da CCDR. Portanto, esta aprovação que se a Assembleia assim o entender vier a fazer, é perfeitamente compaginável com o desenvolvimento da REN a seguir. São coisas autónomas, funciona a REN antiga até a REN nova sair, esperemos é que não demore muito tempo a REN nova. Era isto que tinha para dizer e agradecer mais uma vez também em nome da Equipe, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal de Viseu, quer na pessoa do Senhor Presidente quer na pessoa do Senhor Presidente da Câmara as possibilidades que tivemos em trabalhar em conjunto e desejar felicidades a todos.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Engenheiro Sousa pelos esclarecimentos. Pergunto se mais alguém precisa algum esclarecimento adicional antes de passarmos à votação? A Senhora Deputada já fez duas intervenções neste debate. Mas isso aí, esclarecem ao fim no final da reunião, não é relevante para os trabalhos. Portanto, eu queria antes de passar à votação, agradecer efetivamente ao Senhor Presidente da Câmara todas as informações que nos deu e o debate e agradecer também ao Senhor Engenheiro e a todas as pessoas que o acompanham e que estiveram connosco durante este dia, foi um gosto tê-los cá e agradecer-vos também o trabalho que efetuaram em equipa para que possamos hoje ver aprovado o novo PDM e com esta fundamentação técnica que o Senhor Engenheiro aqui deixou, que dá conforto a esta Assembleia para efetivamente poder fazer a aprovação na convicção de que está a dar um passo correto no sentido de acelerar o processo para que efetivamente este PDM possa ter aplicação prática e ter o seu reflexo no ponto de vista da economia do nosso Concelho. Visto isto pedia aos serviços. Quarenta e dois Senhores Deputados. Vamos então passar à votação. Eu pergunto quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi *Aprovado com 34 (trinta e quatro) votos a favor, 1 (um) voto contra e 8 (oito)*



abstenções. Portanto, está concluída a nossa Ordem de Trabalhos. Pergunto aos serviços se há alguém do Público que queira usar da palavra? Temos o nosso concidadão, Jorge Correia de Campos a quem pedia então que descesse e que usasse da palavra no parlatório. Tem os cinco minutos regimentais para poder usar da palavra. Tem a palavra Senhor Jorge Correia de Campos. -----

- **SETENTA E CINCO: O SENHOR JORGE CORREIA DE CAMPOS:** Senhor Presidente da Assembleia Doutor Almeida Henriques, Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação....-----

- **O Senhor Presidente da Mesa intervém imediatamente dizendo:** Pedia-lhe só que se aproximasse um pouco mais do microfone que está no parlatório, para que possa ficar gravado.-----

- **O Senhor Jorge Correia de Campos prossegue dizendo:** Eu fiz parte do público. É a primeira vez que eu tenho o conhecimento de que há uma Assembleia Municipal. Embora tenha tido contatos com várias Câmaras quero frisar isto: Após esta aprovação eu tenho a possibilidade de poder continuar a usufruir das minhas intenções de desenvolver determinado Património, tenho a possibilidade de poder continuar a usufruir da vossa convivência e naquilo que a Câmara de Viseu e no espaço que Viseu oferece a qualquer pessoa. Queria referir que conheci o Senhor Doutor Fernando Ruas há muitos anos. Não o conhecia na primeira eleição autárquica, tive a surpresa de uma coisa que estava para a “*calendas gregas*” de ele me ter resolvido em quarenta e oito horas. Fiquei atónito. Sempre tive coisas muito difíceis na Câmara de Sintra, etc. No final da Presidência do Senhor Presidente da Câmara e da atual Vereação, de ficar realmente também, com esse prazer de ver algo que não vai continuar a impedir que as pessoas que querem e que têm que resolver o seu Património, tenham essa possibilidade. Portanto, é com muito prazer que quero referir que do Senhor Presidente tenho tido, não diretamente mas indiretamente a melhor das opiniões suas, a sua maneira capaz de resolver as coisas, a sua frontalidade, coisa que infelizmente não tenho tido nas outras Câmaras, basicamente na Câmara de Sintra que é inexistente, não existe há três mandatos. Sintra parou. Portanto, felicito os Senhores Presidentes das Juntas, não sei como é que se tratam..., felicito Senhores Deputados, não tenho experiência política de falar. Mas felicito-os por estarem realmente numa Câmara que teve uma evolução extraordinária, é reconhecida internacionalmente e que mais uma vez honrou o desenvolvimento. Quero-lhe dizer mais, para terminar, acho que aqui foi seguido e foi implementado pelo Senhor Presidente da Câmara e por todos e a Vereação, é que não são só gestores, são administradores, que é uma coisa que falta neste País. Há muito gestor, mas não há administradores. O administrador tem que “*arrancar com o pelo do cão*”, não tem verbas não tem nada, luta com imensas dificuldades. Muito obrigado, peço desculpa pela minha falta de experiência política em palavras. Agradeço e muitos parabéns por tudo quanto fez e dignificou Viseu. Aliás, quero dizer que a família do meu pai de grandes tradições no Concelho de Viseu, do Distrito, Vila nova de Paiva, a minha avó, etc., etc., sempre tentou e deu-me um ensinamento. Felizmente hoje deram-me esse prazer de não ter que me ir embora. Muito Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Ora bem, antes de dar por encerrada a Sessão da Assembleia Municipal, eu queria também reiterar, até porque encerrarei a Sessão e será a última Sessão que encerrarei enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não queria deixar de terminar como comecei. Por um lado saudar o Senhor Presidente da Câmara, O Senhor Vice-Presidente, o Senhor Professor Lemos, enfim, todos os Vereadores que o acompanharam ao longo destes quatro anos e sobretudo aqueles que acabaram por aqui nesta Assembleia ter um papel mais ativo, mais concretamente o Doutor Ruas e o Doutor Américo, foram as pessoas que mais intervieram aqui nesta Assembleia Municipal e realçar o tom assertivo e sempre



disponíveis para esclarecer todas as questões que aqui foram colocadas. Queria também saudar as Senhoras e os Senhores Deputados, pela forma como estes quatro anos decorreram, reiterar que para mim foi uma honra imensa, poder ao longo de dez anos presidir a Assembleia Municipal de Viseu e será seguramente um marco no meu curriculum pessoal que guardarei sempre como um momento alto da minha vida. Quero também aqui deixar uma palavra de apreço aos serviços e na pessoa da D. Isabel e de algumas outras pessoas que foram passando por aqui, nem sempre acertámos mas globalmente conseguimos que os serviços funcionassem bem e agradecer também aos Senhores Presidentes de Junta, sendo parte integrante desta Assembleia, como hoje aqui se provou, são de facto pessoas que trazem uma grande mais-valia ao debate nestas Assembleias e estão muito bem cá. Estão muito bem porque trazem também a visão da proximidade que é fundamental no entendimento de cada um dos processos e hoje isso foi perfeitamente notório. Queria também agradecer aqui ao Senhor Enfermeiro Dias, que como sabem durante estes quatro anos foi muitas vezes ele que nas minhas ausências representou esta Assembleia e fez com que ela estivesse presente em praticamente todos os atos para que foi convidada, e também aqui à Doutora Cristina Paula que me acompanhou também durante este mandato e deixar votos de muitas felicidades, aqueles que não integrarão futuros órgãos e sobretudo o voto de que esta participação cívica que ainda há bocado, penso que era o João Paulo que o dizia, o simples facto de uma pessoa estar disponível para participar do ponto de vista cívico na vida da sua Comunidade é logo um motivo para ter a minha admiração. Às vezes estranho e tenho pena que efetivamente o debate político, não decorra no patamar em que devia decorrer, de ideias, de opções, de propostas e muitas vezes algumas pessoas caíam na tentação do ataque pessoal, da calúnia, do dizer mal por dizer mal, é lamentável que efetivamente isso seja feito, até porque isso não o dignifica. Como os Cidadãos que passaram por aqui verificaram, esta é uma atividade nobre, esta Assembleia funcionou bem, ao contrário de que algumas pessoas procuram fazer crer, que este é um espaço onde não há liberdade de expressão, que isto funciona mal porque as pessoas não se aplicam. Esta é uma Assembleia onde as pessoas estão “*pro bono*” isto é, não são remuneradas pelo facto de fazerem parte dela e onde dão muito do seu tempo para poderem preparar as suas intervenções. Portanto, aqueles que procuram denegri-la é porque nunca participaram nela, ao menos podiam-se ter dado ao trabalho de participar ali das galerias, nos trabalhos da Assembleia e até aproveitarem a oportunidade ao fim de cada uma das Sessões, até para usarem da palavra enquanto público, para depois poderem com legitimidade, criticar o trabalho honesto que aqui se faz, não autocrático mas sim democrático e tolerante, como nós procurámos fazer aqui ao longo destes quatro anos. Portanto, acho que vamos todos para casa, independentemente de funções que possamos vir a ter com a consciência do dever cumprido. É uma máxima que tenho na vida e sei que vocês comungam, que é, ao fim de cada dia dormir com a minha consciência tranquila. Acho que todos nós que aqui participámos, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Membros da Assembleia e o Executivo, estamos todos de consciência muito tranquila, porque demos o melhor que tínhamos para dar ao longo destes quatro anos e portanto chegamos ao fim deste mandato, com a consciência do dever cumprido. Parabéns a todos e muito boa sorte para as vidas pessoais de todos. Muito obrigado pela honra que me deram de presidir a esta Assembleia durante este período. Muito obrigado.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão às dezassete horas e trinta e oito minutos. E do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----



O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)